

Quinta-feira 24 de Novembro de 1983



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 1983

**Presidente:** Ex.º Sr. José Luís do Amaral Nunes

**Secretários:** Ex.º Srs. Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 45 minutos

Prosseguiu o debate na generalidade das propostas de lei n.º 46/III e 47/III, relativas às Grandes Opções do Plano para 1984 e ao Orçamento do Estado para 1984, respectivamente.

Intervieram no debate, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Finanças e do Plano (Ernâni Lopes) e do Comércio e Turismo (Álvaro Barreto) e do Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alípio Dias), os Srs. Deputados Almerindo Marques (PS), Pinheiro Henriques (MDP/CDE), Moraes Leitão (CDS), Guido Rodrigues (PSD), Vilhena de Carvalho (ASDI), Soares Cruz (CDS), Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira (PCP), Bagão Félix e Luís Barbosa (CDS), João Salgueiro (PSD), Hasse Ferreira (UEDS), Paulo Barral (PS), Ilda Figueiredo (PCP), José Vitorino (PSD), Bento de Azevedo (PS), Joaquim Miranda (PCP), Eurico Correia e Jorge Lacão (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.  
Acácio Manuel Frias Barreiros.  
Agostinho de Jesus Domingues.  
Alberto Manuel Avelino.  
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.  
Alexandre Monteiro António.  
Almerindo da Silva Marques.

Amadeu Augusto Pires.

Américo Albino da Silva Salteiro.

Aníbal Coelho da Costa.

António da Costa.

António Domingues de Azevedo.

António Frederico Vieira de Moura.

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

António José Santos Meira.

Avelino Feliciano Martins Rodrigues.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Bento Elísio de Azevedo.

Bento Gonçalves da Cruz.

Carlos Augusto Coelho Pires.

Carlos Cardoso Lage.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Custódio das Neves Lopes Ramos.

Dinis Manuel Pedro Alves.

Edmundo Pedro.

Eurico Faustino Correia.

Ferdinando Lourenço Gouveia.

Fernando Alberto Pereira de Sousa.

Fernando Fradinho Lopes.

Francisco Augusto Sá Moraes Rodrigues.

Francisco Igrejas Caeiro.

Francisco Lima Monteiro.

Francisco Manuel Marcelo Curto.

Frederico Augusto Händel de Oliveira.

Gaspar Miranda Teixeira.

Gil da Conceição Palmeiro Romão.

Henrique Aureliano Vieira Gomes.

Hermínio Martins de Oliveira.

João de Almeida Eliseu.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

João do Nascimento Gama Guerra

João Luís Duarte Fernandes.  
 Joaquim José Catano de Menezes.  
 Joaquim Leitão Ribeiro Arenga.  
 Joel Maria da Silva Ferro.  
 Jorge Alberto Santos Correia.  
 Jorge Lacão da Costa.  
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.  
 José de Almeida Valente.  
 José Augusto Filhol Guimarães.  
 José Carlos Pinto Basto Torres.  
 José da Cunha e Sá.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Luís Diogo Preza.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Nunes Ambrósio.  
 José Manuel Torres Couto.  
 José Maria Roque Lino.  
 José António Borja S. dos Reis Borges.  
 Leonel de Sousa Fadigas.  
 Litério da Cruz Monteiro.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Silvério Gonçalves Saias.  
 Manuel Fontes Orvalho.  
 Maria Ângela Duarte Correia.  
 Maria do Céu Sousa Fernandes.  
 Maria da Conceição Pinto Quintas  
 Maria Luísa Modas Daniel.  
 Maria Margarida Ferreira Marques.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Paulo Manuel de Barros Barral.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rego.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.  
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.  
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.  
 Rui Monteiro Picciuchi.  
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Hugo Jesus Sequeira.  
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco Antunes da Silva.  
 Francisco Jardim Ramos.  
 Gaspar de Castro Pacheco.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 José Domingos Abreu Salgado.  
 João Evangelista Rocha de Almeida.  
 João Luís Malato Correia.  
 João Maurício Fernando Salgueiro.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 João Pedro de Barros.  
 Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José de Almeida Cesário.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Valério do Couto.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José Silva Domingos.  
 José Vargas Bulcão.  
 Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Mariana Santos Calhau Perdigão.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário Martins Adegas.  
 Pedro Paulo Carvalho Silva.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Manuel de Oliveira Costa.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.

#### Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Gaspar Rodrigues.  
 Abílio Mesquita Araújo Guedes.  
 Adérrito Manuel Soares Campos.  
 Agostinho Correia Branquinho.  
 Amadeu Vasconcelos Matias.  
 Amândio S. Domingues Basto Oliveira.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes.  
 António Nascimento Machado Lourenço.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 Arménio dos Santos.  
 Carlos Miguel Almeida Coelho.  
 Cecília Pita Catarino.  
 César Augusto Vila Franca.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Domingos Duarte Lima.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José da Costa.  
 Fernando José Roque Correia Afonso.  
 Fernando Monteiro do Amaral.

#### Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António José Monteiro Vidigal Amaro.  
 António da Silva Mota.  
 Belchior Alves Pereira.  
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.  
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 João Carlos Abrantes.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.

José Rodrigues Vitoriano.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Manuel Rogério de Souza Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Luísa Mesquita Cachado.  
 Maria Margarida Tengarrinha.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Mariana Grou Lanita.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro

**Centro Democrático Social (CDS):**

Abel Augusto Gomes Almeida.  
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.  
 António Bernardo Lobo Xavier.  
 António José de Castro Bagão Félix.  
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.  
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 Hernâni Torres Moutinho.  
 Horácio Alves Marçal.  
 João António de Moraes Silva Leitão.  
 João Carlos Dias M. Coutinho Lencastre.  
 João Lopes Porto.  
 José António de Moraes Sarmento Moniz.  
 José Augusto Gama.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 José Miguel Anacoreta Correia.  
 José Vieira de Carvalho.  
 Luís Filipe Paes Beirôco.  
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.  
 Manuel Jorge Forte de Goes.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE):**

António Monteiro Taborda.  
 Helena Cidade Moura.  
 José Carlos Pinheiro Henriques.

**Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):**

António César Gouveia de Oliveira.  
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.

**Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):**

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Ruben José Almeida Raposo.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, da lista de inscrições para intervenções consta, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Almerindo Marques, a quem concedo de imediato a palavra.

**O Sr. Almerindo Marques (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As Grandes Opções do Plano que vimos apreciando em debate que, de acordo com o calendário fixado deveria ter sido concluído ontem, integram-se, como é sabido, na política económica do Governo que já aqui foi discutida, quer aquando da apreciação do Programa do Governo, quer aquando da interpelação do Partido Comunista ao Governo, quer ainda aquando da discussão da proposta de lei de alteração ao Orçamento de 1983.

De todos esses debates, em síntese, concluiu-se o seguinte: as oposições não apresentaram soluções globais diferentes das do Governo. Na verdade, as críticas dessas oposições ou são meramente pontuais — e a essas algum acordo tem sido dado pelo Governo e pelos partidos da maioria — ou são sem fundamento. O Partido Comunista Português — e um pouco menos convicto o MDP/CDE — vai sempre dizendo que existe uma alternativa à proposta do Governo, mas essa, afinal, o país conhece mal e apenas por intervenções isoladas feitas aqui no Plenário. Aliás, eu diria mesmo que os portugueses ganhariam mais se o PCP apresentasse um todo coerente, sistemático e global das propostas alternativas à política do Governo que diz possuir.

Concretamente e no curto prazo era importante que o PCP na sua alternativa considerasse as opções que apresenta quanto à resolução dos problemas financeiros, ou seja, que explicasse como é que dava cumprimento às obrigações assumidas pelo Estado, com que apoios, com que acordos. Seria até importante que dissesse como é que vê os acordos com o Fundo Monetário Internacional. Se essa alternativa fosse credível, penso que todos ganhariam. Só que me parece que tal alternativa não é credível, nem tão pouco viável.

Quanto à oposição do CDS, se me é permitido sintetizá-la, neste debate tem sido focada apenas em duas ou três áreas e, portanto, dela não se pode concluir que o CDS tenha soluções diferentes. É certo que um dos seus deputados — o Sr. Deputado João Lencastre — avançou a existência de um modelo econométrico, que todavia não explicitou bem, mas que, presumo eu, quando muito o que punha em causa era a evolução de algumas grandezas macroeconómicas e não tanto a alternativa global que o Governo apresenta.

Mas se assim não é, eu direi — como disse em relação à oposição do PCP — que era interessante para os portugueses em geral e até para o CDS que este partido tornasse pública essa solução alternativa em termos económicos.

Passando às Grandes Opções do Plano e ao debate que sobre elas estamos a desenvolver, penso que dele se pode concluir mais uma vez que não foram apresentadas pela oposição quaisquer alternativas globais. Concretamente no que diz respeito ao objectivo prioritário da proposta de lei do Governo, nenhuma das oposições pôs em causa que esse objectivo tem que ser a redução do défice da balança de transacções cor-

*Tomaram assento na bancada do Governo os Srs. Ministros de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos), das Finanças e do Plano (Ernâni Lopes), do Trabalho e Segurança Social Amândio de Azevedo) e do Comércio e Turismo (Álvaro Barreto), e diversos outros Membros do Governo.*

rentes. O mesmo se diga, naturalmente, quanto ao objectivo instrumental, isto é, à redução do défice do sector público administrativo.

Também é importante reter que neste debate não foi posta em questão a orientação do enquadramento geral de todo este articulado, de toda a política do Governo no que respeita à adesão à CEE.

Dentro da política que se propõe levar a cabo, o Governo nesta proposta de lei deu passos concretos na compatibilização entre a política conjuntural e de emergência que anunciou nesta Câmara e as medidas de natureza estrutural que urge tomar — sublinhe-se! — com vista a iniciar as fases previstas no próprio Programa do Governo, ou seja, a recuperação económica e financeira e a modernização da economia.

Aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é curioso notar que, se antes as oposições diziam — e a crítica ia sempre nesse sentido — que o Governo não tinha actuado senão no curto prazo, ao nível de meras medidas pontuais, neste debate — e é importante realçá-lo — as oposições passaram a críticas que eu tentarei sintetizar.

Primeira crítica: tudo é vago no conteúdo da proposta de lei das Grandes Opções do Plano (p. 24 a 47), sobre política de transformação estrutural, que focou todos os sectores produtivos, sobre política regional, sobre reorientação do sector empresarial do Estado e ainda sobre a orientação da integração europeia.

Segunda crítica: tendo como base a verba inscrita no Orçamento do Estado, não existe capacidade financeira para dar cobertura aos projectos enunciados.

Terceira crítica: sendo já baixa, foi ainda drasticamente reduzida para 1984 a verba destinada ao investimento do sector público, quer o administrativo quer o empresarial. Aqui abro uma parêntesis para admitir — não sei se bem — que o CDS não partilha totalmente desta crítica e que se calhar até gostaria que os cortes no sector público fossem mais elevados.

Uma outra crítica, que entronca naturalmente nesta, é a de que é baixa a taxa de formação bruta de capital fixo e que é lamentável que desça de 9,2 % de 1983 para 1984.

Suponho que é possível a compatibilização de todas estas críticas — e essa é uma questão que deixo à consideração de cada uma das bancadas que as têm feito —, pelo que vejamos o fundamento de cada uma delas.

Quanto à referida vacuidade, a questão que se põe é a de saber se VV. Ex.<sup>as</sup> ignoram que estamos apenas e só a discutir as Grandes Opções do Plano e não naturalmente o Plano. Todos nós sabemos que é o Plano, cujas elaboração e execução cabem ao Governo, a sede própria para inscrever quantificadamente os projectos concretamente considerados. Importante para mim é que esta Assembleia saiba, registe e retenha que o Governo promete ter esse Plano pronto antes do início da sua aplicação, isto é, antes de Janeiro de 1984.

Passando à outra crítica, à de que existe carência de cobertura financeira para os projectos enunciados, pergunto: quem pode desde já fazer semelhante afirmação? Se estamos a discutir as Grandes Opções, discutamos as Grandes Opções. Os projectos, como é sabido e foi dito pelo Governo, estão ainda em fase de apreciação e, portanto, fazer afirmação deste jaez é no mínimo enunciar um juízo precipitado ou então

é apenas tentar obter efeitos políticos de fraca consistência e pouca permanência no tempo.

Creio, pois, que quer numa quer noutra das críticas falta qualquer base objectiva e credível para terem consistência.

Na primeira, o que a oposição poderia ter feito e não fez — ou fez muito pouco, como se pode, aliás, constatar pela leitura do *Diário das Sessões* — era pôr em causa as opções e as medidas estruturais propostas. É pena que o não tenha feito e que isto tenha acontecido.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não diga asneiras, Sr. Deputado.

O Orador: — Quanto à segunda crítica, a única coisa que a oposição tem a fazer é esperar pelo Plano para 1984 ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Esperar!... Como se isso fosse assim!

O Orador: — ..., analisar o seu conteúdo e, se o achar conveniente, pedir que o decreto-lei que o aprova e põe em execução suba à Assembleia para então ser discutido e ratificado, se esta Câmara assim o decidir.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — O Sr. Deputado, olhe que está a ficar sem substrato! ...

#### *Risos do PCP.*

O Orador: — Passando à crítica relativa à redução do volume da formação bruta do capital fixo, quem pode ignorar a austeridade que é necessária para conter os desequilíbrios actuais da economia portuguesa?

Pensam os Srs. Deputados da oposição que vão dar grande novidade falando das restrições que se introduzem nas Grandes Opções? Não é desde logo o Governo que, pelas extrapolações que faz em termos de estimativa — e é importante que isto seja retido — e não em *fétiche* de números, assume responsavelmente a evolução favorável ou desfavorável das grandezas que constam da própria proposta de lei?

Estarão naturalmente integrados nessas evoluções sacrifícios que se pedem aos Portugueses. Mas o que se pergunta é se esta Assembleia os analisou bem. Neste particular é que penso dever ser aprofundada alguma coisa. Vejamos: a redução da formação bruta do capital fixo em relação a 1983 está prevista — e sublinho «prevista» — em 9,2 %. Como é sabido a redução é designadamente distribuída entre o sector público administrativo, onde decresce 25,6 %, o sector empresarial do Estado, onde decresce 16,1 %, e o sector privado, onde decresce 3,5 %.

Não obstante, em relação à despesa interna total, mantém-se ainda a percentagem de 27,4 % para a verba afecta à formação bruta do capital fixo.

As posições, aqui mais uma vez em críticas divergentes, lamentaram a redução das verbas dos sectores públicos — administrativo e empresarial. Algumas vezes, se bem entendi, por parte do CDS parece que a crítica seria no sentido de uma maior redução. Mas obviamente nenhuma dessas críticas acolhe posição favorável no meu grupo parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, sejamos rigorosos e atentemos, nomeadamente em que:

Primeiro, é sabido que nas empresas públicas e no sector administrativo tem havido deficiente gestão das verbas para além de alguns duvidosos investimentos;

Segundo, é importante reter que em austeridade é tanto ou mais importante gastar bem do que gastar muito. Aliás, gerir é exactamente distribuir recursos escassos e não recursos ilimitados.

Quanto à componente privada—nacional e estrangeira—é, como se sabe, apenas indicativa a evolução que se regista na proposta. A realidade que se vier a verificar depende naturalmente da confiança que o Governo e, sobretudo, os Portugueses forem capazes de recuperar para o funcionamento da sociedade portuguesa, quer nas áreas económicas quer na áreas sociais. Vem, aliás, a propósito relembrar a relatividade das quantificações macroeconómicas e a necessidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifesta mais uma vez de que o Governo acompanhe a par e passo essa evolução e que, sempre que possa, ajuste a conjuntura, de modo a reduzir os sacrifícios que conscientemente, todos o sabemos, está a exigir dos Portugueses.

Por tudo quanto expusemos, entende ainda o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que foram poucos os quase nulos os contributos dados pela oposição ao enriquecimento da proposta de lei em análise.

Pelo nosso lado e face às considerações expostas, a posição que assumimos é naturalmente a de dar o nosso apoio à proposta do Governo, convictos e conscientes de que existe um grande desafio, que é posto aos Portugueses em geral e ao Governo em especial e que consiste em saber compatibilizar a conjuntura difícil que atravessamos com as medidas estruturais que urge tomar — e aí o Governo vai no bom caminho, importa apenas concretizá-lo. O Governo está, pois, a assumir esse grande desafio.

Um outro grande desafio que se coloca ao Governo, e aos Portugueses em geral, é o de responder à necessidade patriótica, económica e social de gastar bem os recursos de que dispomos e que são escassos. Para tanto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lembra que na execução do Plano o Governo deve ter como preocupação permanente:

- 1) Seleccionar, com rigor, os projectos de forma a que obedecam aos critérios por ele — Governo — enunciados e por nós aprovados, fugindo assim à posição fácil de ceder a situações de pretenso facto consumado, mas de prioridade económico-social duvidosa;
- 2) Controlar, com rigor, a execução material — e não só financeira — dos projectos que forem autorizados;
- 3) Rever as condições de adjudicação e compra, de modo a gerir, como lhe cabe, com rigor, isenção e linearidade os fundos públicos;
- 4) Responsabilizar na execução dos projectos os seus promotores em representação do sector público, de modo que se evite que, por inércia, se incorra em sobrecustos ou mesmo desperdícios;

- 5) Condicionar a critérios de sobriedade e funcionalidade as obras públicas, de modo a evitar situações de espavento, com escândalo para técnicos e público, em geral;
- 6) Condicionar também a critérios de economia e competitividade todos os projectos do sector empresarial do Estado.

Em suma, como lembrou o Sr. Deputado Magalhães Mota, que me permite citar, «o Governo deve rever toda a orgânica do planeamento, mas no curto prazo». E, Srs. Deputados, só no curto prazo é possível rever as áreas de selecção dos investimentos e controlar atempada e rigorosamente esses projectos. Só assim, Srs. Deputados, podemos compatibilizar o esforço que o país precisa, a carência que existe e a honestidade e o rigor que o Governo nos promete aplicar na gestão das coisas públicas.

Nesta área o PS entende ainda que, apesar das dificuldades existentes, que não ignora e assume responsável perante todos os portugueses, o Governo deve fazer um esforço nas verbas a atribuir ao PIDDAC, de modo a considerar, na medida do possível, os nossos compromissos enquanto partido, seja na área da habitação, seja na da agricultura e pescas, seja em algumas áreas sociais.

Nesse sentido e em tempo oportuno apresentaremos propostas em consonância com o Grupo Parlamentar do PSD, que apoia maioritariamente este Governo.

Permitam-me pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que conclua a minha intervenção neste termos: mais uma vez, faltou a oposição, pelas razões que já expus, o contributo que lhe cabia dar neste debate. Cabe ao Governo o encargo de enfrentar os desafios que apresentámos e mobilizar, para o acompanhar, os portugueses. Deve o Governo, como aliás, nos promete, acompanhar a evolução da conjuntura em 1984, de modo a, logo que as circunstâncias o permitam, aligeirar as medidas de austeridade que, como todos temos consciência, custam bem caro a todos os portugueses.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Nem todos!

O Orador: — Quer dizer, o Governo não deve cair na tentação tão própria dos tecnocratas de usar números e previsões. Bem ao contrário, deve acompanhar, a par e passo, a evolução da conjuntura e agir patrioticamente em conformidade, sempre de modo a diminuir os sacrifícios que estão a ser exigidos aos portugueses.

É neste sentido e com a certeza clara de que assim acontecerá que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia as Grandes Opções do Plano propostas pelo Governo.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Estão inscritos para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Almerindo Marques os Srs. Deputados Pinheiro Henriques, Moraes Leitão e Guido Rodrigues.

Mas, antes de mais nada, gostava de salientar aos Srs. Deputados que na galeria à minha direita se encontra um grupo de alunos da Escola Secundária do Restelo. Cumpre à Mesa saudar a sua presença, certa

de que será, pelo menos para alguns deles, a sua primeira entrada na Assembleia da República, antecedente àquelas outras que se vão seguir quando, por direito próprio, puderem também, como desejamos, ocupar os nossos lugares sem tudo aquilo que, em ditadura, nós sofremos no passado.

Muito obrigado pela vossa presença aqui.

*Aplausos*

Tem então a palavra o Sr. Deputado Pinheiro Henriques, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE): — Sr. Deputado Almerindo Marques, V. Ex.<sup>a</sup> disse que a oposição não apresentou aqui nenhuma alternativa à política económica do Governo. Não estamos de acordo com essa sua afirmação porque nós apresentámos aqui uma alternativa. Ou será que V. Ex.<sup>a</sup> não considerou uma alternativa a esta política económica do Governo, num âmbito mais alargado do que o das Grandes Opções do Plano, a aplicação da capacidade de endividamento de que se disponha no sentido de promover um certo desenvolvimento, um certo relançamento, uma certa modificação estrutural da economia portuguesa?

Esta é a alternativa que temos e que ontem eu próprio aqui apresentei. Demonstrámos que é uma alternativa possível. Cumpre-lhe a si, Sr. Deputado, demonstrar que o não é.

Por outro lado, o Sr. Deputado disse que ninguém punha em causa que o défice das contas com o exterior — o défice da balança de transacções correntes — pudesse ser considerado um objectivo. O Sr. Ministro das Finanças até veio aqui dizer que esse é um objectivo dominante destas Grandes Opções do Plano. No entanto, nós entendemos que não deverá ser assim, isto é, deve ser uma condicionante, uma restrição importante a qualquer política económica, mas não propriamente um objectivo final como vem indicado nesta proposta de lei.

Em relação às Grandes Opções do Plano para 1984, entendemos que o que está em apreciação não é o próprio Plano, mas as suas grandes orientações. De qualquer forma, a critica que fizemos e que mantemos, é a de que essas orientações são demasiado vagas e que podiam ser mais concretas. Podiam conter medidas concretas e que pudesssem ser por nós apreciadas.

Deixamos uma última questão: estará a maioria, no caso concreto o Partido Socialista, na disposição de aceitar que o decreto-lei que estabelece as Grandes Opções do Plano para 1984 seja submetido à aprovação desta Assembleia?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Almerindo Marques, V. Ex.<sup>a</sup> tem outros oradores que o desejam interpelar. Pretende responder no fim ou imediatamente?

O Sr. Almerindo Marques (PS): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Moraes Leitão.

O Sr. Moraes Leitão (CDS): — Sr. Deputado Almerindo Marques, V. Ex.<sup>a</sup> pareceu-me o árbitro que apitou o final do jogo.

Chegou aqui e, com ar de que o debate sobre as Grandes Opções do Plano para 1984 tinha encerrado, disse: «o Governo tem razão, a oposição não existe».

O Sr. Luís Saias (PS): — E é verdade!

O Orador: — Creio que o debate sobre as Grandes Opções do Plano para 1984 só se encerra na próxima sexta-feira e a pergunta que lhe faço é a seguinte: admite ou não V. Ex.<sup>a</sup> ainda à pobre oposição que apresente até sexta-feira algumas alternativas?

Em segundo lugar, V. Ex.<sup>a</sup> diz que a oposição não tem uma alternativa global e, portanto, não tem alternativa. O Governo apresenta-se com objectivos fundamentais, que são como as verdades do Sr. de la Pallisse. O Governo diz: primeiro, reduzir o défice externo; segundo, reduzir o défice orçamental; terceiro, recuperar e modernizar a economia.

Para o Sr. Deputado, como nós estamos de acordo com isso, não temos alternativa. Será isso o que quer dizer? Será que o PS quer criar nesta Câmara uma espécie de União Nacional em que, perante afirmações de que Portugal é um país independente, quem não nega não tem alternativa?

Acho que as verdades de la Pallisse justificam que, nos objectivos intermédios, nas medidas para os alcançar, nos métodos para realizar esses objectivos, a oposição se esforce e tem-no feito, tendo honestamente afirmado alternativas em diversas políticas. E o senhor vai ouvi-las mais.

Sr. Deputado, nestas alternativas fundamentais — redução do défice externo, redução do défice orçamental, recuperação e modernização da economia — não terá sido o PS quem mudou? Não foi o PS quem, em 1979, 1980, 1981 e 1982, veio tomar a nossa alternativa? Gostava de ser esclarecido sobre isso para, mais tarde, poder intervir.

Finalmente, o Sr. Deputado acusou o CDS de, através do Sr. Deputado João Lencastre, ter citado o modelo macroeconómico que ainda não pôs aos olhos do público. Mas depois também acusou e afirmou que esses modelos são meras previsões, não são fétiches — na sua expressão — e, consequentemente, não têm o valor de uma alternativa. Nós, em Portugal, temos vivido — salvo o devido respeito — bastante anestesiados com este modelo comprado aos noruegueses: mais consumo privado, menos consumo público, mais investimento, mais exportações, menos importações. Ficamos todos extasiados com o que os economistas nos dizem e depois nada do que dizem se realiza.

Sr. Deputado, não é alternativa apresentar aqui um modelo diferente; o que é alternativa é apresentar métodos diferentes em termos de política fiscal, de política orçamental, de política de investimento, de política perante as empresas públicas, de política quanto às exportações, etc.

Gostaria que o Sr. Deputado me informasse, para além desse seu jeito para arbitrar o jogo, se não nos é lícito construir e formar uma alternativa real através das políticas instrumentais que, essas sim, são de total importância para o povo português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Guido Rodrigues.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Sr. Deputado Almerindo Marques, ao iniciar o pedido de esclarecimento, gostava de corrigir um pequeno *lapsus linguae* do Sr. Deputado quando referiu que o PSD apoia majoritariamente o Governo. Efectivamente não é assim: o PSD apoia integralmente o Governo.

#### Aplausos do PSD.

Ultrapassada esta pequena questão inicial que, no entanto, era importante que ficasse corrigida, queria referir-me ao investimento.

Prevê-se nas Grandes Opções do Plano e seu enquadramento orçamental que o investimento diminua cerca de 29 %. Queria centrar-me fundamentalmente no PIDDAC, cuja dotação é de 58 milhões de contos, o que corresponde a uma redução de 29 % relativamente a 1983.

Por seu lado, o PISEE tem uma dotação de 140 milhões de contos, o que corresponde a uma redução, em termos reais, de 16 % também relativamente a 1983. Desses 140 milhões de contos, 20 milhões de contos destinam-se a aumentos de capital estatutário para as empresas públicas e 13 milhões de contos são subsídios para essas empresas públicas.

Por outro lado, há ainda uma dotação para previsão orçamental no valor de 37 milhões de contos que se destina a despesas imprevistas e inadiáveis.

Reflectindo um pouco sobre estes números, é entendimento do PSD que, com esta redução extraordinariamente sensível de 29 % do PIDDAC, tal pode levantar alguns problemas de realização do plano de conjuntura previsto. Por tal razão, damos o nosso acordo à proposta do Sr. Deputado Almerindo Marques e vamos propor ao Governo — e esperamos que este aceite — uma modificação desta verba, por forma a que, tendo obviamente em conta a situação de contenção e de dificuldade em que nos encontramos, ela seja reforçada.

No que diz respeito à dotação para previsão orçamental que se destina a imprevistas e outras, julgo que também aí devia haver alguma reflexão por parte do Governo sobre a verba atribuída, mas a mais quando nos encontramos numa situação em que, ainda recentemente, houve — e estamos ainda a viver os seus resultados — a catástrofe das inundações em Lisboa e outros problemas conjunturais podem surgir.

A finalizar, e tendo também em conta as palavras do Sr. Deputado Moraes Leitão, queria dizer que, até ao final do debate, faremos a síntese do que aqui foi dito, quer pelos partidos apoiantes do Governo quer, obviamente, pelas oposições, no sentido de propor ao Governo as alterações ou modificações que entendermos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Almerindo.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — Sr. Deputado Pinheiro Henriques, já ontem tive oportunidade de lhe referir que comprehendo que o MDP/CDE admite a existência de uma alternativa que passe por uma reavaliação da nossa capacidade de endividamento e, inclusive, nesse particular, ver o que é possível e viável nessa matéria. Não obstante, dir-lhe-ei, tal como fiz ontem, que a capacidade de endividamento não é

um juízo unilateral; é um juízo global, é pelo menos um juízo bilateral. É mau que assim seja, sobretudo nos países que se encontram na nossa situação — mas esta é a verdade.

Relativamente ao objectivo prioritário do Governo em relação à balança de transacções correntes, aceito perfeitamente que o Sr. Deputado diga que não é este o objectivo prioritário — aliás, fámos há pouco entrar numa discussão de palavras, cujas conclusões não tinham grande mérito —, mas o que importa é saber qual é o objectivo prioritário que o MDP/CDE põe em alternativa, como aliás referi na minha intervenção.

Quanto às Grandes Opções do Plano para 1984, o Sr. Deputado refere, mais uma vez, que as suas orientações são vagas. Tinha tido uma boa oportunidade, no debate, de dizer onde e por que razão elas são vagas e não transportar eventuais críticas ou considerações que tenha feito — e penso que não fez —, especialmente nos projectos, porque, isso sim, respeita concretamente ao Plano.

Pergunta-me ainda se, relativamente às Grandes Opções do Plano, o PSD acha que deve ser submetido à aprovação do Parlamento. Sr. Deputado, o PS, como grupo parlamentar autónomo que é, analisará o Plano em função dos compromissos que assume e que naturalmente são explícitos com o Governo e verá qual é o conteúdo do Plano e do Orçamento. Naturalmente que qualquer outro grupo parlamentar pode fazer o mesmo.

Quanto ao Sr. Deputado Moraes Leitão, algumas das considerações que fiz, relativamente ao posicionamento do seu grupo parlamentar, eram com as reservas que explicitei, exactamente porque não tinha colhido, com segurança, as conclusões que avançou.

Com esta ressalva, direi que não sou árbitro de nada e sobre isso não tenho qualquer dúvida sou apenas um apreciador de um debate ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É um espectador!

O Orador: — ... não sou árbitro. Quanto muito, tentei qualificar as regras do jogo. Mais nada!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É o árbitro novamente!

O Orador: — Não é óbvio que eu tenha concluído que o Governo tem razão e que a oposição não existe. Bem pelo contrário: eu disse que ela existia, o que não tinha era apresentado os contributos que eu achava que deveriam ter sido apresentados. Mas é óbvio que a oposição existe e ainda bem que existe.

Quando me diz que até sexta-feira apresenta uma alternativa, dir-lhe-ei que toda a demora é perda de tempo, mas antes sexta-feira do que nunca ... Pena é que a alternativa não esteja já cá hoje, ou mesmo não tenha sido dada no começo do debate.

Quanto aos objectivos do Governo, o Sr. Deputado qualificou-os como verdades de la Pallisse. Penso que são objectivos discutíveis ou não, mas, quanto a qualificá-los de la Pallisse não é tanto assim porque houve momentos em que o seu julgamento não foi tão conclusivo. Há, no entanto, uma coisa que lhe garanto: é que, quando fiz a apreciação do debate, não estava a pensar em «União Nacionais», pois não tenho nada

a ver com isso. Aliás, o conteúdo das intervenções de todos nós fica registado. Eu nada tenho a ver com a União Nacional, nada tenho a ver com isso.

O Sr. Moraes Leitão (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não é nada disso que está no meu espírito.

Pergunta o Sr. Deputado quem mudou. Dir-lhe-ei que todas as conjunturas determinam determinados — passo o pleonasm — julgamentos e, a conjunturas diferentes, julgamentos diferentes. Se o julgamento é ou não correcto, cada um que o faz assume a responsabilidade. Neste momento, o que o Partido Socialista assume é aquilo que disse hoje e nos dias que já passaram, desde que o debate se iniciou.

Quanto aos valores econométricos, é natural que eu não tenha nenhum sentido de fetiche e do absoluto. Penso que nenhum de nós o tem. Mas também é natural, é óbvio, que todos nós damos o peso devido a esses modelos, só que não lhe damos é o valor absoluto.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Até podem estar errados!

O Orador: — «Até podem estar errados», diz o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Estão, estão errados!

O Orador: — O que importa, acima de tudo, é que se tenha a consciência da relatividade desses modelos e estar-se atento à evolução dos pressupostos que lhe serviram de base e até à realização dos valores que lhe estão implícitos e até mesmo explícitos. Nada há a criticar quanto à posição que a oposição assume relativamente à política de investimentos, à política de gestão do sector empresarial do Estado, etc. O que é lícito, isso sim, é que — e foi nesse sentido que fiz a minha intervenção — a oposição apresente alternativas reais e credíveis. E aqui volto a fazer referência aos julgamentos que fiz quanto à posição do CDS neste debate.

Ao Sr. Deputado Guido Rodrigues, é óbvio que tenho de me retratar e pedir-lhe desculpa pelo lapso de linguagem que tive. Isso é óbvio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas ainda bem que tive este lapso de linguagem porque é mais uma oportunidade que tenho para esclarecer que se tratou de um lapso de linguagem e que há um manifesto apoio, quer do PSD quer do PS, ao Governo.

O que eu queria dizer na minha intervenção, Sr. Deputado — e talvez a pontuação não esteja correcta — é que o Grupo Parlamentar do PS e o Grupo Parlamentar do PSD apoiam, maioritariamente no Parlamento, o Governo. Isto é claríssimo e não pode deixar dúvidas a ninguém.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado fez depois várias considerações e citou números. São considerações

que estão a ser objecto da nossa apreciação cuidada. Aliás, na nossa intervenção, fizemos um apelo ao Governo no sentido de rever as verbas atribuídas e naturalmente, até neste particular, trata-se de mais uma concretização da saudável convergência que existe nesta matéria.

Quanto às alterações e modificações, estou perfeitamente de acordo em que sejam feitas. É, mais uma vez, a ilustração do que acabo de referir.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O ponderado e, digamos mesmo, substancial discurso proferido ontem nesta Assembleia pelo Sr. Ministro da Agricultura e o anúncio de próxima intervenção no debate a que se procede das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado por parte do Sr. Secretário de Estado da Agricultura são, por si só, reveladores da importância que o Governo atribui a este sector da economia do País.

De salientar, igualmente, o interesse posto pela Assembleia no tratamento das questões agrícolas, ao ponto de nenhum outro tema, até agora, haver concitado tão elevado número de intervenções e tão desusado número de pedidos de esclarecimento como aqueles que foram feitos ao responsável pela pasta da Agricultura, o que tudo contrasta com o debate do anterior Orçamento do Estado, durante o qual não foi produzida uma única intervenção sobre o sector agrícola.

Felicitamos o Governo e felicitamos a Câmara por todo este interesse, na convicção de que não nos encontraremos apenas a fazer meros exercícios de retórica, mas antes a conjugar esforços, seja no acto de criticar, seja no acto de aplaudir, para que o sector agrícola, parente pobre dos demais sectores da economia, não seja o mais atingido nesta difícil «passagem do rubicão» da austeridade a que todos teremos de nos sujeitar.

Das propostas elaboradas pelo Governo sobre as Grandes Opções do Plano para 1984 e sobre o Orçamento do Estado, uma ideia nos parece ressaltar com a maior clareza, no que à agricultura respeita. De facto, a política agrícola que aqueles documentos pressupõem, é-nos apresentada, não por forma desgarrada e autónoma mas, antes, no contexto de uma política económica global.

E a nós parece-nos acertado o reconhecimento que é feito de que o desejado equilíbrio do nosso sistema económico e o seu desenvolvimento futuro, passam pelo relançamento da nossa agricultura.

Relançamento que é tão imperioso e tão necessário, quanto é bem conhecida a base de que tem de partir-se:

Padrões de vida baixíssimos, na generalidade dos meios rurais;

Progressivo abandono, degradação e não aproveitamento de importantes recursos naturais;

Profundas assimetrias regionais;

E uma cada vez mais acentuada dependência alimentar do País, com o inerente reflexo no endividamento externo.

Não admira, assim, que o próprio Governo reconheça que o produto interno bruto, nos sectores da

agricultura e pescas, deverá atingir, no ano corrente, um significativo decréscimo de 5 %.

Este plano inclinado por onde tem deslizado a nossa agricultura, sem resposta bastante àquilo que do sector se esperaria, no sentido de potenciarmos o nosso auto-aprovisionamento de bens alimentares e no sentido de, por essa via, reduzirmos a nossa dependência externa, não podia deixar de levar o Governo a erigir o aumento da produção agrícola como a opção das opções.

Diz-se-á que este objectivo prioritário já constava quer de Programas de Governo, quer de opções de planos anteriores e que os resultados estão à vista.

A verdade, porém, é que desses programas (referimo-nos, naturalmente, aos do Governo AD) constava também que os agricultores deveriam preparar-se para a situação decorrente de os preços de alguns produtos não conseguirem evoluir a ritmos iguais ou superiores à inflação.

Contrariamente, prevê-se agora, nas Grandes Opções do Piano para 1984, o aumento dos preços dos produtos agrícolas em termos de constituir um estímulo ao aumento de produção do sector.

É que — pelo menos nós assim o pensamos — uma política que vise aumentar a produção deverá ser acompanhada de uma política de preços que a oriente e encoraje, nomeadamente através da sua fixação antecipada e em termos de justa compensação, com a conveniente organização dos mercados e a garantia do escoamento dos excedentes.

Por outro lado, parece-nos importante assinalar que não é indiferente, quando se define uma política dirigida ao aumento da produção agrícola, a questão de saber qual o grau dos benefícios acrescidos das advenientes para quem produz.

Quando nós pensamos em termos de aumento de produção agrícola, colocamos, em primeiro lugar e como objectivo principal a alcançar, a melhoria das condições de vida dos agricultores e de todo o mundo rural.

Os princípios da solidariedade e da democracia económica e social que nos norteiam, fazem com que sejamos exigentes connosco próprios e, também, em relação a um Governo que é constituído na base de 2 partidos reconhecidamente tributários dos valores da social-democracia e do socialismo democrático.

Naturalmente que o Governo não irá limitar-se a propiciar a prática de preços compensadores, como forma de incentivar o aumento da produção agrícola, embora tenhamos como certo que uma correcta política de preços constitue, só por si, estímulo bastante para que um aumento da produção agrícola tenha lugar.

Apesar da subida em flecha de quase todos os factores de produção, estamos em crer que, exemplificativamente, quer as recentes subidas dos cereais, quer a do leite, quer a da carne, funcionarão como elementos determinantes do aumento de produção desses produtos.

Não se ignora, porém, o perigo que representaria atingirem os preços dos produtos agrícolas montantes que os situassem em termos de perigo concorrencial por parte de produtos similares dos países da CEE. Alguns dos nossos produtos situar-se-ão já mesmo, porventura, em níveis de preços bordando uma linha que não suportará mais aumentos dos factores de produção.

A vontade política continuamente expressa de uma próxima entrada no Mercado Comum, obrigará a um redobrado esforço na elaboração de uma política de preços que não acabe por ser fonte de ruína, em vez de riqueza e bem-estar do agricultor.

Por outro lado, circunstâncias como as que ocorrem em relação ao país vizinho, onde factores de produção, como os adubos, são mais baratos e certos produtos, como os cereais, são mais caros, constituem aliciantes à prática ilegal de contrabando desses e de muitos outros produtos.

Particularmente no que se refere aos cereais, aqui deixo o meu alerta em relação às próximas colheitas. Embora o Ministério da Agricultura não seja o directamente responsável pela vigilância de fronteiras, a verdade é que não lhe pode ser indiferente a previsível tentativa de entrada por contrabando de cereais produzidos no país vizinho e, também, achamos mesmo que, no seu próprio âmbito, algo poderá fazer para esconjurá-lo de que falamos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não se devem ignorar, também, os programas de investimentos em que o próprio Estado se encontra empenhado, quer através dos projectos integrados de Trás-os-Montes, Cova da Beira, Algarve e outros, quer através de projectos sectoriais, como exemplo do esforço que se pretende fazer para a modernização da nossa agricultura o que, só por si, desautoriza a afirmação aqui feita de que este Governo vive de costas voltadas para o povo. Poderia observar-se que para crise tão grande, nem os projectos sobejam nem a sua conclusão é para amanhã.

Por nós pensamos, porém, que o que se torna necessário é não perder nem um só dia de trabalho, nem esbanjar os parcos recursos de que dispomos. Recursos que não poderão ser apenas os do Estado, em matéria de investimento.

A conjuntura impõe-nos, certamente, que as acções a empreender, seja pelo Estado seja pelos particulares isoladamente considerados ou reunidos em associações ou cooperativas, se dirijam preferencialmente para projectos de mais rápida rendibilidade. E aí nem será difícil a sua selecção nem a respectiva mobilização de recursos.

Em termos de futuro, haverá de apostar-se, todavia, em profundas modificações estruturais. O Programa do Governo, que as prevê, acha-se, tenhamos a honestidade de o reconhecer, em começo de execução. E em agricultura, como é sabido, investe-se por vezes só para os filhos ou mesmo só para os netos. É o que a sabedoria popular traduz no velho provérbio «pinhal do meu pai, olival do meu avô».

Se a herança agrícola disfrutada pelas gerações presentes não propicia uma vida de qualidade, saibamos ao menos preparar um melhor futuro para as novas gerações.

O desafio que se põe a este Governo é muito grande. Mas hostilizá-lo, quando se lhe conhecem os propósitos não é, de certo, a melhor forma de contribuir para a superação da crise.

Numa análise sumária do orçamento do Ministério da Agricultura e Alimentação, feita em termos globais, por parte da Comissão de Agricultura e Pescas, reconhece-se que a área de manobra para o desenvolvimento das políticas contidas nas Grandes Opções se encontra consideravelmente espartilhada.

Faltou porém precisar, ainda que também em termos globais, se era possível, considerando o Orçamento do Estado no seu todo, subtrair deste, para o Ministério da Agricultura, verbas mais vultuosas, sem pôr em causa a harmonia da política de conjunto.

O Sr. Ministro foi o primeiro a reconhecer que o orçamento do seu Ministério era restritivo e limitado. Mas também esclareceu, e nós estamos de acordo, que não se pode confundir orçamento com investimento na agricultura e que o desenvolvimento desta há-de ser, sobretudo, obra dos agricultores e dos empresários.

Se estes se oportunizarem disso, mesmo com orçamentos de austeridade, a agricultura poderá começar a deixar de ser aquela «arte de empobrecer alegremente», como é de uso dizer-se.

A ausência de derrotismo que se nota nesta minha intervenção, não é porém sinónimo de uma posição acrítica, nem de convite a uma renúncia de constante vigilância pela execução orçamental.

Bem ao contrário, diremos que o Sr. Ministro da Agricultura se acha obrigado a dar provas da racionalidade que for capaz de imprimir na gestão das verbas atribuídas ao seu Ministério, a empreender, no tempo devido, as acções e reformas a que se referiu. Se o fizer, não lhe regatearemos o nosso aplauso; se o não fizer, não estranhará a expressão do nosso descontentamento.

São os interesses do País, tal como os vemos, que o exigirão.

*Aplausos da ASDI, do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, vou ser muito breve na formulação dos pedidos de esclarecimento, porque o tempo de que o meu partido dispõe já é muito pouco e temos ainda uma série de intervenções para fazer, até para dar alguma satisfação às preocupações há pouco aqui apresentadas pelo Sr. Deputado Almerindo Marques.

Falou V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Vilhena de Carvalho, na problemática dos preços agrícolas. Dentro dos objectivos fixados pelas Grandes Opções do Plano, foi esta a única que me pareceu ser de considerar uma prioridade. No entanto, Sr. Deputado, gostaria que me explicasse melhor o desenvolvimento da sua ideia.

É claro que sabe — até por conversas que já temos tido sobre esta matéria — qual é a minha opinião e que, em alguns aspectos, é coincidente com a de V. Ex.<sup>a</sup>. No entanto, agradecia-lhe que a explicitasse melhor, nomeadamente no que diz respeito aos custos dos factores de produção. É isto, porque diz V. Ex.<sup>a</sup> que, pela primeira vez, não se frisou bem que este aumento seria superior ao aumento dos custos de produtos.

Ora, quere-me parecer que a sua interpretação, Sr. Deputado, não será a mais correcta se atentarmos no aumento concreto que sofreram os adubos e que, eventualmente, podem vir ainda a sofrer; no aumento das rações que, segundo consta, até ao fim do ano ainda vão sofrer um aumento na ordem dos 35%; no aumento dos combustíveis, que julgo ainda não ter parado; no aumento consequente das rendas, no aumento por arrastamento das rendas da terra; e no au-

mento de muitos outros factores que intervêm depois, directa ou indirectamente, e que se reflectem logicamente no preço dos produtos. Portanto, gostaria que me dissesse se V. Ex.<sup>a</sup> entende ou não que esta situação já está distorcida, já está acompanhada em favor dos preços dos produtos.

Por outro lado, não me apercebi bem de qual a responsabilidade que V. Ex.<sup>a</sup> imputa aos organismos de coordenação económica. Será que o Sr. Deputado entende que, apesar dos parcisos meios que este Governo dispõe, não é possível, sem grande dispêndio de verbas, procurar reorganizar e reestruturar estes serviços em termos de os pôr a funcionar em prol da lavoura e não, como muitas vezes tem acontecido, em prol do comércio, muitas vezes até favorecendo de uma forma perfeitamente inexplicável o intermediário?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vilhena de Carvalho.

**O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI):** — Sr. Deputado Soares Cruz, apercebi-me que a sua preocupação é a de que continue a não haver paragem na subida dos custos dos factores de produção. Esse é também o meu receio e esse é igualmente o receio dos agricultores.

Podendo ver compensada essa subida com subidas que venham a verificar-se dos produtos obtidos a maiores custos, corre-se um outro perigo — perigo esse que, aliás, salientei na minha intervenção — que é o de que esses preços se tornem incompatíveis, quer num quadro de consumo interno, quer mesmo num quadro, que eu já vejo a uma certa distância, de concorrência com produtos similares dos países da CEE.

Todavia, penso que o Governo tem nas mãos os instrumentos indispensáveis para controlar essa situação. Por exemplo, uma vez que se falou num possível aumento do gasóleo, o Governo tem possibilidades de compensar os agricultores não deixando subir o preço do gasóleo para a agricultura. Quer dizer, deve agir na base dos rendimentos e preços, por forma a que, dos preços praticados de cada produto, resulte a suficiente compensação ao agricultor, para que este se sinta suficientemente estimulado para aumentar a produção. Se o Governo travar o mais possível a subida dos custos de produção e tornar possível que os preços dos produtos agrícolas sejam compensadores, penso que será uma das vias importantes — talvez mesmo a mais importante — para estimular o agricultor a produzir mais.

No momento de crise em que vivemos há que seleccionar muito bem aquilo que se vai produzir. Com efeito, temos de escolher aquilo que dê mais rapidamente rendimento e aumento de produção. Por exemplo, não vamos começar a plantar maçã para colher daqui a sete anos, mas sim pêssegos para produzir já para o próximo ano. Quer dizer, os agricultores têm que se capacitar de que esse aumento de produção terá que ser obtido também na selecção dos produtos a consumir, o que terá que ver não só com o mercado interno, mas até com as possibilidades que se antevejam de exportação dos mesmos produtos.

Relativamente às questões que o Sr. Deputado me colocou quanto aos organismos de coordenação económica, devo dizer que não me referi a eles na minha intervenção, porque isso daria — como se costuma di-

zer — «pano para muitas mangas», na medida em que teria de fazer algumas críticas, para não dizer bastantes, sobre alguns deles.

Portanto, apenas vou referir um aspecto: há organismos de coordenação económica que contribuem para propiciar altas de preços de produtos agrícolas que a certa altura até são compensadores, mas é para ganharem muito com os stocks que têm acumulados. Não será esta uma regra geral, mas é um facto que se verifica e é uma crítica que não pode deixar de ficar feita.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Soares Cruz (CDS): — Podia V. Ex.<sup>a</sup> explicar alguns desses organismos de coordenação económica que se estão a aproveitar dos stocks para distorcer o mercado?

O Orador: — Estava a lembrar-me, por exemplo, do azeite.

Estava também a lembrar-me de referir o seguinte: infelizmente os agricultores deste país constatam por vezes que ganham mais quando colhem menos. Ora, esta é uma situação que não pode continuar. O agricultor tem que ter uma justa compensação para o seu trabalho e, por conseguinte, mais compensação quando colhe mais. Ora, se ele faz contas chega à conclusão de que, por um mecanismo por vezes errados de preços, ganha mais dinheiro quando colhe menos, em nada se sente estimulado a produzir mais.

Vozes da ASDI e do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Hernâni Lopes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa sessão anterior a esta já tive oportunidade de fazer uma apresentação do documento das Grandes Opções do Plano. No entanto, julgo que também será útil fazer uma apresentação breve e sintética da proposta de lei do Orçamento do Estado, em termos da sua discussão na generalidade. É evidente que esse documento será objecto de uma análise em pormenor e cuidada no quadro da discussão na especialidade. Mas, julgamos que se justifica uma apresentação neste momento do conjunto do documento naquilo que ele tem de linhas fundamentais.

Esta proposta de lei do Orçamento do Estado para 1984, que o Governo apresentou à Assembleia da República para discussão, foi elaborada em função dos condicionamentos de gestão financeira do Estado impostos pela necessidade de controlar a situação actual da economia portuguesa. Ela apresenta duas características gerais dominantes.

A primeira delas é a de que a proposta de lei reforça uma tendência indispensável para reduzir a percentagem do défice orçamental em termos do PIB, o que já se vinha a verificar de há alguns anos a esta parte.

Com efeito, o défice do Orçamento do Estado em relação ao Produto Interno Bruto evoluiu em 10,4 %

em 1980 para 10,3%, 9% , 8% em 1983 no Orçamento revisto e, na proposta de lei agora apresentada, evoluirá para 6,1 %.

Em segundo lugar, a proposta de lei que foi submetida à Assembleia da República, se for aprovada, deve constituir uma base de partida para um maior grau de racionalização da actividade financeira e económica do Estado, apontando para linhas de evolução no quadro da gestão da Administração Pública portuguesa que o Governo reputa como importantes.

Deste modo, o Estado procura conter o ritmo do seu próprio endividamento interno e externo. Por outro lado, a execução do Orçamento do Estado constituirá ocasião para implementar transformações importantes no funcionamento do próprio Estado. São estas as duas linhas de fundo que percorrem o conjunto dos documentos apresentados e em relação às quais o Governo dá uma grande importância.

Gostaria de salientar que este esforço de contenção de despesas que está previsto e contido nos documentos apresentados pode ser melhor compreendido se se fizer notar que no défice líquido total de 172,6 milhões de contos estão incluídos 219,5 milhões de contos de juros da dívida pública. Se levássemos o raciocínio até ao limite — o que é um pouco absurdo —, isto quer dizer que se não fosse o peso da dívida pública acumulada, o Orçamento do Estado apresentaria, por um simples jogo de aritmética elementar, um excedente de 46,9 milhões de contos. Portanto, o problema do peso do serviço da dívida constitui um dos principais factores de rigidez da gestão financeira do Estado, e tem que ser enfrentado com determinação.

É, pois, nessa linha que o Governo procura actuar no quadro da proposta de lei que formulou.

Contudo, não é só o Governo, mas também o conjunto do País, que tem que estar ciente de que será necessário, ainda por vários anos, fazer esforços muito sérios de rigorosa gestão financeira para controlar o crescimento da dívida, isto é, reduzindo os défices, e para conseguir absorver os seus efeitos negativos. Este é mais um aspecto em que apenas a consciência dos problemas e o rigor da gestão permitirão ao País resolver, com dignidade e com eficiência, problemas e entraves fundamentais ao funcionamento da economia que se foram acumulando ao longo de anos.

E há aqui, em termos da proposta de lei do Orçamento do Estado, uma articulação profunda dos problemas que já encontrámos ao debatermos nesta Câmara os aspectos relativos às Grandes Opções do Plano. Há um complexo relativamente intrincado de problemas que implicam um esforço acrescido de disciplina na gestão financeira, em particular na gestão financeira do Estado que agora nos ocupa.

Acresce ainda que esses elementos de rigidez na gestão financeira do Estado não podem continuar a acumular-se ao mesmo ritmo, sob pena, como se pode concluir, de desagregação da própria administração financeira do Estado.

Com efeito — e basta recordar alguns elementos de ordem quantitativa — tem-se um bom indicador quanto a este risco se analisarmos a proporção do total das receitas fiscais que tem sido absorvida pelo pagamento de juros. Ora, essa proporção tem sido a seguinte: em 1980, 19,3%; em 1981, 25,1%; em 1982, 31,3%; em 1983, 37,3%, e prevê-se para o Orçamento de 1984, 41,3%. Quer isto dizer que é indispensável tra-

var o crescimento desta proporção, na medida em que não é exequível revertê-la em curto prazo. Contudo, é necessário travá-la de modo a que seja possível continuar a assegurar a gestão financeira do Estado.

Gostaria ainda de fazer um reparo com particular intensidade quanto ao modo de travar esse crescimento. Esse modo deverá assentar predominantemente na contenção da despesa e na boa gestão, em termos financeiros, da vida do Estado. Com efeito, como VV. Ex.<sup>as</sup> já tiveram oportunidade de notar, a proposta de lei do Orçamento do Estado que o Governo apresentou, traduz, na prática, o reconhecimento de que não é viável forçar o aumento da carga fiscal indefinidamente em Portugal. É um problema sério com o qual temos de nos debater, certamente como Governo, certamente como Assembleia da República, certamente também como cidadãos.

É por isso que o esforço essencial que o Governo apresenta na sua proposta de lei a esta Assembleia, de redução do défice do Orçamento, orienta-se fundamentalmente para a contenção da despesa e para uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

Para termos uma noção da evolução em termos do tempo, gostaria de dizer que a percentagem das receitas fiscais em relação ao PIB tem vindo a crescer quase ininterruptamente e a partir de 1980 para cá apresenta os seguintes valores: em 1980, 15,9 % em 1981, 17,9 %, em 1982, um ligeiro acréscimo para 17,6 %, em 1983 atinge o valor de 18,8 % e prevê-se para 1984, 18,9 %. É um acréscimo pequeno, marginal, mas é um acréscimo que por si mesmo denota esta característica que referi aqui há pouco, que é a de que não deverá nem poderá ser pelo acréscimo da receita que o problema do défice pode ser gerido, mas sim pela compressão, dentro de tudo o que for possível, em matéria de despesas. E é por isso que em termos do funcionamento do Estado, o Orçamento agora apresentado sob a forma de proposta de lei impõe um conjunto de exigências quanto à gestão rigorosa das despesas públicas, implicando a implementação de um dispositivo reforçado para o controle permanente da execução orçamental ao longo do ano.

Não foi esta certamente uma medida que fosse possível implementar a título imediato. No entanto, em relação à execução do Orçamento de 1984 — e neste sentido do controle da despesa —, encontra-se já no Ministério das Finanças e do Plano, em face de implementação, um núcleo especial de acompanhamento da execução orçamental, que funcionará a partir do início do próximo ano na Direcção-Geral da Contabilidade Pública. Isto é, o Ministério das Finanças e do Plano procurará acompanhar o mais de perto que lhe for possível a execução orçamental e procurará utilizar este instrumento para assegurar o cumprimento do resultado que sair em termos da discussão do Orçamento do Estado nesta Assembleia.

Em relação a esta matéria de despesas gostaria ainda de referir alguns elementos de ordem estatística, fazendo a comparação entre a despesa total em cada ano e o produto interno bruto que de 1980 a 1984 tem o seguinte comportamento: de 29,2 % em 1980 para 32,3 % em 1981, 31,1 % em 1982, 33,4 % em 1983 e nós prevemos — e aí está um bom indicador do esforço em matéria de gestão das empresas — que a despesa total diminua dos 33,4 % do ano corrente para 31,9 % em 1984. É evidente que se a despesa total for dedu-

zida dos encargos com juros, estas percentagens baixam significativamente, como já anteriormente vimos.

Para simplificar a questão e para não alongar a minha exposição, vou apenas referir que em termos de despesa total sem juros as percentagens relativas a 1983 e a 1984 denotam uma baixa de 26,6 % para 24,2 %.

Gostaria agora de referir em termos muito sumários dois ou três aspectos que julgamos interessantes e de relevo em matéria de receita.

Como VV. Ex.<sup>as</sup> já tiveram oportunidade de verificar, em matéria de imposto profissional foram ajustados os escalões mais baixos de modo a melhorar a equidade da tributação. Em matéria de imposto complementar propõe-se a alteração dos escalões de rendimento colectável dos contribuintes casados, desagravando a tributação da unidade familiar, que se procura também aliviar através de uma actualização das deduções para os cônjuges e filhos. E no quadro mais amplo do combate à evasão fiscal, apresenta o Governo a proposta de tributação presuntiva do imposto complementar nos casos em que os sinais exteriores do nível de vida dos contribuintes estão em patente desproporção com o seu rendimento líquido anual para efeitos fiscais.

Uma outra matéria que merece particular atenção ao Governo e que não é susceptível de tratamento imediato, mas que nos pareceu justificar uma referência especial, diz respeito à revisão do sistema fiscal português. Não era possível ao IX Governo apresentar desde já na proposta de lei do Orçamento do Estado para 1984, uma revisão em profundidade do sistema fiscal português. E não era possível não apenas por uma matéria de disponibilidade de tempo, não apenas por uma matéria da sucessão de mecanismos e de problemas de política económica que tiveram de ser implementados e de documentos que tiveram de ser trabalhados, mas também em função da necessidade de trabalhar em conjunto essa problemática da revisão do sistema fiscal português.

No terreno da concretização — aliás, como consta da própria proposta de lei —, o Governo pensa desde já terminar, no decurso de 1984, os trabalhos necessários para a introdução no Orçamento do Estado para 1985 do imposto sobre o valor acrescentado, elemento esse que reputamos importante na reforma da tributação indirecta no nosso país.

Do mesmo modo, serão dinamizados os trabalhos em curso destinados à futura introdução do imposto único sobre o rendimento de pessoas colectivas e singulares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta fase de discussão na generalidade do Orçamento do Estado e antes de a Câmara, em comissão especializada, proceder à sua análise concreta em termos de especialidade, julgo ainda de referir — para terminar esta breve exposição de introdução em termos gerais — o grande esforço de contenção que o Orçamento do Estado proposto representa no quadro do conjunto da política económica. Ora, esse esforço de contenção está totalmente compatibilizado com as linhas que foram apresentadas em termos das Grandes Opções do Plano.

Todos nós sabemos que o ano de 1984 será difícil. A gestão orçamental terá de ser rigorosa, terá de ser concretizada com um elevado grau de solidariedade entre os diversos departamentos e terá de constituir objecto de um permanente acompanhamento e controle

em termos conjunturais. Sem esse esforço de rigor, de solidariedade, de acompanhamento e de controle, não seria possível cumprir os objectivos definidos. O mesmo é dizer que não seria possível assegurar algumas das condições básicas para gerir a economia portuguesa e para lançar as bases da sua regeneração.

É nestes termos que o Orçamento do Estado que o Governo propôs à Assembleia adquire não só o aspecto objectivo do seu conteúdo, mas, muito mais do que isso, o aspecto fundamental da sua articulação, por um lado, com as Grandes Opções do Plano e, por outro, no quadro global da política económica que o Governo definiu e tem estado a implementar.

Eram, pois, estas as linhas gerais que me pareceu útil referir em termos da apresentação geral do documento que será objecto de discussão ao longo desta reunião da Assembleia da República.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro das Finanças e do Plano os Srs. Deputados Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, Bagão Félix, Pinheiro Henriques, Luís Barbosa e Moraes Leitão.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro das Finanças e do Plano: Ouvi-o com toda a atenção e parece-me que o Sr. Ministro, ao apresentar o Orçamento do Estado, acaba de confirmar que os projectos contidos nas Grandes Opções não passam de meras intenções sem conteúdo financeiro, como demonstram os cortes nos Ministérios da Agricultura, da Indústria e nas funções económicas, como por exemplo, da habitação.

Como sabe, por exemplo, as propostas do Ministério da Indústria e Energia para o LNETI e para o apoio às pequenas e médias empresas foram cortadas em 50 %. Entende ou não o Sr. Ministro que com este orçamento vamos ter, sobretudo nas pequenas e médias empresas e na construção civil, falências em cadeia?

Segunda questão: o Sr. Ministro não disse, mas as contas provam-no, que os impostos que aumentam são o imposto profissional, o imposto complementar, o imposto do selo e aqueles que diminuem são o imposto de transacções, os impostos aduaneiros e o imposto sobre a indústria.

O Sr. Ministro entende que fazer pagar mais a quem menos tem a encher os bolsos à fracção mais concentrada do capital é justiça social? É justiça fiscal?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Terceira questão: pensa ou não que se se mantivesse a sobretaxa, se houvesse um combate mínimo à evasão fiscal, se se cortassem algumas benesses ao grande capital em subsídios fiscais e financeiros, dado que a sobretaxa é de «apenas» 24 milhões de contos, não se poderia aligeirar a sobrecarga fiscal sobre quem trabalha e dotar alguns Ministérios com funções económicas para avançar no desenvolvimento?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É inadmissível, Sr. Ministro, que na apresentação do Orçamento do Estado, V. Ex.<sup>a</sup> não inclua as correcções para as quais o Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano chamou à atenção e que, depois de terminar a discussão das Grandes Opções, ainda não se tenha feito a correcção do quadro v da despesa interna, que se encontra completamente errado, pois com a aprovação do Orçamento suplementar o consumo público passou para 368,5 milhões de contos ao preço corrente, o que significa que a taxa de evolução para 1984 não é de 0 %, mas é negativa e que o produto interno bruto para o mesmo ano, a preço de mercado, não é — 2,4 %, mas é muito superior, irá talvez até — 3 %. Isto é inadmissível!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Gostaria de saber se o Sr. Ministro das Finanças e do Plano quer responder imediatamente ou pretende responder no fim das interpelações?

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, atendendo a que há vários Srs. Deputados inscritos, julgo preferível ouvir primeiro as restantes interpelações e depois responderei no seu conjunto.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro, se prosseguisse no raciocínio que no início da sua intervenção produziu, da razão que leva o Governo a fazer uma tão grande contracção de despesas, eu diria que, por absurdo, a continuarmos assim dentro de muito pouco tempo não seria possível fazer qualquer despesa através do Orçamento do Estado que não fosse o pagamento de juros e amortização de dívida. Reiteradamente V. Ex.<sup>a</sup> referiu, que embora em 1983 tenha baixado o défice para 8 % — e toda a gente sabe que isso foi possível através dos impostos extraordinários —, mesmo assim a percentagem de juros em relação às despesas aumentou de 37 % para 41 %.

Se seguirmos este raciocínio, ao reduzir a base de tributação, ao reduzir o crescimento, ao reduzir os salários, ao reduzir o consumo, ao tirar a base onde o Estado vai buscar receitas, é evidente que os encargos com os juros vão aumentando mais e mais, acompanhando, por outro lado, o crescimento constante da taxa de juro.

O Sr. Ministro referiu que a redução da despesa total em relação ao produto interno significa uma boa gestão. Creio que não se trata aqui de uma boa gestão, o que se trata é de uma grande redução de despesas e uma redução de despesas não significa boa gestão, nem a boa gestão tem nada a ver com redução de despesas. São coisas completamente diferentes.

Em terceiro lugar, Sr. Ministro, como tive oportunidade de referir, vai aumentar este ano a relação entre as receitas fiscais e o produto bruto em cerca de 19 %. A questões que lhe coloco acerca disto eram as seguintes: quem paga o aumento da relação das receitas fiscais-produto?

Como é que o Sr. Ministro consegue ligar o chamado «combate à fraude e evasão fiscais», quando não se vê em termos numéricos — e não por afirmações gongó-

ricas — qualquer recuperação proveniente desse combate? Este aumento de relação entre receitas fiscais e o produto interno bruto demonstra-o claramente.

Por outro lado, Sr. Ministro, num período de contenção, num período de sacrifícios, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, num período de poucos recursos, como se consegue explicar que se pretenda aumentar o imposto profissional, havendo aumentos do desemprego, havendo baixa de salário real — é o Governo que o afirma — e, simultaneamente, propor-se que se reduza a sobretaxa de importações de 30 % para 10 %, deixando este ano o Estado de receber com esta medida 24 milhões de contos?

Será que o Sr. Ministro concorda com um deputado do Partido Socialista que referiu ontem que isto teria efeitos maléficos em termos de elasticidade? Será que estes efeitos maléficos seriam a redução de importações? Será que seriam, segundo o mesmo Sr. Deputado, em não se conseguir conter o crescimento do aumento da fraude e evasão fiscais?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Bagão Félix.

**O Sr. Bagão Félix (CDS):** — Sr. Ministro, dentro de pouco tempo farei uma intervenção sobre o Orçamento em geral. De qualquer maneira, neste momento, gostaria de formular três questões concretas.

O Sr. Ministro apontou nos seus números que a evolução das despesas do Orçamento do Estado relativamente ao produto interno bruto é decrescente de 1983 para 1984. Aliás, referiu o mesmo em relação à carga fiscal.

Gostaria de lhe perguntar se se está a referir exclusivamente ao Orçamento do Estado no sentido estrito, ou ao Orçamento de todo o sector público administrativo. Pois, a verificarmos as contas relativamente a todo o Orçamento do sector público administrativo, verificarmos que a evolução de 1983 para 1984 é de 42,2 % para 44,6 %.

Sr. Ministro, se considerarmos no Orçamento de 1984 todo o sector público administrativo, excluindo juros da dívida pública e excluindo a segurança social, o aumento das despesas do Orçamento de 1984, em relação ao Orçamento de 1983, é de 27,4 %.

Segunda questão, Sr. Ministro: V. Ex.<sup>a</sup> falou da evasão e fraude fiscais e eu gostaria concretamente de conhecer a sua óptica sobre este assunto, ou seja, se ela é mais uma óptica *a posteriori* ou uma óptica apriorística. Dito de outro modo, gostaria de saber se o Sr. Ministro considera que se combate a evasão e fraude fiscais com mais impostos e aumentando as suas taxas ou se presumindo a evasão, o que acaba por ser um factor de aumento dessa mesma evasão. Isto foi, aliás, o que aconteceu com o imposto extraordinário, em que nas profissões liberais se entendeu aplicar uma taxa de 6 % e não de 2,8 %, porque se presumia que a evasão fosse maior.

Gostaria que o Sr. Ministro me respondesse a um terceiro e último aspecto, que considero ser uma falta de coerência intra-orçamental, designadamente nas suas previsões fundamentais. Ao fazer a pergunta cito um exemplo que penso ser esclarecedor.

Existem 3 impostos ou contribuições, que *grosso modo* incidem sobre a mesma matéria colectável, ou

seja, os rendimentos do trabalho. São eles: o fundo de desemprego, a segurança social e o imposto profissional. Pois, Sr. Ministro, neste Orçamento para o fundo de desemprego — depois de retirar o efeito do aumento das contribuições que houve este ano — o aumento previsto de arrecadação de cobranças cifra-se em 14,8 %, para o imposto profissional é de 27 % e para a segurança social é de 17,7 %, repito, sobre a mesma matéria colectável.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pinheiro Henriques.

**O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE):** — Sr. Ministro das Finanças e do Plano, em primeiro lugar, queria chamar a atenção para um conjunto de perguntas que, conforme acordado foram formuladas por escrito e ontem entregues na Mesa e para as quais aguardamos resposta.

Em segundo lugar, queria falar sobre a questão do financiamento do défice orçamental. Gostaria de colocar, com maior pormenor, a seguinte questão: por que é que o financiamento deste défice é feito em termos de comparação com o do ano anterior, por um maior recurso aos empréstimos externos? É sabido que a questão do financiamento tem ligações com a massa monetária e, portanto, com a inflação. Daí a razão de ser da nossa pergunta, no sentido de saber por que é que se não recorre mais aos empréstimos internos e se isso pressupõe que não haveria possibilidade de uma maior colocação no mercado interno.

Em terceiro lugar, queria referir a evasão e fraude fiscais. Diz-se no Orçamento que «a evasão e fraude fiscais, mormente quando resultam de comportamentos dolosos dos cidadãos, ameaçam a sobrevivência do Estado, isto é, de toda a ordem social. Numa perspectiva de eticidade das infracções fiscais o Governo propõe-se legislar com vista à qualificação como crimes fiscais de certas condutas, estabelecendo as respectivas punições nessa área, reformulando a legislação processual».

Aliem desta afirmação contida no Orçamento, fez o Sr. Ministro das Finanças e do Plano questão de se referir aqui há momentos a esta problemática, salientando que os sinais exteriores de riqueza funcionarão também como forma de forçar a diminuição desta evasão e fraude fiscais.

A pergunta concreta que eu queria colocar é a seguinte: em quanto estima o Governo que se traduzirá o efeito destas medidas no referido domínio?

No que concerne às alterações no regime fiscal, entendemos que elas apenas estão indicadas no Orçamento e não se encontram concretizadas. Aliás, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano referiu-se a isso mesmo durante a sua alocução. É intenção do Governo enviar à Assembleia da República as alterações no regime fiscal antes de as pôr em vigor?

Finalmente, queria salientar que o Orçamento do Instituto do Comércio Externo sofre um corte em relação ao orçamento do ano anterior, visto que dispõe para este ano de 400 000 contos e é previsto 340 000 para 1984, o que em termos reais tem uma expressão significativa.

Por outro lado, encontramos também o corte na taxa sobre as importações e ambos os aspectos que referi contrariam a preocupação do Governo em ter-

mos de comércio externo. Como é que se compatibiliza este corte no orçamento do ICEP, com o objectivo de fazer crescer em volume as exportações?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Ministro das Finanças e do Plano, antes de mais permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que o saúde com amizade e admiração, que vem de há muitos anos e perdon-me-a também a franqueza com que falo, depois de o ter ouvido com muita atenção.

Tive, a nível do Governo, uma experiência de 3 orçamentos e, portanto, não vou falar do que não sei em matéria de redução de despesas, até porque fiz ensaios evidentes para as contrair.

Verifico hoje a alteração que sofreram alguns partidos que hoje pertencem ao bloco central.

Estou-me a recordar de um debate que aqui se fez a propósito de taxas moderadoras no sector da Saúde, onde tão fortemente fui atacado pelo Partido Socialista e em que mesmo o Partido Social-Democrata mostrou grandes reticências por medidas que, afinal, eram bem menos pesadas do que aquelas que agora se lançam sobre os nossos contribuintes.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Falar de redução de défice corrente não é nada de novo, tal como o Sr. Ministro referiu ao citar alguns rácios de uma marcha, ou seja, 10,8, 10,2, 8 e 6,1, para o próximo ano. É um caminho que se vem a seguir há vários anos.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Desde o 24 de Abril!

O Orador: — E se o caminho tem sido o caminho da redução, pareceria que estariamos nesta altura com uma economia melhor do que estávamos quando começámos a conter estas mesmas despesas. Mas a experiência vivida está a demonstrar que a situação nossa economia é cada vez mais degradada. São sintomas de que esta receita pode melhorar alguma coisa em matéria de receitas públicas ou, pelo menos, em alguns rácios das despesas públicas, mas não resolve os problemas da economia portuguesa e para mim o Orçamento Geral do Estado é um meio e não um fim.

A economia não está melhor, a economia está cada vez pior, direi mesmo que a economia está numa situação de degradação extremamente rápida e extremamente preocupante. Não o digo como crítico ao Governo. Isto não é obra deste Governo, isto é obra dos vários Governos desde 1974 para cá e até daqueles que antecederam 1974.

Diria ainda ao Sr. Ministro sobre esta experiência de 3 orçamentos que, para um Governo, o segundo Orçamento é sempre satílico, não é o primeiro, para o mesmo Governo, porque no primeiro lançam-se certas medidas, há uma certa expectativa de que as medidas vão resultar e, no segundo, constata-se que vamos pedir aos Portugueses um novo pacote de austeridade, porque as medidas anteriores não resultaram e a nossa situação é mais grave no ano seguinte.

No primeiro orçamento o Governo resiste porque é o primeiro, é uma experiência e há uma certa esperança nas medidas que se toma. No segundo, há uma enorme frustração e eu, tendo estado no Governo anterior, tenho essa experiência. Advirto, portanto, sem nenhuma atitude de aconselhamento, mas penso que seria bom o Governo pensar o que vai ser o próximo Orçamento.

O problema é cada vez mais tentar encontrar dentro deste sistema económico e político uma viabilização para as Finanças Públicas. Eu não consegui e os senhores não vão conseguir, porque o problema está no sistema: ou o sistema muda e se encontra outro sistema e então teremos viabilidade, ou não passaremos de uma situação de exigir cada vez maiores e mais pesados sacrifícios aos Portugueses, sem encontrar verdadeiramente um caminho.

Por isso não me parece que seja viável que dentro desta contenção encontremos resolução para os problemas que verdadeiramente enfrentamos.

Não há dúvida que a resolução do problema das Finanças Públicas passa pela resolução dos problemas da nossa economia. Não é possível pensar que resolvemos os problemas das nossas Finanças Públicas com uma crescente degradação dos problemas da nossa economia.

Os caminhos têm que ser convergentes, não podem ser divergentes, como estão a ser neste momento. Por isso, a nossa principal preocupação tem que ir para problemas da economia e a seguir o das Finanças Públicas resolver-se-á.

Não estou a pôr com isto em causa a necessidade de contenção, estou a dizer que a contenção não chega para resolver tudo e que o problema — faço uma afirmação e simultaneamente uma interrogação — é que, realmente, o Estado não tem, antes de mais, a necessidade de alijar as suas responsabilidades.

Gostaria que o Sr. Ministro atentasse num pequeno exemplo: há pouco tempo este Governo decidiu tornar gratuitos, sem qualquer participação dos utentes, alguns medicamentos. É uma atitude lógica e com um certo valor social. Mas, vejamos só — segundo as notícias que me chegam — qual é o resultado dessa medida: no primeiro mês o consumo desses medicamentos foi no Distrito de Lisboa de 10 000 contos, no segundo mês, foram na ordem dos 90 000 contos. Isto é sintoma que esta pequena medida poderá vir a traduzir-se ao fim de 1 ano em cerca de 2 milhões de contos de aumento de despesas. Neste momento estamos já a exportar medicamentos clandestinamente para Espanha e, certamente, para outros países, nomeadamente países africanos.

Parece-me, portanto, que nem sempre as medidas de contenção são tão optimistas como nós queremos que sejam, digo-o por experiência vivida. Há certas medidas que têm efeitos de natureza viciosa que estamos longe de poder medir, mas não é para aí que me encaminho. Encaminho-me sim, para a necessidade que o Estado tem de alijar uma parte substancial das suas responsabilidades. Se não o fizer não pode condenar à mediocridade a Saúde, a Educação, as Forças Armadas e todos os sectores onde o Estado é a única entidade que pode, efectivamente, actuar.

Não é por aí que o problema se pode resolver, o problema tem que ser resolvido por outra forma, o que não impede, Sr. Ministro, que em situações de emergência se possam tomar certas medidas. Mas o

país precisa delas e não pode esperar mais. Já em 1978 se passou o mesmo; em 1979, estivemos confrontados com a mesma questão; em 1980, foi a mesma coisa; em 1981, em 1982, o problema tem sido sempre igual. Ou mudamos de rumo ou não vamos realmente ter possibilidades de manter em sobrevivência um regime democrático que queremos que sobreviva.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moraes Leitão.

O Sr. Moraes Leitão (CDS): — Sr. Ministro, começo por manifestar publicamente que em matéria de gestão orçamental o Ministro das Finanças e do Plano sente-se na situação de «preso por ter tão e preso por não ter». No estado actual da nossa economia este Orçamento reflecte um esforço positivo, um esforço quantitativamente positivo e não me custa nada dizê-lo, enquanto oposição. No entanto, qualitativamente, como referiu o meu colega Luís Barbosa, gostaria de lhe fazer um questionário muito simples, já que acredito mais do que outros na virtualidade permanente da redução da despesa pública.

A primeira pergunta era esta: a parte da despesa pública que mais influência tem na procura interna é a despesa em bens e serviços, é o consumo do Estado, é o consumo público em bens e serviços. Aí a opção do Sr. Ministro em termos reais é de aumentar de 14,3 % para 14,5 % do PIB. Creio, portanto, que a natureza contracionista e correcta do défice orçamental contém, dentro de algumas opções interorçamentais, manifestações que podem — e estimo que assim não aconteça — conduzir à necessidade de um Orçamento suplementar. Faço sinceros votos para que este Governo seja o primeiro que não tenha necessidade desse orçamento.

Nesse sentido, gostaria também de entrar numa segunda ordem de questões.

Ontem foi aqui falada, em termos de golpe, em termos de indefinição, de falta de estatísticas, a questão do emprego. No entanto, o nosso Orçamento trás-nos uma quantificação possível. O subsídio de desemprego aumenta na segurança social de 5,5 milhões de contos para 12 milhões de contos.

O Sr. Ministro referiu-se, ontem, na Televisão, a medidas especiais em matéria de segurança social. Gostaríamos pois, de ter informação sobre este ponto que é grave. Sei que não é evitável o aumento da taxa de desemprego, mas tem que ser afrontado claramente e explicado claramente.

A terceira questão que vem ainda no desejo de que não haja Orçamento suplementar refere-se ao facto de termos que considerar que há dentro das opções orçamentais algumas perplexidades possíveis. Desde logo, darei exemplos sugestivos. Por exemplo, o Ministério da Educação surge, neste ano, a crescer 1,4 %, contra 37 % no ano passado. Outro exemplo: as pensões dos aposentados surgem a crescer 10,5 % contra 67 % do ano passado e quanto ao nível do subsídio às empresas públicas surge uma redução de 47 %.

Acho bem estes resultados, mas gostaria que o Sr. Ministro me explicasse como vai conseguir evitar orçamentos suplementares nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, são 17 horas e 30 minutos. Acontece que as interpelações ao Sr. Mi-

nistro das Finanças e do Plano terminaram. Cabe agora ao Sr. Ministro responder. Eu desejava perguntar ao Sr. Ministro — creio que os Srs. Deputados não veriam inconveniente nisso — se pretende responder já, adiando um pouco o intervalo, ou se preferiria responder depois do intervalo e, nesse caso, suspenderia agora a sessão.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, deixo ao critério da Assembleia a escolha quanto a qualquer uma dessas opções.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro. Se é ao critério da Assembleia, já está o assunto decidido, porque houve um acordo dos líderes parlamentares para que o intervalo fosse à hora regimental, que é às 17 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, para responder às interpelações que lhe foram feitas.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passaria então a abordar os pontos que foram há pouco suscitados pelas intervenções dos Srs. Deputados. Há aqui algumas questões comuns, que irei procurando abordar à medida que foram aparecendo e fazendo referências para outros Srs. Deputados que abordaram temas análogos.

Começaria por referir a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas, no que respeita ao conteúdo financeiro em matéria de actuação do Governo, designadamente no ponto que referiu relativo ao LNETI e ao apoio às pequenas e médias empresas e ao problema das falências em cadeia. Abordaria desde já o problema das falências em cadeia e pediria ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento que, logo a seguir, abordasse o problema do LNETI e do IAPMEI.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, eu julgo que o problema das falências em cadeia transcende o quadro em que V. Ex.<sup>a</sup> o colocou, embora esteja naturalmente nele incluído. Elas estão num quadro para além também do ponto estrito da preparação e da apresentação da proposta de lei do Orçamento para discussão na Assembleia, situando-se, mais exactamente, em termos do conjunto da economia. E parece que não é exactamente na referência específica e concreta aos problemas que referiu do LNETI e do apoio às PMEs através das verbas orçamentais que esse problema é abordado. Ele é um problema do conjunto da economia e é um problema fundamental em matéria de viabilidade das empresas. Nesse quadro, sim, é que ele deve ser abordado — e é nesse quadro que o Governo o coloca.

Dizia também, falando-me em matéria de justiça social, que — e utilizou um conceito que nós temos alguma dificuldade em concretizar, mas que V. Ex.<sup>a</sup> tem utilizado repetidas vezes — o Governo pretende «encher os bolsos ao grande capital» ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, é evidente que, em relação às pequenas e médias empresas, se há contracção do crédito com as altas taxas de juro, se há uma diminuição das despesas de investimento — e há corte no investimento —, essas empresas, viáveis e não viáveis, encontram-se numa situação difícil. E, se ainda por cima o auxílio que poderiam obter lhes é cortado, nomeadamente através do IAPMEI — e nós pensamos que sim, temos documentos que o comprovam —, então a situação delas é muito mais difícil.

O LNETI foi só um exemplo, porque o Sr. Ministro da Indústria e Energia disse que é aí que se vai utilizar a modernização estrutural dessas empresas, e a modernização da economia. Portanto, as empresas portuguesas, nomeadamente as da construção civil, estão a viver uma situação extremamente difícil. O Sr. Ministro deve ter recebido um documento dos construtores do Sul do País chamando a atenção para este Orçamento.

O Orador: — Em matéria do LNETI e do IAPMEI, já vamos ver. Em matéria das falências de empresas, o ponto que nos parece fundamental é, no quadro global da economia, o da sua viabilidade e da criação de condições para que elas possam não só funcionar como preencher o papel que têm no conjunto da economia global.

Mas estava eu a dizer, na altura em que pediu para me interromper, que V. Ex.<sup>a</sup> referiu também que o Governo pretende encher os bolsos ao grande capital, o que é um desígnio que já várias vezes atribuiu ao Governo e que nós temos dificuldade em compreender. E gostaria de sublinhar, quando suscita o problema da justiça social nos impostos que aumentam, que, em termos do sistema fiscal actual, a via mais imediata e mais directa para se assegurar a justiça fiscal no quadro do sistema fiscal português é fundamentalmente ao nível do imposto complementar. E, nesse nível, nesse quadro directo do imposto complementar, o Governo propõe — e pede à Assembleia da República que aprove — uns primeiros passos no sentido da utilização dos indicadores de sinais exteriores de riqueza, para corrigir precisamente esses aspectos negativos.

Perguntou-me depois qual é o combate mínimo à evasão fiscal que o Governo está a fazer. Isto é um tema que já tem sido repetidamente abordado aqui. Eu gostaria de dar a V. Ex.<sup>a</sup> alguns indicadores de ordem quantitativa que podem ajudar a compreender o estado da questão e o esforço que o Governo está a fazer nesta matéria. Gostava de lhe dizer, como informação objectiva e antes de quaisquer comentários, que, em termos de impostos encontrados em falta e de multas aplicadas até 4 de Novembro deste ano, estavam detectados montantes no valor global de 15 milhões de contos, que compararam com 13 milhões de contos em Novembro de 1982 e com 8 milhões de contos em Novembro de 1981. E gostava de lhe dizer também que nos tribunais das contribuições e impostos estão neste momento em litígio, para serem objecto de decisão, 22,2 milhões de contos, em termos de acção do Estado contra a fraude fiscal.

Levantou-se também, na parte final da sua intervenção, um ponto que nós tivemos também alguma dificuldade em perceber, porque as alterações que fo-

ram pedidas, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe — e ficou combinado em sede da comissão especializada —, serão apresentadas na própria comissão especializada, durante esta discussão.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira suscitou um problema que, creio, é um problema relativamente próximo daquele que eu tinha referido na exposição introdutória que fiz há pouco. Dizia-me que, dentro de pouco tempo, se continuássemos como estamos, só seria possível fazer despesas com o pagamento de juros. É evidente que isto é um raciocínio levado até ao limite. Não me parece que seja uma situação previsível a curto prazo, e precisamente o esforço que estamos a fazer é o contrário, no sentido de cortar o passo a essa evolução, que poderia acontecer se não houvesse contenção da despesa e contenção do défice em termos do conjunto do Orçamento.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Eu falei da receita!

O Orador: — Peço desculpa, eu estava a tentar responder à pergunta que me fez. E o seu raciocínio é precisamente aquele que levaria a ter-se um peso tal de pagamento de juros que não seria possível em termos de preparação do próprio orçamento. Ora é contra essa situação que, precisamente, o Orçamento do Estado que foi apresentado à Assembleia da República está em boa parte vocacionado em termos da previsão do défice.

Fez-me também uma pergunta quanto à relação receitas fiscais-produto interno, que vai aumentar este ano. Eu julgo que já tive oportunidade de fazer uma pequena precisão em relação a alguns números que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou anteriormente, quando falou na passagem de 18 % para 19 %. Precisão que é de 18,8 % para 18,9 % — não convém arredondar sempre para o lado que mais jeito dá —, e precisamente os números que o Ministério das Finanças e do Plano forneceu dão essa indicação de uma variação mínima, embora de facto uma variação ainda de crescimento de 18,8 % para 18,9 % da relação entre as receitas fiscais e o produto interno bruto.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O que eu referi na minha intervenção foi que a relação passa de 18 %, em 1982, para 19 %, em 1984.

O Orador: — Está bem, Sr. Deputado.

Quanto à penúltima questão que suscitou, em matéria de combate à fraude fiscal, e quando afirma que não vê previsão, há aqui o aspecto de que, como bem pode calcular, o cálculo de receita não é um cálculo de receita máxima.

Pode ser excedido — e isso consta da própria lei de enquadramento do Orçamento —, e é uma medida de precaução, em termos de receitas. Tanto mais que há dificuldades — como sabe — em cobrar recaitas através dos tribunais.

Finalmente, ainda o Sr. Deputado Octávio Teixeira levanta o problema da relação entre o aumento do imposto profissional e a diminuição da sobretaxa de

importações. Eu gostaria de lhe referir, para ficarmos em termos perfeitamente claros quanto à quebra da sobretaxa das importações, que a evolução entre o Orçamento definitivo para 1983 e o Orçamento para 1984 que é apresentado à Assembleia da República é de 13,8 para 12,3 milhões de contos, o que está relacionado com a evolução previsível para as importações ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É a baixa da taxa!

O Orador: — ... e com as cobranças efectivas que a taxa proporcionou.

O Sr. Deputado Bagão Félix suscitou um ponto específico e concreto de cálculo da redução de despesas, que será abordado pelo Sr. Secretário de Estado do Orçamento dentro de momentos.

E suscitou-me também um problema importante em termos da óptica face à evasão e fraude fiscais. Per-guntou-me V. Ex.<sup>a</sup> — e eu suponho que interpretei bem o raciocínio, ao pôr-me a dicotomia entre uma perspectiva apriorística ou *a posteriori* — se era preferível ou não criar condições que induzissem uma menor tendência em matéria de fraudes fiscais. Eu julgo que é um ponto sobre o qual facilmente poderemos chegar a uma convergência de posições. Seria possível, é possível, é desejável, mas não é exequível em termos imediatos, nem dá resultado a curto prazo. O que nós podemos assegurar ao Sr. Deputado Bagão Félix, em matéria de evasão e fraude fiscais e em termos de política do Governo, é que a legislação está preparada e pronta a ser publicada, em matéria da tipificação e da punição da fraude fiscal — e cremos que esse será um instrumento efectivo e directo em termos da repressão e até da prevenção da própria fraude fiscal.

Referiu ainda, num quadro de especialidade e de análise directa da coerência intra-órgamental, o problema do comportamento do fundo do desemprego, da segurança social e do imposto profissional, que será também abordado pelo Sr. Secretário de Estado.

Ao Sr. Deputado Pinheiro Henriques pediria o favor — se posso fazê-lo em termos pessoais — de agradecer à sua colega de bancada, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura, a amabilidade que teve de me fornecer um livro de poesias para suporte do microfone. A Sr.<sup>a</sup> Deputada não está presente ...

#### Risos gerais.

Uma vez que V. Ex.<sup>a</sup> está aí, pedia-lhe o favor de prestar este agradecimento da minha parte.

Sr. Deputado Pinheiro Henriques, quanto às perguntas que formulou, evidentemente que elas serão respondidas pela mesma via — é um ponto que não tem qualquer resposta, é apenas um comentário à parte sobre ele.

V. Ex.<sup>a</sup> também referiu o problema do financiamento do défice orçamental e eu gostaria de esclarecer que o montante que está previsto em termos de financiamento externo é, fundamentalmente, para assegurar também o serviço da própria dívida externa do Estado. E, em matéria de evasão e fraude fiscais, per-guntou ainda qual era o ponto da estimativa em matéria do efeito desse instrumento. Pois, naturalmente, esse efeito está computado no quadro do imposto complementar.

Ainda colocou uma questão importante, de ordem processual, sobre o envio à Assembleia da República

das alterações ao regime fiscal. Quanto a isso, dir-lhe-ei que tem a ver com a própria aprovação da proposta de orçamento que o Governo apresentou: se ela for aprovada, como o Governo espera, o problema tem a resolução encontrada por si própria.

Suscitou ainda o problema, em matéria de comércio externo, do orçamento do ICEP, e o problema da alteração em matéria da sobretaxa à importação. Gostaria de lhe dizer, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, que o ICEP não é, por si só, o instrumento exclusivo em matéria de promoção do comércio externo: há muitos mais instrumentos que são utilizados pelo Governo, designadamente pelo ministério respectivo. E também gostaria de pedir a sua atenção para o facto de que não me parece que seja razoável avaliar da capacidade e da eficiência dos instrumentos apenas em termos quantitativos de disponibilidade orçamental. Há todo um esforço importante, que perpassa por todo o Orçamento do Estado, tal e qual como a proposta foi apresentada à Assembleia da República, em matéria de boa utilização dos recursos que estão disponíveis — e isso aplica-se também, naturalmente, às verbas que estão previstas para o ICEP.

E analogamente quanto ao corte na sobretaxa, o Governo já teve oportunidade de responder a esta pergunta em momentos anteriores, pelo que não creio que seja preciso estar a repetir o que o Governo já afirmou, inclusivamente por escrito.

Sr. Deputado Luís Barbosa, permitir-me-á que corresponda, com a mesma amizade, à saudação que me dirigiu e que é uma saudação baseada em dezenas de anos de amizade pessoal. Já não posso ter exactamente o mesmo tipo de abordagem, porque V. Ex.<sup>a</sup> tem, como afirmou, experiência de 3 orçamentos e eu estou começando agora mesmo a primeira experiência.

#### Risos do PCP.

Disse V. Ex.<sup>a</sup> que a redução que se tem seguido não é um caminho. Eu julgo que isto é um exercício de ordem global, mas que nos conduz um pouco a um círculo fechado de raciocínios.

É verdade — e creio que é uma verdade evidente, Sr. Deputado Luís Barbosa — que a prioridade desejável em termos lógicos, na sequência do raciocínio, é a resolução dos problemas gerais e globais da economia. É evidente que sim e, mais do que evidente, seria desejável. Mas V. Ex.<sup>a</sup> teve a lucidez suficiente para, ao mesmo tempo que em termos teóricos e abstractos dizia que a prioridade, até temporal, é a resolução dos problemas da economia, dizer que essa prática — e disse-o à luz até da sua experiência — nem sempre acontece. Ora, o que acontece — e isso não é sempre, acontece neste momento — é que é indispensável encontrarmos solução, a nível do Orçamento do Estado, que seja, por um lado, compatível com a política geral do Governo e, por outro, que seja também compatível com os objectivos que precisamos de atingir. E essa solução, no imediato, passava, passa e passará, ainda por algum tempo, pela abordagem do problema em termos de finanças públicas. Quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que o problema é o sistema — eu não sei bem a que sistema é que se referia —, quando diz que não é viável nesta contenção encontrar solução, eu pergunto: que solução, sem ter o rigor e o esforço de contenção que este orçamento traduz? V. Ex.<sup>a</sup> teria toda a razão num quadro teórico diferenciado do quadro real e concreto.

que nós temos de defrontar, e que defrontamos, em termos de conjunto da economia e dos problemas do País.

Referiu também que o Estado tem, antes de mais, de alijar responsabilidades. Eu julgo que não é tanto um problema de alijar responsabilidades. É que o Estado tem de gerir, em termos de eficiência, aquilo de que é responsável, e não tem de alijar responsabilidades — porque as responsabilidades do Estado são qualquer coisa de muito sério —, mas tem talvez que racionalizar a sua própria participação na vida económica.

O Sr. Deputado Moraes Leitão iniciou a sua intervenção com o saber de experiência feito. Eu não sei se já estou preso, se tenho cão, se não tenho, mas a sua intervenção é uma experiência que eu também vou colhendo ao longo dos últimos meses. Portanto, começo a compreender, com algum conteúdo prático, a assentação com que iniciou a sua intervenção de há pouco. Se bem interpreto o tom geral da sua intervenção ...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha está esgotado. Queira abreviar a sua intervenção.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que o raciocínio de fundo que perpassa pela intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> é de que o Orçamento iria suscitar, na sua execução, a necessidade — suponho que percebi, nas suas palavras, a fatalidade — de um orçamento suplementar. Eu gostaria de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> neste momento — e antes mesmo de o Orçamento estar aprovado — um pouco de atenção para as últimas frases da exposição inicial que há pouco fiz, no sentido precisamente de estar consciente dos problemas que V. Ex.<sup>a</sup> suscitou e de o Governo estar também consciente e empenhado em gerir, com rigor, com solidariedade e com acompanhamento permanente, o Orçamento que agora propõe à Assembleia da República.

Suscitou ainda — e com isto terminei, pedindo desculpa ao Sr. Presidente deste minuto adicional, antes de pedir ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento que intervenha nos pontos que referi — uma pergunta específica em matéria de emprego. Gostaria de dizer — e também não é matéria de novidade para a Câmara — que, por um lado, existe já, no quadro do Ministério do Trabalho e Segurança Social, o subsídio de emprego, e que está previsto, em termos da política do Governo e do seu próprio programa, o desejo de uma evolução para o seguro de desemprego.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Com que verba, Sr. Ministro?

O Orador: — Mas isto são matérias que V. Ex.<sup>a</sup> já conhece e que já foram aqui abordadas pelo responsável respectivo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro das Finanças e do Plano. Não tem nada que agradecer pelo minuto adicional — foi um prazer —, até porque a expressão «tempo é dinheiro» é mera figura de retórica por enquanto.

Risos.

Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado Pinheiro Henriques?

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, eu tinha esclarecido, desde o início, que, em dois ou três pontos específicos relacionados com as questões que me foram colocadas, o Sr. Secretário de Estado do Orçamento poderia tratá-los em particular.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, tem V. Ex.<sup>a</sup> toda a razão.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. Secretário de Estado do Orçamento (Alípio Dias): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas fazer dois breves comentários complementares em relação ao esclarecimento dado pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas, em relação ao LNETI e ao IAPMEI, o que se pode adiantar é que, de facto, as transferências do Orçamento do Estado para o LNETI, em 1984, relativamente a 1983, serão superiores em 27 %. Relativamente às transferências do Orçamento do Estado para o IAPMEI, em 1984, em relação a 1983, elas serão superiores em 32 %. Não será realmente a verba óptima, mas representa, de algum modo, um esforço em relação a estas duas instituições.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não foi isso que se disse! Foi metade do que se pediu!

O Orador: — O Sr. Deputado, realmente pedir não custa — e seria muito interessante que tivéssemos possibilidade de satisfazer integralmente o Sr. Ministro —, mas repare que as taxas de aumento são bastante satisfatórias.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Quanto é que o Sr. Secretário de Estado tem no seu orçamento para as indemnizações aos grandes capitalistas e agrários?

*Protestos do PSD.*

O Orador: — Sr. Deputado, nós temos é uma verba para juros e para amortizações, no cumprimento de uma lei que foi votada nesta Câmara.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — De quanto, Sr. Secretário de Estado? De quantos milhões? Era interessante sabermos ...

O Orador: — O Sr. Deputado, de memória não lhe posso precisar. Mas, se tiver muito interesse, rapidamente, digo-lhe que andarão talvez na casa dos 10 ou 11 milhões de contos, 12 milhões de contos no máximo.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — 12 milhões de contos?

O Orador: — Talvez!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Fez muito mal as contas, Sr. Secretário de Estado!

O Orador: — Talvez não, Sr. Deputado.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Bagão Félix, podia esclarecer o seguinte: se nós realmente confrontarmos a despesa total do Orçamento de 1983, depois de revisto, com o Orçamento de 1984, e se excluirmos os juros da dívida pública e o montante destinado aos reembolsos de capital, nós encontramos um crescimento da despesa de 4,9 %. Mais: se fizermos as contas relativamente à despesa total do sector público administrativo em relação ao PIB, esse quociente baixa de 41,3 %, em 1983, para 40,6 %, em 1984. Portanto, qualquer que sejam as ópticas, em qualquer das circunstâncias encontramos uma redução.

Finalmente, levantou uma questão relativamente à divergência nas taxas de crescimento do imposto profissional das contribuições para o fundo de desemprego e para a segurança social. No que respeita ao imposto profissional, a taxa que nós apresentamos é uma taxa que é realista face ao comportamento — histórico — que temos tido quanto ao imposto profissional, e considerando que não haja elevação de escalões — e não há elevação de escalões; pelo contrário, os três primeiros escalões são actualizados e, portanto, beneficiados. De facto, há aqui mudanças de escalão que conduzem a taxas de crescimento do imposto profissional da ordem dos 25 %, 26 % ou 27 %. De resto, esperamos que este ano a taxa seja até superior. Em relação às quotizações para o fundo de desemprego, como sabe, entrou em vigor, no dia 1 de Julho de 1983, uma elevação de um ponto. Portanto, se fizermos as correções, tanto quanto eu me pude aperceber, a taxa de crescimento que encontrámos é uma taxa que não será de espantar, uma taxa que se aceita perfeitamente. Em relação às quotizações para a segurança social, eu não seria a pessoa mais indicada para responder. Mas, como quer que seja, eu suponho que estão ligeiramente abaixo daquilo que realmente foi o comportamento da taxa em 1983.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Pinheiro Henriques pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para um protesto, Sr. Deputado.

O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças e do Plano: Vou utilizar a figura do protesto para lamentar que, uma vez mais, na minha opinião — e é evidente que, como é a minha, é subjectiva —, não tenha respondido pelo menos completamente, às perguntas que lhe formulei.

Por isso, eu voltaria, muito sinteticamente, a colocá-las. E são as seguintes: porque não se recorre mais ao crédito interno, sobretudo o dos particulares, para

financiamento do défice orçamental? Em quanto estima o Governo que se traduzirá o efeito das medidas no domínio da evasão fiscal? Pensa o Governo enviar à Assembleia da República as alterações ao regime fiscal, que agora apenas indica, quando forem concretizadas?

Quanto ao orçamento do ICEP, queria apenas citar-lhe umas declarações do vice-presidente de tal Instituto, que são as seguintes:

Sendo o crescimento das exportações explicitamente apontado pelo Governo como o factor que pode reduzir o impacte da forte restrição da procura interna, é natural que um esforço orçamental venha a permitir desenvolver acções prioritárias que actualmente não se vê como financiar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Barbosa, pede a palavra para que efectue?

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Não me restando outra alternativa, é para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para esse efeito.

O Sr. Luís Barbosa (CDE): — Sr. Ministro das Finanças, gostaria, muito brevemente, de comentar uma das suas afirmações, fazendo-o num sentido preventivo, o que me parece ser meu dever como deputado.

O Sr. Ministro pôs uma questão de prioridades, considerando que, efectivamente, a solução da nossa crise económica passará, sem sombra de dúvida, pela solução dos problemas da economia, mas que, para já, há que atender ao Orçamento do Estado.

Gostaria de dizer que o Sr. Ministro, provavelmente, não vai ter tempo para chegar aos problemas da economia. E quando digo isto, não estou a sugerir a queda do Governo, estou a falar em termos meramente técnicos.

Aquilo que encontro ao nível da nossa economia, principalmente do sector privado, representa uma tal degradação, e tão rápida, que o ano de 1984 vai ser, de certeza, o ano de confrontação deste país com as enormes realidades que tem pela frente. E não quereria ser bruxo mas, durante o ano de 1984, pelo menos 50 % das empresas privadas deste país estão em condições de desaparecer ou de cair nas mãos do Estado ou da banca, não por via legislativa, como foi a primeira remessa em 1975, mas por via judicial ou por mero acordo entre as partes.

Julgo, pois, que na ordem das prioridades era necessário, não direi reanimar a economia mas, pelo menos, insuflar-lhe o estado de espírito mínimo para que ela possa sobreviver, ao nível da iniciativa privada, o que são coisas completamente diferentes. Uma coisa é entrarmos num clima de desenvolvimento, outra é garantir o mínimo de sobrevivência.

Ora, as condições que, nesta altura, existem de funcionamento da economia, sob o ponto de vista da empresa privada, levam a considerar que a existência dos empresários privados é pura e simplesmente impossível, a não ser em condições muito especiais e, neste momento, as coisas irão, de certeza, agravar-se num futuro próximo.

Diria mesmo que o modelo que estamos a viver em Portugal é um modelo muito próximo daquilo que se

passou na Checoslováquia há umas dezenas de anos. Isto é, nacionalizou-se uma parte da economia e criaram-se condições insustentáveis para que a economia privada sobrante viesse a desaparecer. Em Portugal está a viver-se, praticamente, o mesmo esquema.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não diga disparates. O que o Sr. Deputado quer é o 24 de Abril!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Barbosa, peço o favor de ser breve, pois o seu tempo já terminou.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Por isso, Sr. Ministro, eu diria que este problema merece toda a atenção porque não sei se o Governo, este ou outro qualquer terá o tempo necessário, porque andamos arrastando estas situações ao longo de vários anos e não me parece que, nesta altura, a capacidade de resistência seja suficiente.

Finalmente, o Sr. Ministro referiu a necessidade de racionalizar a contribuição do Estado, ou a intervenção do Estado, na economia, com o que eu estou perfeitamente de acordo. Queria apenas salientar que me parece completamente absurdo que se continue a dizer que se proporciona aos cidadãos portugueses um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito e, por outro lado, se cortem as verbas ou se restrinjam as possibilidades de desenvolvimento desse mesmo Serviço.

Isto significa que o Estado tem de confessar que essa afirmação que fez é, até constitucionalmente, uma afirmação que, hoje, não faz sentido. Porque o que me parece ser impossível é pôr os cidadãos perante a situação de não terem nenhum Serviço Nacional de Saúde porque o Estado não o pode proporcionar mas, apesar de tudo, com fanfarronadas continua a dizer constitucionalmente que o Serviço Nacional de Saúde é universal e gratuito, sem ter dinheiro para que ele possa existir num mínimo de condições eficazes.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Para um pequeno protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Bom, quanto à justiça social, ficamos elucidados! Com os 12 milhões de contos — que não são 12, mas sim 14 — e com mais os 24 de sobretaxa são ao todo 32 milhões de contos. E com 32 milhões de contos poderia fazer-se muita coisa! Estamos a ver o que é o rigor do Governo!

Depois, Sr. Secretário de Estado, comparar o orçamento inicial quando ele já foi revisto, quando já tem mais de 54 milhões de contos, altera totalmente as suas percentagens. Não abona o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Se algum dos interpelados deseja contraprotestar, obviamente que o poderá fazer.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, julgo que, quer em relação ao protesto do

Sr. Deputado Pinheiro Henriques, que exprimiu a sua opinião pessoal, quer em relação ao protesto, sob a forma de figura regimental, do Sr. Deputado Luís Barbosa, não há razão para apresentar nem num caso nem no outro, embora por razões diversas, um contraprotesto da parte do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Salgueiro para uma intervenção.

O Sr. João Salgueiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É certamente um dos pontos mais altos da vida de qualquer parlamento a discussão e aprovação do orçamento do Estado. A tradição das democracias representativas tem demonstrado que o controle da criação de imposições fiscais e o controle de atribuições das verbas assim obtidas para as várias necessidades colectivas deve ser revestido da maior dignidade com base nos eleitores livremente escolhidos pelo povo.

Neste ano a importância deste momento é, como vários de nós já tivemos a oportunidade de sublinhar, ainda maior, porque se trata de dar forma a novas coordenadas da política orçamental, conciliando uma maior responsabilidade do Parlamento com a necessidade de eficácia e de realismo, na manutenção de atribuições do executivo neste domínio.

É evidente que o papel dos dois órgãos implicados é, necessariamente, diferente. É normal que os governos tenham mais a preocupação pelas dificuldades da execução, pelos critérios da aplicação de recursos escassos entre finalidades que aparecem todas de primeira prioridade, pelas dificuldades dos recursos humanos, pela viscosidade da legislação existente. Mas também é normal que os representantes eleitos pelo povo sejam melhor os intérpretes das aspirações, das frustrações, dos anseios e das inquietações das populações.

É desta dinâmica de relacionamento entre dois órgãos que na prática das democracias de outros países se têm verificado progressos na cobrança das receitas e na sua aplicação em despesas prioritárias.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que em épocas particularmente difíceis, como as que se têm vivido em todo o mundo nestes últimos anos desde 1980, a dificuldade das escolhas é ainda maior, como todos sabemos.

Tem sido aqui referido, quer através de críticas construtivas quer, por vezes, menos construtivas, um conjunto de argumentação que parece levar a supor que a maioria apoia o Governo num programa de maquilhismo económico e financeiro. Seria uma ironia do destino se os dois principais partidos que apoiam o Governo, o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, pelas suas especiais responsabilidades programáticas e pelas suas ligações sociológicas às bases de apoio, pudesssem ser reduzidos a tal caricatura.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nem a preocupação de justiça social que ambos engloba, nem a preocupação de fortalecimento democrático, deixam a qualquer outra corrente política neste Parlamento alimentar suspeitas desse tipo.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O apoio que damos ao Governo é um apoio que tem a ver com as dificuldades do presente, mas é também um apoio que radica na profunda convicção de que estamos a construir um futuro melhor.

Estamos hoje a discutir, na generalidade — e a minha intervenção talvez devesse ter lugar antes da do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, que já introduziu a discussão concreta do Orçamento — o relatório que baseia a lei relativa às grandes opções do Plano e também a do Orçamento, que serão votadas, ne generalidade, depois de amanhã.

Trata-se em grande parte de discutir — e a minha intervenção é nesse sentido —, no que respeita ao relatório das grandes opções, as intenções do Governo em relação ao Plano, porque é, neste momento, de intenções que se trata. Não estamos a discutir o Plano, mas sim o relatório das grandes opções, que há-de fixar as coordenadas que presidirão à elaboração do Plano. E é sobre as intenções do Governo nesta matéria que eu queria transmitir algumas palavras de apoio em relação a várias das coordenadas.

Eu sei que mais importantes que as intenções serão as programações concretas que as traduzirem. Também todos sabemos que bem mais importante que a programação será depois a execução. Mas cada coisa tem a sua hora, e neste momento o que estamos a discutir são os esquemas que o Governo propõe para depois definir o Programa para 1984. E não é matéria de segunda ordem, porque nas realidades constitucionais portuguesas o Orçamento deve ser elaborado dentro das perspectivas que o Plano fixar. E o Plano anual, por sua vez, deve respeitar uma perspectiva de médio e longo prazo, que é o mesmo que dizer um diagnóstico correcto dos grandes problemas nacionais e da maneira de lhes dar resposta.

Nesse sentido, queria expressar também um sublinhado de apreço pela maneira como o Governo refere a preocupação que tem por uma política de verdade. Porque nestas matérias as questões de princípios devem ser consideradas antes, precedendo um correcto equacionamento dos factos. Mal ficaria se uma correcta informação não fosse transmitida com todo o rigor ao País e às camadas populacionais que aqui representamos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quero ainda salientar que me parece ser uma inflexão importante que, em relação ao Programa para 1984, o Governo — e transmitem uma palavra de apreço em particular em relação ao Sr. Ministro e ao Sr. Secretário de Estado que tiveram essa responsabilidade — tenha decidido basear o diagnóstico dos problemas que o Plano deve contemplar numa perspectiva de médio prazo.

Quando o relatório que baseia a lei nos apresenta uma análise de fundamentação no período de 1977-1982, está, claramente, a dar um passo para que os problemas sejam equacionados não apenas numa óptica de presente mas também numa óptica de futuro, porque revela que os problemas, bem mais que de dificuldades momentâneas, são de tendências que têm de ser corrigidas. E vários de nós, que em outras circunstâncias tivemos também responsabilidades nesta matéria — quer do Partido Socialista, antes, quer do Partido Social-Democrata, quer do Centro Democrático Social —, sabemos que, mais do que

preocupações de emergência, há preocupações de médio prazo quanto a tendências que têm de ser corrigidas.

Há um ponto ou outro a que eu não me referirei que poderia ter formulação diferente e qualquer relator teria formulações diferentes. Apenas me referirei a um, porque penso que, para além de matéria formal, pode representar matéria substancial.

Na introdução ao documento, o Governo diz que é necessário que, em matéria de balança de transacções correntes, os anos de 1983-1984 constituam um ponto de inflexão. E não é matéria meramente formal porque estou convencido de que a inflexão em matéria de tendências do comércio externo se deu no 2.º semestre de 1982. Não se trata de matéria despicienda porque, se a inflexão se deu antes, o tipo de rigor e de dureza nas medidas de correção não terá de ser necessariamente o mesmo do que se tivermos de iniciar essa inflexão. E faço-o, não com o sentido de crítica, mas até para ir ao encontro de preocupações pessoais que sei o Sr. Ministro das Finanças compartilha comigo. Tive oportunidade, e considerei isso um privilégio, de trabalhar em dezenas de reuniões durante muitos meses com o Sr. Ministro das Finanças e do Plano e sei da preocupação, poderia dizer da angústia, que o Sr. Ministro manifesta e sempre manifestou pelos problemas de médio prazo do país, no sentido de criar condições para restaurar a possibilidade de desenvolvimento rápido e de modernização da nossa economia.

Não é a figura que por vezes se quer fazer crer de preocupado apenas com os problemas de curto prazo, a quem neste momento está confiada a gestão da economia das finanças. Se for possível que a preocupação pelos problemas da modernização e do desenvolvimento tenha maior peso, sei que isso vai ao encontro dos anseios pessoais do Sr. Ministro, preocupação que queria sublinhar. Por mim, estou convencido que a inflexão se deu antes, aliás os resultados deste ano confirmam-no, e isso permite que sejam equacionados em termos das aspirações da maioria e do próprio governo.

Outro apontamento que queria avançar era este: algumas oposições têm apontado nas suas críticas um clima que é o de que estamos a aprovar ou a rejeitar um documento já inteiramente elaborado. Não é esse o meu estado de espírito, daí que eu pense que devemos falar, neste momento, de intenções em relação à política do quadro geral do Plano. Quero, aliás, em parêntesis, transmitir à Câmara a admiração pessoal pela forma como os trabalhos da Comissão de Economia, Finanças e Plano têm decorrido e onde, sem exceção de nenhum dos grupos ou agrupamentos parlamentares, tem sido possível registar o empenhamento inteligente e devotedo no encontro de soluções. Esse empenhamento e convergência transpareceram também por parte de todos os membros do Governo que estiveram presentes nas reuniões.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Julgo interpretar o sentimento dos meus colegas da comissão sublinhando este ponto de vista.

E se em outras matérias mais áridas, e talvez até menos importantes, foi possível obter alguma mudança de convergência, estou certo que neste caso isso será também possível. Aliás, o Sr. Ministro, ontem, em

resposta a uma pergunta que tive oportunidade de lhe fazer, manifestou essa mesma disponibilidade em relação a pontos importantes.

É por isso que é no início de uma discussão, e não no final, que estamos neste momento, e é por isso que eu penso que sublinhar a concordância com orientações tem um peso, o peso que resulta de imaginarmos e de termos a certeza que essa reflexão pode infletir algumas das coordenadas da política financeira concreta dos próximos meses.

Queria manifestar ainda a minha concordância em relação à clara ligação que o documento das grandes opções do Plano faz entre as preocupações de curto prazo e a política de médio prazo, na maneira como estão formuladas essas coordenadas e na forma que foi escolhida para esse efeito.

É significativo que essa ligação seja expressa não só porque, como já referi, todos nós compartilhamos os anseios e as urgências de rapidamente melhorar, logo que possível, a situação do nosso povo, como também, e talvez mais decisivamente, as respostas aos problemas da conjuntura que, na maior parte dos casos, não se podem encontrar sem alteração das coordenadas de base, quer de natureza legislativa, quer no que respeita a algumas estruturas de organização e de funcionamento.

E o Governo traduz isso em várias passagens do documento. Não leváram a mal que sublinhe algumas delas, até por uma preocupação de coerência, porque encontro neste documento fundadas esperanças de que essa luta, que para muitos de nós já vem de há muitos anos, prossiga no futuro imediato.

Em primeiro lugar, é claro que o Governo ao não manifestar a preocupação pela balança de transacções correntes, está a pôr mais um ênfase numa política de expansão das exportações de bens e serviços do que numa política de fecho de fronteiras e de restrições, e isso deve ser sublinhado.

Em segundo lugar, o Governo ao manifestar uma preocupação pelo défice das contas do Estado manifesta também a intenção de conseguir a correção de uma forma duradoura e não apenas por expedientes de agravamento fiscal, no sentido de que a contenção das despesas e o rigor na sua aplicação seja respeitado, da necessidade de uma maior disciplina no funcionamento dos fundos e serviços autónomos, da necessidade de que o reforço da actuação das autarquias locais se faça por uma revisão simultânea da Lei das Finanças Locais e das suas atribuições.

Também transparece a preocupação do relacionamento entre a política salarial e a política de emprego porque, efectivamente, há uma relação entre as duas. Do que se trata não é de, por artifícios, manter empregos artificiais que se baseiam em subsídios disfarçados ou claros, mas de criar as condições para empregos que sejam verdadeiramente produtivos e para que a melhoria traduzida na política salarial resulte de aumentos de produtividade conseguidos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Também no documento que agora temos em análise, e que teremos de votar, transparece a preocupação de uma política realista de preços, pela qual vários de nós se têm batido ...

**O Sr. Fernando Amaral (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., uma política de preços que não despreze a necessidade de fazer baixar as tendências inflacionistas mas, que não se iluda pela manutenção de uma inflação reprimida. As inflações reprimidas podem conseguir resultados durante meses, no limite de poucos anos, mas multiplicam-se em problemas mais tarde. E pior: a verdade dos preços é necessária para uma política de aplicação realista dos recursos. Uma política de preços que levasse a um desperdício de bens importados, seja de energia seja de uma estrutura de produção agrícola ou pecuária que se baseasse ainda em importações, seria continuadamente desastrosa para o País. A política de preços é essencial para isso mas é ainda essencial para uma política de viabilidade financeira das empresas, sejam elas privadas ou públicas. E não é dos piores desastres que muitos dos problemas do sector empresarial, seja privado, seja até de algumas empresas de transportes e de indústria do Estado, tenham a sua origem nas dificuldades da política de preços realista que têm sido obrigados a respeitar.

Se me permitem, sublinhava ainda duas outras questões que, do meu ponto de vista, merecem o nosso apoio. Primeiro, a de um reforço da política de formação profissional da juventude, não só porque se trata de criar condições de emprego realistas para essas novas gerações, como ainda de facilitar a mobilidade da transformação da nossa economia, que só por esse caminho pode ser conseguida. O reforço do conteúdo de profissionalização realista do nosso sistema de ensino e da formação profissional é indispensável.

Também é indispensável uma política que, no domínio habitacional, restabeleça o mercado de habitações para arrendamento e permita que entrem no mercado legal todos os esforços de autoconstrução, que estão marginalizadas em situações de clandestinidade.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Nestas linhas, de que sublinhei algumas porque estão ligadas a algumas das questões que eu penso serem mais decisivas para o futuro deste país, não se trata só de resolver problemas de conjuntura, trata-se de criar o quadro para um crescimento e para uma modernização duradoura da nossa economia. Mas quero crer que se trata também de encontrar uma resposta eficaz, que será menos custosa se estas transformações de estrutura se fizerem a tempo do que se apenas assentássemos em meras medidas de conjuntura e macroeconómicas.

A maioria, ao apoiar o Governo, tem esta particular preocupação: não é uma maioria voltada meramente para o presente, mas quer ver a criação de condições diferentes para que o quadro de criação e acumulação de riqueza possa prosseguir em termos duradouros.

Sei, porque tenho experiência e obrigação de o testemunhar, que pelo menos o CDS, com quem durante quase 2 anos compartilhei as dificuldades de definir uma política e de a implementar — nem sempre em concordância, porque não se tratava de solidariedade baseada numa uniformidade dos pontos de vista, mas sempre num empenhamento de encontrar soluções que correspondessem ao interesse nacional —, e a vasta maioria desta Câmara — e de outros grupos não posso falar porque não tenho com eles a mesma experiência — estão preocupados com o mesmo estado de coisas. É o preço necessário, mas também a criação de condições para equacionar o problema do futuro com mais esperança.

Permita-me o Sr. Ministro das Finanças, e através dele o Governo, que eu refira três ou quatro outras áreas de preocupação em que penso que a política de conjuntura ganharia em traduzir-se expressamente em termos de política e de alterações estruturais. Penso que em muitos desses domínios em que, porventura, o Governo tem intenção de avançar, a explícitação era necessária porque, com clareza de pontos de vista na execução, todos ganhariam e porque a opinião pública perceberá melhor qual é o esquema de trabalho em que estamos empenhados.

Os pontos que eu queria seleccionar são apenas quatro para não me alongar. Em primeiro lugar, o de dar tradução à necessidade de desburocratizar o funcionamento da nossa administração e, portanto, da economia. Não é um dos menores entraves à modernização e ao crescimento da desburocratização do nosso sistema; o que porventura se fizer terá lugar mesmo sem estar explicitado, mas ganhariamos se um programa claro o contemplasse.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Também penso que um programa de apoio ao reforço de estruturas empresariais era, por igual, necessário ser explicitado: o apoio às cooperativas, o apoio à iniciativa privada, uma tradução clara do que é o programa de viabilização das empresas públicas — que está a perpassar neste documento — mas não perpassa nem o apoio às cooperativas nem às empresas privadas.

Deverá ainda ser referida a necessidade de um programa claro de dinamização e reforço do mercado de capitais, a que outros deputados já aqui se referiram. Penso que é uma acção que está em curso e que deveria ser prosseguida, porque um dos piores problemas que temos é o facto das aplicações de poupança terem estado praticamente restringidas à afectação a depósitos a prazo.

Finalmente referirei a vantagem, diria quase a necessidade política, de que se traduza também em programas de criação de novos empregos o empenhamento que o Governo tem nesse sentido. Nem todos os postos de trabalho têm o mesmo efeito sobre a despesa e sobre a balança de transacções correntes. Mesmo em épocas de crise, algumas dessas medidas deviam traduzir-se em programas de criação de novos postos de trabalho.

Podem perguntar-me se é realista querer avançar em alguns destes domínios em épocas em que temos de conter o Orçamento do Estado. Penso que quem conhece as realidades em qualquer destes domínios, sabe que uma grande parte das mudanças não envolve aumento de despesa. Mesmo sem aumento de despesa nestes vários domínios é possível dar passos decisivos que têm a haver com uma nova ordem legislativa nuns casos, e noutros com o estilo diferente de funcionamento dos serviços.

O documento das grandes opções do Plano abre várias portas. Será, certamente, traduzido no Plano, o que merecerá o nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de terminar, gostaria ainda de me referir ao problema que é suscitado nas grandes opções do plano sobre as negociações com a CEE. Igualmente merece o nosso apoio o esquema de trabalho que o Governo aponta nesse sentido.

A necessidade de prosseguir num processo de negociações, com as dificuldades que todos conhecemos de ordem interna da CEE, não parece oferecer controvérsia, como também penso não devem oferecer controvérsia as implicações desse programa ao nível da política interna.

Quero manifestar o apoio claro no que respeita ao prosseguimento das acções de pré-adesão nos programas de investimento em que se traduz, na implementação, tão cedo quanto possível, do imposto de valor acrescentado — não apenas por razões de aproximação com a Europa mas porque corresponde a uma melhor administração fiscal e a um aumento de receitas mais justo e melhor distribuído — ao prosseguimento das acções para que as estruturas de fixação de preços e de comercialização se tornem mais realistas e mais adaptadas aos padrões internacionais e ainda, no que respeita às incidências sobre a política internacional do vanço para uma integração europeia, designadamente num ponto que é o do regime das pescas.

A intransigência que este governo, como o anterior, tem manifestado na defesa dos nossos recursos nacionais das pescas deve merecer o apoio expresso desta Câmara.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Iremos votar na generalidade os documentos que estão em discussão, em seguida, apreciá-los e votá-los na especialidade, e finalmente, terá lugar a sua votação final neste Plenário, para além da votação na especialidade a que lhe compete proceder de acordo com o Regimento.

Tenho esperança e tenho a certeza de que o documento a que chegaremos nesta Câmara e o documento a que o Governo chegará, como sendo o Plano para 1984, corresponderá a muitos destes anseios que manifesto. É, pois, esse o sentido do meu apoio.

Como vários de nós em várias ocasiões temos revelado, se as transformações que não envolvem aumento de despesas forem diferidas, estaremos a perder uma oportunidade histórica de o conseguir. É nas épocas de crise que se conseguem criar as condições estáveis para o progresso duradouro.

Como muitos de nós sabemos, a alternativa é a de sucessivos reajustamentos meramente financeiros e monetários ou de transformação do nosso quadro, e é por isso que aspiramos.

Há duas maneiras, como muitos de nós temos repetido, de considerar o trabalho desta Câmara: a de um *ping-pong* oratório, em que nos agarramos cada um às nossas próprias ideias, ou a de um trabalho de convergência e de descoberta em conjunto das soluções.

O clima de uma comissão especializada não é o do Plenário, mas eu atrevo-me, apesar de tudo, a sentir que todos nós ganharemos em traduzir, perante o País, o empenhamento em que estamos de descobrir soluções concretas para os problemas que o nosso povo defronta.

Há duas maneiras de encarar o futuro: o presente é o resultado do passado ou é a sementeira do futuro. Nós podemos estar tão preocupados com os resultados que nos deixaram que não saibamos fazer a sementeira

do futuro. A nossa confiança neste governo é a de que ele saberá semear o futuro melhor do que as nossas bases exigem.

*Aplausos do PSD, do PS, da ASDI e de alguns deputados do CDS.*

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Quando o Sr. Ministro fala ninguém se levanta, mas quando é o Sr. Deputado João Salgueiro ...

O Sr. Presidente: — Estão inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado João Salgueiro os Srs. Deputados Hasse Ferreira, Paulo Barral e Luís Barbosa.

Para elém destes Srs. Deputados já inscritos, mais algum Sr. Deputado pretende inscrever-se?

*Pausa.*

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

*Pausa.*

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Deputado João Salgueiro, apreciei muito a sua intervenção que considero própria de um estadista bem conhecedor da economia nacional.

Todavia, pelo menos para meu próprio esclarecimento, gostaria de lhe formular a seguinte questão: como se poderão criar as condições para aumentar os empregos produtivos de forma significativa, com as restrições ao investimento que nos são propostas neste documento? Ou seja, de que forma se articula a política proposta com a preocupação de se criar empregos — aqui expressa por V. Ex.<sup>a</sup> —, preocupação que eu partilho e que, aliás, gostaria que não ficasse apenas ao nível da criação de empregos mas ao nível da própria criação de empresas?

De que forma se podem articular, na análise do Sr. Deputado, estes dois aspectos?

Por outro lado, pareceu-me ouvir dizer que tanto o anterior governo como este deveriam ser apoiados por esta Câmara no que respeita à defesa intransigente que um conduziu e o outro está a conduzir dos nossos recursos pesqueiros. Pensa, então, V. Ex.<sup>a</sup>, se eu bem entendi — e é esta a minha dúvida —, que a actuação do actual governo neste domínio vai na exacta continuação da acção desenvolvida pelo governo anterior?

Para terminar, diria ainda que apreciei a forma sincera e aberta — se bem ouvi — com que nos referiu a maneira como compartilhou no governo anterior as dificuldades de definir uma política e de a implementar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Barral.

O Sr. Paulo Barral (PS): — Sr. Deputado, na sequência da sua brilhante intervenção, gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas que me parecem importantes, pois introduzem um problema que nos preocupa bastante.

A minha primeira pergunta é a seguinte: o Sr. Deputado considera que de uma revisão do regime de ren-

das poderá surtir o efeito de reanimação do sector da construção civil sem que, em contrapartida, haja condições para relançar um vasto programa de habitação social que cubra e minimize o desgaste social emergente de uma tal revisão, sobretudo numa situação de crise conjuntural como aquela que actualmente se vive?

A segunda questão que quero colocar-lhe é no sentido de saber se o Sr. Deputado considera ou não que na actual conjuntura talvez fosse bom esperar por melhores dias para se fazer essa revisão e para se encetar esse processo.

Não considera que se podia aproveitar o tempo que medeia entre a possibilidade de haver melhores e mais recursos para fazer um relançamento paralelo da habitação social, dotando o Orçamento do Estado com melhores e mais verbas para uma atitude energética e forte do planeamento do ordenamento do território?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Deputado, ao ouvi-lo criei várias perplexidades. Fiquei mesmo sem perceber muito bem que tipo de apoio prestou a este governo. Mas não pretendo entrar por essa zona. Gostaria apenas de levantar algumas questões relacionadas com a sua intervenção.

O Sr. Deputado falou de reprimir a inflação como sendo algo inconveniente, para além de certos limites, naturalmente. Esta sua afirmação gera em mim uma das tais perplexidades. Com efeito, Sr. Deputado, o que é que esteve no seu espírito quando aprovou congelamentos de preços em 1982 e em 1983?

Por outro lado, não fiquei certo se o Sr. Deputado defende uma política de inflação ou, bem pelo contrário, uma política que tende a criar um fenómeno de deflação. E, no que respeita a reprimir a inflação e a praticar uma política realista de preços, há que não confundir essa política realista de preços com novas cargas fiscais lançadas para os utentes através de preços de serviços de empresas públicas. É que são coisas completamente diferentes, e julgo que corremos o risco de enveredar por esse caminho.

Por outro lado — e esta é a última questão que quero colocar-lhe —, admitamos que não vamos reprimir os preços e que eles vão crescer de forma realista sem que representem uma nova carga fiscal. Neste caso, eu pergunto: como é que vai reagir a contabilidade das empresas e como vão essas empresas sobreviver neste ambiente de inflação e num sistema em que não estamos dispostos a entrar por uma situação de correção monetária?

Já durante este ano ou até mesmo no ano passado, tive ocasião de referir que se não sabemos conviver com a inflação, só temos um caminho a seguir: deflacionar.

Agora o que não me parece possível é que estorremos — autenticamente — toda a economia portuguesa, principalmente as empresas privadas — e as próprias empresas públicas —, porque nem sabemos conviver com a inflação nem somos capazes de deflacionar. E a luta contra a inflação não é de agora. É uma luta que tem vindo a ser desenvolvida pelos mais variados governos, desde 1968, e sem nenhuma espécie de resultados concretos que possam considerar-

-se aceitáveis, a não ser uma certa moderação das tendências inflacionistas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, o Sr. Deputado João Salgueiro.

O Sr. João Salgueiro (PSD): — Sr. Deputado Hasse Ferreira, relativamente à questão que me pôs, quero dizer-lhe que não ignoro, nem ignoramos, que são caminhos nada fáceis.

Não estamos a discutir o Plano, estamos a discutir o quadro das grandes opções a que o Plano deve obedecer. Não é altura de apresentar programas, mas é altura de fixar um quadro.

No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> tem todo o direito de perguntar que tipo de linhas é que parecem possíveis. É evidente que eu penso que uma grande parte do problema ao nível do sector privado tem a ver com o problema do autofinanciamento. Empresas descapitalizadas não podem continuar a viver e a expandir-se a crédito, quando o crédito paga taxas de juro reais.

Foi por isso que se tentou atribuir ao sector dos lucros reinvestidos uma fiscalidade que fosse encorajadora. Admito que ganhássemos em continuar a reforçar essas acções tendentes a favorecer o autofinanciamento.

Em segundo lugar, como já referi, penso que ganhariamos em fixar um quadro mais realista em vários domínios. Felizmente não estamos a falar do passado mas do futuro, pois de outro modo teríamos de debater algumas questões polémicas que não vêm, necessariamente, aqui a propósito.

Estamos a falar em legalizar o quadro proporcionado a uns sectores da nossa economia. E até já referi um: o da autoconstrução e da construção de pequenas casas de habitação.

Relacionada com este aspecto está outra questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Barral e que tem a ver com o planeamento. Penso que o planeamento físico é realmente decisivo, e ainda agora assistimos a algumas tragédias ligadas à falta de planeamento físico, como observamos a tragédia que acontece com pessoas que, para construírem a sua residência principal, modesta, têm de comprar lotes clandestinos, implantados em sítios e localidades que não têm o mínimo de condições para isso. E depois o Estado e as autarquias têm de fazer despesas muito mais caras com toda a infra-estrutura que acabará por ser criada, quer se queira quer não se queira.

Voltando um pouco atrás e às questões colocadas pelo Sr. Deputado Hasse Ferreira, também penso que, se as acções que o Governo tem em estudo para alterar algumas estruturas do capital de empresas em dificuldades financeiras vierem a ser conseguidas em termos realistas — e sei que é preocupação do Sr. Ministro das Finanças consegui-lo, designadamente através da conversão de algumas dívidas em capital —, estaremos a dar algum passo para a reanimação do mercado do investimento e, portanto, da criação de postos de trabalho.

Esta não é solução que possa encarar-se indiscriminadamente, porque converter a totalidade ou uma porção significativa dos créditos bancários em capital levantará outros problemas. Mas é, com certeza, um dos caminhos possíveis. Todavia, atrevo-me a dizer que esta solução não deve ser só numa base empresarial,

mas numa base de sector, porque por vezes acontece que para viabilizarmos umas empresas, proporcionando-lhes benefícios adicionais, estamos a inviabilizar outras empresas do mesmo sector.

Também admito que seja possível que os programas das autarquias, em colaboração com o Estado, possam definir obras urgentes e de mão-de-obra intensiva, por substituição de outros programas com forte intensidade de capital e que podiam ser limitados.

Também me atrevo a pedir que fosse possível — e o Governo di-lo-á — reforçar um tanto as verbas de investimento, na medida em que fossem possíveis contêndes de algumas despesas correntes.

Como eu dizia, não se trata agora de definirmos um plano, mas de fixarmos coordenadas. Penso que vários Srs. Deputados de outras bancadas têm sugestões a apresentar para além das minhas, e por isso não queria alongar-me.

Penso, pois, que há alguma margem de manobra. Com efeito, e como já referi, nem tudo o que é transformar estruturas e criar condições de médio prazo implica despesas e vai contra a política conjuntural. Pelo contrário, pode ajudar a que esta seja mais bem sucedida.

Países que têm estruturas de produção estabilizadas, como são as nações industrializadas já há muitos anos, estão mais aptas a uma política de conjuntura de tipo keynesiano; países que têm estruturas novas, em crescimento, e em que às vezes a economia empresarial se confunde com a economia do sector, dificilmente são objecto de políticas de macroeconomia sem que os custos sejam agravados, o que não queremos.

Sr. Deputado, quanto à última questão que me coloca, eu não quis dizer que este governo terá de ter, necessariamente — até porque a maioria é diferente —, a mesma política de pescas do anterior governo. O que penso é que essa política coincidirá necessariamente em muitos pontos, até porque a nova regulamentação da política de pescas da Comunidade Europeia vai ao encontro do que podem ser as nossas aspirações. A não assunção de direitos históricos de outros países nas nossas águas territoriais e a reserva para os próprios pescadores portugueses do que são recursos essenciais, são aspectos que, penso, virão a ser, apesar de tudo, uma constante. A definição da política correcta compete a cada governo, mas acredito que há constantes do interesse nacional que serão respeitadas.

As perguntas que o Sr. Deputado Paulo Barral me formulou acerca do regime de rendas e do planeamento físico, tenho a dizer-lhe o seguinte: eu não vejo que o regime de arrendamento possa ser restabelecido sem se criarem condições de aplicação do capital minimamente aceitáveis.

Também não me parece realista que sejamos o único país e que seja praticamente este o único sector da economia nacional com preços congelados desde há dezenas de anos em Lisboa e Porto e desde o 25 de Abril em todo o País.

Não me parece realista, não tanto pela deterioração do parque imobiliário — que já é grave, porque estão em causa centenas de milhões de contos —, mas mais grave do que isso é o fazer com que dezenas de milhares de fogos não estejam ocupados e que pessoas com recursos, que podiam investir na sua própria casa de habitação, prefiram agarrar-se a uma renda antiga, prejudicando outros que não têm essas possibilidades.

Penso que uma actualização de rendas se deve fazer, porventura com o limite do rendimento familiar das pessoas a quem vai onerar. Será uma solução que os juristas consideram pouco justa mas que outros países fizeram. Por isso, penso que os nossos juristas também perceberão o bem fundado disso: a actualização far-se-á por uma proporção de dois interesses, a saber, a do interesse do valor do serviço prestado e da possibilidade de o cumprir por quem alugou a casa há uns anos atrás.

O Sr. Deputado Luís Barbosa levantou-me problemas de outro fôlego, e eu não teria agora a esperança de resolver problemas que não resolvi ao longo de 18 ou 20 meses.

Sr. Deputado, o problema está em que em muitos domínios, que são justos, as questões não se resolvem por decreto. Seria justo que não vacilássemos entre morrer à sede e morrer afogados, mas isso não se resolve por decreto.

Também seria justo que não vivêssemos flagelados pela inflação, em especial as camadas de menores rendimentos. Mas isso também não se resolve por decreto, como já tivemos oportunidade de discutir.

Isso é resultado de uma política global, em que as expectativas por um lado e a transferência dos custos e a eficácia dos aumentos de produtividade, por outro, o permita. Isso não se consegue de um dia para o outro, através de uma escolha ou de uma opção de políticas.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso que o Governo tem razão quando o admite. O problema está em saber quanto e com quantos custos.

Mas com certeza que no curto prazo tem de haver alguma repercussão, se queremos criar uma economia mais competitiva e mais eficaz no médio prazo.

O Sr. Deputado bem sabe que quando se fizeram congelamentos, noutra época e por outro Governo — não está agora em discussão já que este Governo nada teve a ver com isso —, o fizemos, intencionalmente por poucas semanas. Fizemos por muito menos semanas do que fizeram os governos francês ou sueco, por exemplo, em que a economia de mercado funciona.

Aliás, tem na bancada alguns Srs. Deputados que talvez lhe expliquem, ainda melhor do que eu, a política então seguida.

Como já disse, dou-lhe toda a razão quando refere que parte da nossa economia privada pode ver a sua sobrevivência ameaçada a curto prazo se não dermos uma resposta aos problemas financeiros com que neste momento se defrontam. Já referi que me parece não poder ser uma solução universal porque, então, para viabilizarmos uns sectores, inviabilizávamos outros. Mas, é urgente e necessário que, especialmente em relação a empresas correspondentes e segmentos decisivos da nossa economia, se encontre uma viabilização financeira para manter a funcionar empresas que, do ponto de vista económico, são essenciais. Quanto a isto, concordo inteiramente com o seu ponto de vista, Sr. Deputado Luís Barbosa.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Álvaro Barreto):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de proferir a minha intervenção pretendo dar a esta Câmara uma explicação com ela relacionada. É que eu tinha preparado a minha intervenção dentro do prazo da discussão das Grandes Opções do Plano. Todavia, e em virtude de me ter deslocado ao estrangeiro por razões de política de comércio externo, só hoje me é possível proferi-la, mas ainda dentro do âmbito das discussões das Grandes Opções do Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há cerca de 5 meses, foi por esta Assembleia aprovado o programa do IX Governo Constitucional.

Desde então, a actuação do Governo tem-se pautado pelo respeito aos objectivos que ele próprio se propôs.

O significado da matéria que agora se debate, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 1984, só pode ser perfeitamente entendido, se aferido não só ao programa, mas também à forma da sua execução.

No que respeita ao comércio e ao turismo, a actuação do Governo no sentido de cumprir as metas que se propôs, exigiu antes de mais a consciência de que nada poderia ser feito, se os problemas não fossem atacados pela raiz.

Tudo ficaria igual se o Governo tivesse adoptado uma atitude de mera gestão iludindo a necessidade de alteração profunda no quadro de referências que aqueles sectores mantinham. Essa atitude passiva foi desde logo recusada e, após um período de reflexão e de estudo, iniciou-se o processo de profundas alterações estruturais, indispensáveis ao desenvolvimento e modernização da economia portuguesa.

Tratou-se, pois, de rever em profundidade os mecanismos de intervenção, de atribuir às leis naturais do mercado um papel dinamizador nas relações comerciais, e de rever os próprios critérios do que é útil, justo e adequado nos tempos que correm.

Libertar as actividades produtivas de peias que se foram sedimentando em seu redor, é uma tarefa que o Governo considera indispensável para assegurar o progresso.

Tornou-se evidente que se não for detida a galopante intervenção do Estado, e a burocracia que lhe está associada, seremos testemunhas impassíveis de novas e cada vez mais asfixiantes distorções que, como normalmente sucede, geram outras distorções mais asfixiantes ainda.

É assim que, por exemplo, relativamente a produtos onde a abundância da oferta e da procura constituíram a garantia da existência de regras transparentes de mercado, o Estado, apenas por força da tradição burocrática acumulada, de que aliás já perdeu o sentido, se obriga ele mesmo a fixar os preços.

E, como não tem nem pode ter outro critério, que não seja o de tentar figurar qual seria o preço que vigoraria se o mercado da oferta e da procura funcionasse, assiste-se à situação absurda de se tentar adivinhar quais seriam os preços que o mercado livre geraria. Nem sempre se acerta, o que muitas vezes resulta em prejuízo quer para os consumidores quer para os produtores.

Situações como esta são, infelizmente, comuns e derivam directamente do monstruoso sistema que se foi instalando a todos os níveis: comércio de Estado na importação que mais não faz que criar um novo e não menos voraz intermediário monopolista, que normalmente compra mais caro e em piores circunstâncias;

regras arbitrárias de autorização administrativa de importação que apenas os agentes que as aplicam conhecem; fixação aleatória de preços; enfim uma forma de actuar que começa a ganhar foro de tradicional no nosso país, reflectindo o envelhecimento dos métodos de actuação do Estado, que de ano para ano se tornam mais asfixiantes e desincentivadores e que, em última análise, não correspondem sequer a uma qualquer ideia útil de Estado.

Não seria possível aplicar o programa de governo, ou mesmo o programa de qualquer governo que quisesse de facto governar de acordo com os objectivos que a si próprio se fixou, sem atacar e resolver estas difíceis questões, que são prévias a tudo o mais. Elas representam, desde há décadas, os verdadeiros obstáculos à capacidade de resposta da nossa economia aos desafios do desenvolvimento e do progresso.

No sector do comércio estamos convictos que havendo coragem para romper com métodos de actuação, alguns de criação espontânea e que criaram força bastante para se substituírem em muitos aspectos aos critérios políticos, os resultados positivos, que temos a obrigação de esperar para este e outros sectores da nossa economia, não tardarão a surgir.

Permito-me por isso chamar a atenção da Assembleia para o trabalho de reforma em que o Governo se empenhou.

Reforma a todos os níveis, procurando tornar transparente o funcionamento da economia, enxugando progressivamente o pântano difuso onde se têm vindo a confundir, numa amálgama complexa, o Estado e os privados, o que cabe a uns e o que cabe a outros, as motivações e razões de existir de uns e de outros.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Um Estado à porta das empresas, que apenas actua na área que lhe está reservada — e aí não pode aceitar nem tolerar compartilhar o poder — acci- tando que o desenvolvimento se induz pelos reflexos de adaptação dos agentes produtivos às regras do jogo que lhes são fixadas, num tropismo natural que constitui o verdadeiro caminho do progresso, com sucessos já averbados que nos animam a prosseguir em frente com redobrada energia.

A área do turismo é de natureza peculiar. Injustamente desclassificado no seu estatuto relativamente a outras actividades mais tradicionais, o turismo é hoje em Portugal uma das actividades que melhores resultados proporcionam à economia geral do nosso país.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Acresce que o turismo é uma actividade de expansão quase certa, não limitada como outras no seu desenvolvimento por factores de ordem macroeconómica.

Consequentemente, impunha-se abordar o turismo como um sector económico produtivo de interesse prioritário e não meramente como uma actividade de tempos livres, de carácter social, facetas que muitas vezes se lhe tomam por exclusivas.

Medidas urgentes foram já tomadas. Mas outras, necessárias para proporcionar a expansão desejada e previsível, e para prevenir bloqueios que daí também poderiam advir, estão em preparação.

Refiro-me nomeadamente ao Plano Nacional de Turismo, instrumento com que se pretende perspectivar com seriedade a evolução do sector e poder garantir, com um mínimo de segurança, a compatibilidade e utilidade das decisões com os objectivos programados.

O Governo procurará em 1984 incrementar sensivelmente o esforço de promoção no exterior, sobretudo nos sete mercados que fornecem 96 % do nosso turismo, isto é, nos mercados que mais resultados podem garantir.

Com estas medidas, projecta-se a inversão da tendência que se tem vindo a verificar desde há bastantes anos no sector, que tem sido a de estimular a oferta, canalizando para aí, grande parte do esforço que o Estado pode exercer para fomento do turismo.

Pretende-se agora tirar maior partido dos recursos já existentes, potenciando todas as capacidades em elementos naturais e em infra-estruturas.

Deste modo, terá de ser dado maior destaque ao papel que a procura deve desempenhar no estímulo ao desenvolvimento e que é bastante justificação para que se despendam maiores recursos nos mercados que nos abastecem com maiores contingentes de turistas.

Foi esse o sentido da solicitação do Governo, a esta Assembleia, de autorização legislativa para rever o diploma sobre utilidade turística, a qual, como é do conhecimento da Assembleia, datava de 1954.

A autorização legislativa foi utilizada, o decreto-lei encontra-se pronto, e esperamos dele os melhores resultados.

Actividade que proporcionando inegáveis benefícios económicos ao País, é causa e efeito de uma melhoria da qualidade de vida, o turismo proporciona contactos e interligações internos e externos, e encontra condições excepcionalmente favoráveis de desenvolvimento no nosso país.

O turismo não pode deixar de ser considerado como actividade prioritária. Nela deposita o Governo para o próximo ano as melhores esperanças e os sinais precursores do ano turístico de 1984 que, por esta altura começam a chegar, justificam plenamente essas esperanças.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — A política de comércio externo cabe o importante e delicado papel de assegurar que a política comercial seja coerente com as obrigações internacionais do País e com a conjuntura económica internacional.

O Governo assumiu este papel sem voluntarismos utópicos ou demagógicos, mas com rigor e contenção, não intentando substituir-se aos agentes económicos na concretização das operações de comércio externo, nem impedir o funcionamento da economia de mercado.

De facto, o Governo rejeita o intervencionismo sistemático da administração, rejeita o protecçãoismo paternalista e burocrático gerador de distorções e de corrupção, assim como a atribuição arbitrária de auxílios, apta tão-somente à criação de clientelas, de situações de privilégio e estruturas que se tornaram obsoletas e não conseguem ser competitivas, constituindo obstáculo à modernização, desenvolvimento e progressiva internacionalização da economia portuguesa.

Tais objectivos só poderão ser conseguidos, não através de novas regulamentações, mas antes através de um salutar processo de desregulamentação.

Para se atingir o objectivo de crescimento, em termos reais das exportações em 8 %, e um decréscimo do volume de importações em 3 %, em 1984, a política de comércio externo promoverá essencialmente as exportações de produtos de elevado valor acrescentado nacional e as que, pela incorporação de matérias-primas nacionais e pelo aproveitamento de tecnologias de ponta disponíveis, sejam geradoras de saldos cambiais positivos.

Garantida, a todo o momento, a manutenção da competitividade da taxa de câmbio, serão mantidos, aperfeiçoados e racionalizados esquemas específicos de apoio à exportação, de natureza fiscal, financeira e promocional, visando essencialmente a recuperação da posição portuguesa em mercados tradicionais e a diversificação selectiva para novos mercados.

A contenção da importação a níveis compatíveis com o objectivo prioritário de redução do défice da balança de transacções correntes implica, pelo seu lado, um decréscimo do ritmo de crescimento das importações, em particular de produtos petrolieros, agrícolas e de pesca, áreas em que políticas apropriadas poderão conduzir a uma redução não artificial de recurso aos mercados externos, bem como o fomento da substituição de importações, em condições de eficácia e de competitividade.

A muito curto prazo, novos critérios de importação serão postos em aplicação, pautando-se por rígidos princípios de objectividade, isenção e transparência de actuação que, articulando mecanismos «formais» de vigilância e de salvaguarda, se aproximem dos compromissos que neste domínio foram já assumidos para o sector industrial no âmbito das negociações da adesão à CEE.

Sem nos apresentarmos como ingénuos paladinos do comércio livre, procuraremos resistir, pela nossa parte, às tentações proteccionistas e diligenciaremos no sentido de evitar que os nossos parceiros e clientes a elas sucumbam, para que não sejam comprometidos os readjustamentos a nível interno e externo que tornarão possível o desenvolvimento, a expansão e as consequentes melhorias de condições de vida e de emprego.

Quanto ao processo de ajustamento gradual da política de comércio externo às obrigações decorrentes da adesão às Comunidades Europeias, ele será prosseguido com as limitações que, no entanto, são impostas pela situação da balança de transacções correntes e pela política de austeridade delineada para 1984, no quadro do Programa de Gestão Conjuntural de Emergência.

Também importa assinalar que a redução dos desequilíbrios externos, nomeadamente a redução do défice da balança comercial, assim como os indispensáveis ajustamentos positivos do aparelho produtivo, não serão conseguidos unicamente, nem sequer principalmente, por intermédio da aplicação e da actuação de medidas e de instrumentos de natureza comercial.

A consecução daqueles objectivos resultará, com efeito, da política macroeconómica global, isto é, da articulação das várias políticas sectoriais, em especial das políticas cambial, de crédito, fiscal, de investimento e de comércio externo. A área do comércio interno é das mais complexas exigindo medidas ponderadas, mas simultaneamente ousadas. Isto decorre da necessidade de que se cumpram os objectivos pro-

gramáticos de dinamização dos mecanismos de mercado e da concorrência, e de redefinição da política de intervenção estatal nos sistemas de abastecimento e fixação de preços.

Incentivar os sectores produtivos nacionais, sem contudo afectar a garantia de abastecimento dos produtos essenciais e o poder de compra das camadas populacionais mais necessitadas, é a filosofia subjacente à acção do Governo.

Algumas das medidas de fundo foram já tomadas e outras encontram-se em fase adiantada de preparação. Espera-se que o resultado desta acção seja a revitalização do comércio, que vê ampliadas não só as suas responsabilidades mas também as oportunidades com benefícios para produtores, comerciantes e consumidores.

Na actuação do Governo, duas medidas assumem particular relevância. Refiro-me à redefinição da política de intervenção do Estado nos sistemas de fixação de preços e à Lei da Defesa da Concorrência, peça que incompreensivelmente não constava da nossa legislação.

Os objectivos a atingir são o da formação de preços reais, que contribuem para a transparéncia do mercado, e a eliminação de situações artificiais que propiciam a existência de empresas em situações marginais e o desequilíbrio na afectação dos recursos nacionais.

Assim, a concessão de subsídios é drasticamente reduzida compatibilizando-a com recursos financeiros escassos, com o incentivo aos sectores produtivos nacionais e com os requisitos do futuro.

Do mesmo modo, está já em curso a redefinição da política de intervenção do Estado nos preços, de modo a tornar os regimes mais aplicáveis, mais eficazes e desburocratizados, mantendo-se embora o quadro legal vigente.

Tal opção inclui, por um lado, a exclusão do regime de preços declarados de alguns bens alimentares e não-alimentares, conduzindo à passagem de uns a preços livres, e outros a preços vigiados. Por outro lado, prevê-se um único diploma para o regime de margens de comercialização para bens essenciais sensíveis.

A política expressa flexibiliza amplamente a aplicação dos regimes legais existentes e irá ser aplicada sempre que condições de livre concorrência existam já, ou quando os ajustamentos da procura efectiva e dos níveis de consumo e da oferta potencializam alterações de estrutura favoráveis à racionalidade e eficácia das empresas. Contudo, é salvaguardado que tal política possa constituir fonte de pressão inaceitável sobre os preços ou factor de carência no abastecimento.

Pedra angular da política de comércio que o Governo defende é a legislação da defesa da concorrência.

Esta assenta nos pressupostos de que as práticas restritivas são contrárias ao comércio e ao desenvolvimento económico, e que a defesa da sã concorrência contribui para a eficácia das empresas, para a promoção do bem-estar social em geral e para a defesa dos consumidores.

Para assegurar estes objectivos, a nova legislação proíbe não só as práticas individuais restritivas da concorrência, mas também os acordos e práticas concertadas entre empresas ou de abusos de posição dominante.

Para além de salvaguardar os interesses dos consumidores, proporcionando-lhe uma escolha mais diversificada, a legislação visa garantir a liberdade de acesso

ao mercado, transparência das práticas comerciais e reforçar a competitividade dos agentes económicos face à economia internacional, incluindo os do sector público.

Em suma, pretende o Governo a progressiva adaptação dos agentes económicos privados, cooperativos e públicos a novas condições de funcionamento para que de forma mais responsável e planeada, assumam os riscos inerentes à actividade empresarial e o Estado possa reordenar a sua acção, reduzindo a sua posição intervencionista.

A determinação do Governo em promover alterações de processo, revela-se em várias outras áreas. Para além do novo regime jurídico do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, que tem em vista permitir maior flexibilidade na definição e autorização de períodos de abertura, facilitando a vida ao consumidor e às actividades ligadas ao turismo, foi também aprovado outro diploma que é de esperar provoque alterações sensíveis na criação de comércio.

Trata-se da revisão global do regime de acesso à actividade comercial que, como principal inovação, apresenta o abandono de autorização prévia, o que poderia pressupor um condicionamento da actividade, substituindo-o pela de mera inscrição prévia.

O desenvolvimento da actividade comercial, e inerente flexibilização, pressupõe a necessidade de melhoria e intensificação da inspecção a exercer sobre as actividades económicas.

Deste modo, iniciaram-se já acções concertadas com entidades de outros ministérios no sentido de dinamizar a formação interna e proporcionar maior eficácia de actuação, no sentido de garantir a transparência dos mercados.

Finalmente, a acção do Governo tem vindo a ser empreendida a bom ritmo na adaptação e transformação dos circuitos e estruturas comerciais dos produtos alimentares, sempre de acordo com as normas em vigor nas Comunidades Europeias.

Assim, no caso dos organismos ou empresas públicas detentoras actualmente de monopólios comerciais, entende o Governo iniciar, desde já, sem aguardar a integração plena na CEE, as alterações institucionais que permitam a sua adaptação progressiva aos modelos em vigor na esmagadora maioria, para não dizer na totalidade, dos países ocidentais de economia de mercado.

A boa normalização dos produtos, e o conhecimento fidedigno dos preços praticados, são condições essenciais para a transparência do mercado e para a sua eficácia, no interesse dos produtores e dos consumidores.

Para assegurar a implementação gradual e progressiva da organização do mercado desejada, e a transição equilibrada e planificada das estruturas actuais, o Governo criou a CIMPA — Comissão Interministerial para os Mercados de Produtos Alimentares — definindo-lhe, desde já, um conjunto claro e coerente de tarefas, nomeadamente, as de acompanhar e coordenar todo o processo de implantação das alterações estruturais necessárias à evolução pretendida.

Esta aponta sem tibiez, para os modelos de mercado e para a consequente auto-organização dos produtores agrícolas. Propõe-se, assim, a alteração da situação vigente, em que os organismos de coordenação económica, e as empresas públicas com acção na mesma área, têm executado a política de organização dos mercados de produtos alimentares, propondo os

preços para a compra dos produtos, para além do monopólio que têm exercido na importação dos mercados, e do papel dominante na distribuição que mantêm.

A transformação dos organismos de coordenação económica é indiscutivelmente necessária, já que a intervenção de organismos com monopólios ou posição dominante nos produtos abrangidos pelas organizações comuns do mercado, são, em nossa opinião, falsoadoras da concorrência.

A partir das propostas da CIMPA, o Governo deverá criar as dotações necessárias para os incentivos e apoios às acções de enquadramento técnico e económico das associações de produtores, em relação aos seus associados, acções e apoios permitidos pela CEE, quer sejam de iniciativa própria, quer na forma de régies cooperativas.

Também urgente é a organização dos mercados físicos, decisiva pelas vantagens que proporciona nomeadamente na concentração e desenvolvimento mais rápido das transacções, sua regulamentação e estabelecimento de cotações efectivas, permitindo à agricultura passar ao estádio de produzir para a comercialização e não mais para o autoconsumo.

Em resumo, as políticas aqui delineadas e as já implementadas apontam para a criação das necessárias condições propícias a um salto qualitativo e quantitativo no conjunto das actividades comerciais, tirando partido das vantagens decorrentes da livre concorrência organizada em bases sólidas e modernas.

Espero que esta minha exposição tenha contribuído para esclarecer esta Assembleia do que se fez e do que o Governo se propõe fazer nas áreas do turismo e do comércio. Espero também que tenha transparentado a determinação que nos anima em dar boa execução ao Programa do Governo.

Estamos convictos que a execução das políticas aqui delineadas será um contributo necessário e positivo para a modernização da nossa economia, para o desenvolvimento do País, enfim, numa palavra, para o progresso de Portugal.

*Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Basílio Horta.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular esclarecimentos inscreveram-se os Srs. Deputados Pinheiro Henriques, Ilda Figueiredo, Octávio Teixeira, Moraes Leitão, José Vitorino e Bento de Azevedo.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Pinheiro Henriques.

**O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE):** — Começarei por lamentar que as Grandes Opções do Plano ao nível do comércio interno não apresentem o conjunto de medidas segundo as quais a acção do Governo se orientará no próximo ano.

No sentido de balizar as orientações fundamentais do Governo, elas deveriam ser identificadas com medidas concretas, no que diz respeito ao controle dos grandes intermediários e no domínio da prevenção e punição de delitos contra a actividade económica e no combate à especulação, acombarcamento e falsificação de produtos.

Quanto ao comércio externo, dado o corte que houve no orçamento do Instituto do Comércio Externo,

que já referi, perguntava-lhe se se pretende reforçar o papel daquele instituto tendo em vista a exportação, cuja importância foi salientada, o que até não seria necessário fazer.

Uma outra questão diz respeito à política de acordos de compensação ou linhas de crédito com outros países: o que se pensa fazer, particularmente em relação às antigas colónias, países africanos de expressão portuguesa e também em relação a outros países com quem poderemos aumentar as nossas relações comerciais?

Finalmente, perguntar-lhe-ia como se compatibiliza o que se afirma no acordo com o FMI com aquilo que agora se inscreve nas Grandes Opções do Plano, relativamente às medidas de natureza fiscal de apoio financeiro e de apoio promocional à exportação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — O Sr. Ministro falou no apoio ao turismo, que o seu Ministério diz defender. Gostaria de lhe perguntar se pensa que é com o imposto de saída que o turismo é apoiado.

Ainda em relação ao comércio externo, faria mais uma pergunta. O Sr. Ministro sabe como os industriais dos têxteis estão com problemas na planificação do seu trabalho para o próximo ano, nomeadamente, porque não conhecem ainda perfeitamente o que se vai passar com o problema da quota dos têxteis das exportações para os mercados dos países da CEE. Gostaria que o Sr. Ministro nos informasse o que se passa em relação a esta questão e se pensa também que é desta forma — com a não planificação e não resolução atempada deste problema — que se apoia a exportação e, neste caso, a indústria têxtil.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Gostaria de lhe colocar uma questão simples, ou seja, a da liberalização de importação de oleaginosas, açúcar e cereais. Sabemos que é um sector com um volume de negócios bastante elevado — umas dezenas de milhares — e que, por conseguinte, deve haver muita gente interessada nesse sector. No entanto, isso tem outros problemas, nomeadamente, porque será muito difícil — para não usar uma expressão mais dura — continuar a obter o crédito externo, nomeadamente em termos de prazo, o que actualmente é conseguido pelas empresas públicas.

Por outro lado, é evidente que, sendo repartida, a importação desse produto reduz substancialmente a capacidade de negociação de Portugal com os países que nos vendem esses produtos, isto em termos de negociação de importação/exportação.

Finalmente, referirei que o Sr. Ministro da Indústria contou muito com as empresas públicas, por serem dos maiores operadores nacionais, para, através de contratos negociados a prazo, tentar revitalizar a frota da marinha mercante. Perante isto, coloco a seguinte questão concreta: como é que esta política do Ministério do Comércio e Turismo se coaduna com a política definida pelo Governo e, concretamente, com as medidas para que aponta o Ministério tutelador da marinha mercante?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Morais Leitão.

O Sr. Morais Leitão (CDS): — Começo por felicitar o Sr. Ministro do Comércio e Turismo pela correcção da sua intervenção e principalmente pelas medidas estruturais que já tomou e que anunciou.

Penso que a sua visão optimista do país é salutar. Acho que afirmações como «a galopante intervenção do Estado», «a burocracia que lhe está assegurada» «substituir os burocratas dos centros de turismo por medidas de promoção efectiva», «pôr fim aos monopólios que são um emperro num comércio e numa actividade comercial correcta», «resistir à tentativa proteccionista do lado das importações e implementar a lei da defesa da concorrência» são salutares para o nosso país. E são acções que lhe são permitidas em resultado da acção consolidadora do que era o nosso Ministério do Comércio há 3 anos. E aqui rendo homenagem ao trabalho — se se me permite dizer, preparatório — que o meu colega Dr. Basílio Horta e o hoje Ministro Dr. Vaz Pinto fizerem nesta matéria. São, em qualquer caso, sinais de que o nosso país é viável. Só não é viável se mantivermos alguns emperros ideológicos, como aqueles em que o seu Ministério era fértil e que felizmente parece pôr cobro.

Há, no entanto, uma pergunta concreta que gostaria de fazer. No seu discurso afirma, também com o mesmo optimismo e com a mesma capacidade de progresso, que as exportações poderão crescer este ano em termos reais a 8 %. Diria, até, que a sua previsão é feita à cautela. Vindos de um ano em que as exportações cresceram 9 %, com uma desvalorização cambial que, a muitos títulos nessa matéria, se pode considerar excessiva — não terá sido para outros aspectos, mas terá sido nesse — eu diria, até, que a própria conjuntura mais favorável do comércio internacional permite ser um pouco mais voluntarista.

Mas, isso, Sr. Ministro, tem grandes repercussões nas Grandes Opções do Plano que estamos aqui a discutir. É que se conseguimos que as exportações cresçam a 9 % e que, ao nível do investimento, haja a selectividade aqui anunciada pelo Sr. Ministro das Finanças, então o produto interno poderá não ser negativo, como aqui nos foi anunciado, e poderemos até apontar para algo positivo. Assim, na discussão na especialidade teremos, eventualmente, a possibilidade, referida pelo deputado João Salgueiro, de abrir um pouco mais o investimento. Nesta matéria basta um crescimento de 0,5 % do produto interno para que as perspectivas sejam também um pouco mais optimistas, ao nível do crédito e ao nível do financiamento do investimento.

O Sr. Ministro joga ao ataque, não joga à defesa. Bem-vindo seja esse avanço optimista. Mas gostava de conhecer e compreender o que se vai passar, em matéria de exportações: se a versão pessimista do Sr. Secretário de Estado do Planeamento, se a versão, a meu ver mais correcta e mais atingível, do próprio Ministro do Comércio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Gostaria, antes de mais, de salientar a competência com que o engenheiro Álvaro Barreto normalmente desempenha as suas fun-

ções e também o dinamismo que incute às funções que ocupa — aliás, regozijkei-me quando constou que o Sr. Engenheiro Álvaro Barreto ia ser Ministro.

*Risos do PCP.*

Os risos podem ser sinais de ignorância, e em democracia também há direito para os ignorantes.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Este homem está-se, sempre a rir....

O Orador: — Quanto aos aspectos comerciais a nível interno que o Sr. Ministro referiu, é evidente que para além de todas as deficiências estruturais do nosso sistema produtivo muito do que vai mal tem a ver com a falta de transparência existente entre os vários agentes económicos, designadamente, em termos de circuitos de comercialização.

Perguntava muito objectivamente e em concreto que medidas estão previstas em relação aos chamados organismos de coordenação económica e ainda que formas de apoio estão previstas, designadamente, a nível de associações de produtores, no quadro da adesão à CEE.

Em relação às relações comerciais com o exterior, como sabe há problemas de qualidade e isso tem a ver com a produção, e em particular com a produção agrícola, mas também há problemas de quantidade, e às vezes falta-nos quantidade para entrar em determinados mercados.

De qualquer forma, a promoção é indispensável e pergunta-se se nesta matéria está prevista, ou se há hipóteses de estudo, uma maior colaboração e acção das estruturas diplomáticas, designadamente em termos de consulados.

Quanto à questão do turismo, que constitui uma efectiva prioridade da economia nacional — contrariamente aos outros sectores onde a adaptação irá ser difícil ou pelo menos se irá revestir de algumas dificuldades no processo de adesão à CEE, é um sector onde não haverá problemas de maior e poderemos ter benefícios quase imediatos —, põe-se o problema do Plano Nacional de Turismo: em que prazo é que se prevê que ele possa dar alguns frutos? Pergunta-se também: como será possível definir um Plano Nacional de Turismo desencontrado de um plano de ordenamento nacional?

Esta é uma grande questão e interessa saber se é um trabalho que vai decorrer em simultaneidade com a acção, do Ministério da Qualidade de Vida.

Quanto aos problemas das autorizações legislativas que foram concedidas ao Governo, designadamente a proposta de lei sobre a utilidade turística, que é um instrumento que se revela da maior importância, julgo que a Câmara teria o maior interesse em ser informada do seu andamento.

Pergunto também como é que o Ministério pensa articular a sua acção em termos de diálogo com os agentes turísticos, designadamente, a nível de associações hoteleiras, agentes de viagens e sindicatos.

Por último, põe-se a questão da promoção, a qual é apontada no Plano como uma prioridade efectiva. Ouvimos há poucos dias que a Espanha prevê para o próximo ano 1 milhão e 700 000 contos para promoção turística no estrangeiro, não incluindo Portugal

nesse programa, e pergunta-se como é que a nossa promoção poderá ser feita e se está prevista.

Julgo que é possível uma colaboração, a qual poderia ser incrementada, quer em termos de estruturas diplomáticas quer em termos das estruturas representativas das comunidades portuguesas no mundo, designadamente, através da informação, da distribuição de elementos de propaganda e ainda nas grandes manifestações que essas mesmas comunidades levam a cabo em várias alturas do ano, particularmente no 10 de Junho, altura em que se poderiam fazer «mostras» muito importantes. Julgo que até hoje ainda não se tiraram daí todas as potencialidades, embora tenham sido tomadas algumas iniciativas nesse sentido.

Em relação ao imposto de saída, quando aqui foi discutido o pacote fiscal já manifestámos as nossas preocupações. A partir daí decorreram algumas agitações e alguns inconvenientes. Com vista a superar essa situação faria 2 perguntas muito simples. Primeiro, tendo em conta uma certa manifestação de vontade revelada pelo Governo, pergunta-se se ele está disposto a aceitar a integração neste Orçamento do Estado, em definitivo, da supressão do imposto de saída para os turistas, a partir do fim do corrente ano. Julgo que isso, obviamente, daria uma estabilidade maior à própria promoção. Por último, pergunta-se que formas de compensação — se é que estão previstas — estão a ser estudadas com vista a atenuar os inconvenientes para os operadores, face a contratos já estabelecidos antes da saída da lei, em relação aos quais não têm possibilidades de reaver dos clientes os 1000\$, porque se comprometeram a não incluir qualquer taxa adicional.

*Aplausos do Sr. Deputado César Oliveira (UEDS).*

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Tardou, mas arrecadou!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bento de Azevedo.

O Sr. Bento de Azevedo (PS): — O Sr. Ministro do Comércio referiu reformas profundas nos mecanismos do mercado, libertando unidades produtivas de peias que as têm emperrado, devendo o mercado sujeitar-se à lei da oferta e da procura, sem que o Estado continue a ter um papel de interventor como até aqui. Ou seja, por outras palavras, a total liberalização de preços.

Sabendo-se, no entanto, as limitações do nosso mercado e até da existência de economias paralelas organizadas, gostaria de saber quais as vias para combater não só a especulação que cada vez mais se afirma desenfreadamente, como os meios que vão ser incentivados para a defesa do produto e do consumidor.

Pensa V. Ex.<sup>a</sup> que a concorrência em Portugal, mesmo disciplinada pela lei, que referiu e que vai ser conhecida, vai a curto prazo ter um efeito moralizador nos circuitos comerciais?

Estas e outras questões têm-nos preocupado desde sempre. Por isso as manifestamos mais uma vez, porque sabemos que este governo as está a ter em conta. Assim, gostaríamos que o Sr. Ministro as ponderizasse um pouco a fim de nos dizer quais as medidas que estão a ser tomadas a curto prazo para combater este estado de coisas.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo:** — O Sr. Deputado Pinheiro Henriques começou por lamentar que nas Grandes Opções do Plano não estivesse suficientemente claro o conjunto de orientações no que diz respeito às várias actuações na área do comércio interno. Essa é uma opinião pessoal sua. Na nossa opinião as orientações são suficientemente claras, e penso que a minha intervenção hoje nesta Assembleia foi bastante detalhada para lhe dar as linhas mestras das políticas adoptadas para o comércio interno. Assim, penso que após a minha intervenção terá ficado esclarecido sobre as dúvidas que teria anteriormente.

O Sr. Deputado fez uma pergunta em relação ao corte orçamental do ICEP. Tanto quanto julgo saber, tem vindo, sistematicamente, a fazer a mesma pergunta. Não sei se tem muitos amigos no ICEP ou se terá outra razão para estar tão preocupado. Dir-lhe-ia que na realidade não é somente através de maiores verbas que se conseguem os melhores resultados. Estamos convencidos que, embora evidentemente com verbas limitadas — como aliás acontece em todos os Ministérios —, com uma utilização mais eficiente dos recursos existentes e com uma racionalização dos nossos serviços externos, os quais em muitos casos estão dispersos por locais e mercados que não têm interesse imediato, será possível obter efeitos iguais ou superiores aos que se obtiveram nos anos anteriores.

Queria, no entanto, acrescentar que a verba que está inscrita para o Gabinete do Ministro, aliás uma verba assaz elevada, se destina, total e completamente, a acções de promoção de exportação, as quais serão postas em funcionamento através das estruturas do ICEP. Portanto, não é só o orçamento de funcionamento que está em causa, mas há outras verbas para apoio, contratos de desenvolvimento e programas de exportação, os quais, nessa altura, serão postos à disposição do ICEP.

Em relação ao acordo de compensação com países como as antigas colónias, é evidente que temos de ter em atenção o facto de perto de setenta e tantos por cento do comércio externo português se fazer para áreas geográficas na qual funciona a economia de mercado, onde não é possível fazer esse acordo de compensação. Há, realmente, certas zonas onde os acordos de compensação são possíveis, particularmente no caso das ex-colónias. É uma área em que temos prestado e iremos continuar a prestar a maior atenção. No entanto, são áreas em que existem grandes desequilíbrios neste momento. Mas, por exemplo, através da eventual compra de petróleo a Angola poder-se-á criar um equilíbrio da balança comercial entre os dois países que permita que os nossos exportadores exportem para Angola.

Não é necessário que o comércio externo se faça sob a forma de comércio estatal para se poderem fazer acções de compensação. E estamos totalmente decididos a tentar essa via, onde seja possível, para aumentar as nossas exportações.

Pergunta-me como é que o acordo do FMI se concilia com as medidas de apoio à exportação. Honestamente, não vejo bem onde é que o acordo com o FMI poderá impedir que se faça o apoio promocional

que estamos a pensar fazer. Umas das maiores medidas tomadas, até agora, foi a desvalorização de 12 % do escudo. Só isso é uma acção promocional das nossas exportações largamente superior a todas aquelas que se poderiam fazer por outro processo. Recordo que a desvalorização de 12 % não foi feita — como na altura foi esclarecido pelo Sr. Ministro das Finanças — por razões simples de competitividade dos nossos produtos externos, mas por razões macroeconómicas e outras, pelo que a situação de competitividade dos nossos produtos é neste momento altamente favorável, como é demonstrado pela evolução favorável que as exportações portuguesas estão a registar. Aliás, estou de acordo com aquilo que foi afirmado pelo Dr. João Salgueiro, ou seja, que esse processo terá sido iniciado já no segundo semestre de 1982.

O Governo não pretende puxar para si os créditos dos aumentos das exportações. Isso é o resultado de um conjunto de políticas creditícias, fiscais e cambiais, as quais vamos continuar a prosseguir, juntamente com acções promocionais. Assim, estamos absolutamente convencidos que iremos atingir o objectivo do aumento das exportações em 1984 no volume de 8 %, comparando com o aumento em 1983.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — A AD acabou com ele!

**O Orador:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo pôs o problema de saber como é que se compatibiliza o apoio ao turismo com a criação do imposto de saída.

O Governo já afirmou — e respondo também ao Sr. Deputado José Vitorino —, quer através de diversas afirmações de membros do Governo, quer através de uma nota oficial, quer através, ontem, da televisão pelo Sr. Ministro das Finanças e do Plano que o imposto de saída terminará para os turistas a partir de 1 de Janeiro de 1984. Isso é para nós razão suficiente de garantir que a existência desse imposto de saída não irá ter efeitos negativos no turismo em 1984.

O imposto de saída não foi criado por razões de turismo. No entanto, houve uma preocupação de o limitar no tempo. Para nós neste momento é mais importante o seu desaparecimento do que continuarmos a falar no passado numa coisa que já acabou.

Tenho verificado que a opinião pública tem concentrado os seus ataques relativamente ao imposto de saída no Sr. Ministro das Finanças e do Plano. Gostava de dizer que após a discussão que houve em Conselho de Ministros e após a aprovação desta medida, me considero totalmente solidário com o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, como aliás, com todos os outros Ministros do Governo que aprovaram.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Mas antes não estava ...

**O Orador:** — Acho oportuno dar este esclarecimento.

Não é através desses ataques a membros do Governo que conseguirão dividir-nos, porque estamos unidos e solidários nas medidas que tomamos em conjunto.

*Aplausos do PS e do PSD.*

“ O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — O Sr. Ministro diz que o imposto de saída não vai estar em vigor para os turistas em 1984 e que, portanto, não irá haver prejuízo. Desconhece o Sr. Ministro que, neste momento, já os operadores turísticos estão a levar por diante todas as acções com vista aos programas de turismo para o próximo ano? É neste momento que os operadores turísticos estão a determinar toda a sua acção

O Orador: — Sr. Deputado, quando responder ao Sr. Deputado José Vitorino sobre os operadores turísticos terei oportunidade de responder a essa sua pergunta.

Em relação ao comércio externo, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo falou na falta de planificação no que diz respeito às exportações para a CEE. Penso que desconhece a situação real: em Julho de 1983, foi feita uma renegociação dos níveis de têxteis já para o ano de 1984—1985, sendo de certa maneira negociados. Apesar disso, o Governo tem-se empenhado vivamente na abertura de maiores quotas. Por essa razão não estive aqui ontem na abertura do debate: fui obrigado a deslocar-me ao estrangeiro. E posso, desde já, anunciar que estão neste momento abertas perspectivas, através dos contratos que temos feito nas capitais e também a nível da CEE. São perspectivas altamente positivas para que as quotas já para 1984, sejam ainda superiores àquelas que foram fixadas em Julho de 1983, que por si próprias já eram largamente superiores às abordadas em 1982, e também para as quotas de 1984—1985, que já estão fixadas, haverá esperanças de ainda as melhorar.

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Mas o Sr. Ministro sabe que já foram atingidos os plafonds?

O Orador: — Não foram atingidos, não houve ainda cortes de exportação e, pelo contrário, como lhe estou a dizer, estão em plenas negociações com perspectivas optimistas de revisão dessas ...

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — É muito tarde, Sr. Ministro!

O Orador: — Fico muito sensibilizado pela sua preocupação, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP): — Lamento é que seja muito tarde!

O Orador: — O Sr. Deputado Octávio Teixeira perguntou-me como é que se compatibilizava a liberalização do açúcar, oleaginosas e ccreais com os prazos de financiamento que eram obtidos para estes produtos, e também com eventuais compensações.

É evidente que algumas linhas de crédito poderão também ser utilizadas por entidades privadas — algumas delas podem ser utilizadas, quer por entidades públicas, quer por entidades privadas — mas as decisões têm que ser tomadas em função das vantagens

globais. E as vantagens globais que o Governo vê é acabar com o sistema rígido, altamente burocratizante e ineficiente ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — A culpa é dos gestores que lá põem!

O Orador: — ..., como pode bem demonstrar a comparação das cotações que o país tem vindo a comprar nos mercados internacionais destes produtos com as cotações que compraria em mercados mais concorrenenciais ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Quem é que põe lá os gestores?... É um grande negócio, é!

O Orador: — ..., que levam a que no cômputo geral se tenha entendido como favorável esta abertura, e vamos prosseguir-la com toda a determinação.

Em relação ao problema da organização da frota mercante e da indústria, o plano anunciado nada impede que se venha a fazer a revitalização da nossa frota mercante, e gostaria de chamar à atenção que a política não é do Ministério do Comércio e Turismo; as políticas são do Governo, na sua globalidade.

Portanto, a liberalização destes sectores não entra em conflito com as opções feitas no âmbito do Ministério do Mar, até porque as maneiras de actuar estão perfeitamente delineadas neste campo e foram acordadas entre os ministérios. Daí que nada disto impede que a frota mercante venha a ser remodelada.

Em relação ao Sr. Deputado Moraes Leitão, queria agradecer as palavras que me dirigiu e queria igualmente associar-me a ele na homenagem aos antigos Ministros do Comércio, particularmente aos Drs. Basílio Horta e Alexandre Vaz Pinto, e esclarecer que algumas das medidas que neste momento o Governo teve oportunidade de tomar aproveitaram muito trabalho já feito, trabalho de muito valor, tal como a abertura à actividade comercial, como a própria Lei da Defesa da Concorrência, entre outros diplomas que fomos encontrar já em estado avançado de trabalho e que nos limitámos a alterar de acordo com novas perspectivas. Portanto, porque muito trabalho frutuoso foi feito no passado, gostaria de me associar vivamente às suas palavras, nomeadamente às de homenagem das duas pessoas que mencionou.

Relativamente ao facto de as perspectivas de exportação podarem ser mais favoráveis do que aquelas que estão previstas, gostaria que fosse verdade, mas não nos podemos esquecer que 32 % das exportações portuguesas são de produtos têxteis, que cerca de 43 % dos nossos produtos têxteis estão contingentados, que neste momento estão em negociações maiores cotas e que, portanto, o balanço final das exportações depende fundamentalmente — e infelizmente com um peso excessivo — do que irá acontecer no campo dos têxteis. Parece-nos altamente prudente não avançarmos com valóres superiores a 8%, até porque, como sabe, todo o problema têxtil é complexo, e não só os países da CEE mas outros, como os da EFTA, estão, neste momento, a impor restrições sérias às nossas exportações nesse campo. Pensamos que se conseguirmos, realmente, o valor de 8% já atingimos um objectivo muito favorável, em especial quando a actividade económica mundial na Europa não se prevê que vá aumentar mais de 1% ou 1,5%, e quando somente os Estados Uni-

dos da América terão taxas de aumento do produto da ordem dos 5 % em 1984. Parece-nos, por isso, uma previsão realista e até direi ambiciosa.

Ao Sr. Deputado José Vitorino, que falou dos circuitos de comercialização, queria dizer que já referi a maior abertura que se irá fazer aos organismos de coordenação económica, enquanto considero que os apoios de produtores no quadro da adesão à CEE é um assunto mais da área da agricultura e, portanto, não queria entrar em campos que pertencem ao meu colega do pelouro da agricultura. No entanto, a maior transparência dos circuitos, a maior dinamização da Direcção-Geral da Fiscalização Económica, assim como a criação de infra-estruturas, tais como os mercados fixos, são condições que nos parecem ir beneficiar largamente este objectivo.

Em relação à promoção da qualidade e à utilização das nossas estruturas diplomáticas e consulares, estou cem por cento de acordo. Uma das nossas orientações, já bem patente nas medidas tomadas sobre os centros de turismo, é a racionalização das nossas representações externas.

Um país como o nosso não se pode dar ao luxo de ter diversificações, muitas vezes duplicação, nos serviços de representação no estrangeiro, pelo que não deixaremos de fazer esse aproveitamento que sugeriu.

No que toca ao plano nacional de turismo, quero informar que se pensa que ele esteja pronto em Julho de 1984. Ir-se-á evidentemente trabalhar com o Ministério da Qualidade de Vida — aliás, este governo tem vindo a trabalhar em íntima colaboração dos diversos ministérios — e não se deixará de atender ao problema do plano de ordenamento do território. Em relação à utilidade turística, o diploma está pronto e aguarda somente publicação.

O diálogo com as associações tem sido altamente privilegiado: temos dialogado a todos níveis com diversas associações, mas é evidente que privilegiamos aquelas mais conscientes e não outras que tomam, de forma inconsciente, certo tipo de medidas, e que por isso não merecem a confiança do Governo. Não podemos privilegiar o diálogo com associações que não se mostrem à altura dos interesses do nosso país. O nosso contacto tem sido uma regra e posso inclusive anunciar-lhe que, dentro de uma acção de apoio à promoção, vão ser assinados acordos de cooperação com as diversas associações, nos quais o Fundo de Turismo irá fazer um apoio financeiro das promoções que os hotéis pertencentes a essas associações pretendam levar por diante lá fora. Estou a responder-lhe, Sr. Deputado, a título «telegráfico» porque não disponho de muito tempo.

Em relação à preocupação que manifestou sobre o imposto de saída diria — e já há pouco o referi — que ele vai acabar objectivamente, e isso já está determinado. Pessoalmente não sei qual é a forma jurídica em que isso será consagrado, mas penso que a determinação com que o Governo o anunciou é garantia de que isso irá acontecer.

Relativamente aos operadores turísticos, com quem, como o Sr. Deputado sabe, temos mantido também diálogo, estamos a encarar as possibilidades de minimizar os efeitos negativos que alguns deles vieram a sofrer. Tivemos já conversas, não só com os operadores turísticos ingleses, como com o presidente das associações de operadores turísticos da Alemanha Ocidental, e posso garantir neste momento que os opera-

dores turísticos, eles próprios, não estão já preocupados com o imposto de saída, pelo que não vale a pena o Sr. Deputado continuar preocupado.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Mesmo a nível internacional?

O Orador: — Mesmo a nível internacional, porque é com esses que temos estado a conversar — como é evidente, não tenho falado com os operadores nacionais —, falei com os operadores ingleses, com os alemães e com os outros principais operadores. Eles não estão preocupados, portanto não vale a pena o Sr. Deputado estar. Já basta as preocupações que o Sr. Deputado tem, não se preocupe, pois, com o que não é necessário!

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Pena é que o Sr. Ministro não se preocupe!

O Sr. Eurico Correia (PS): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Sr. Deputado, peço desculpa mas, como tenho muito pouco tempo, falaria depois directamente com V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Eurico Correia, V. Ex.<sup>a</sup> manifestou desejo de interpellar o Sr. Ministro de Comércio e Turismo em tempo oportuno. Nenhum dos elementos da Mesa viu o seu pedido de inscrição, portanto pedimos-lhe desculpa por esse facto. No entanto, não queremos deixar de lhe dar a palavra para, se V. Ex.<sup>a</sup> mantiver o seu desejo, poder interpellar o Sr. Ministro.

O Sr. Eurico Correia (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enfim, a minha interpelação seria mais oportuna antes, Sr. Ministro, mas de qualquer maneira passo a expor algumas considerações que ainda vêm a propósito.

Queria exprimir as minhas preocupações relativamente ao alcance da margem de crescimento de 8 %. Isso por uma razão muito simples: de facto o ano de 1983 foi um ano de crescimento, mas quando se analisa onde é que ele se verificou vê-se que foi, uma vez mais, nos produtos tradicionais, nomeadamente no sector têxtil — que foi o grande obreiro do crescimento —, na celulose, no calçado e nos vinhos. Houve 2 novos produtos que foram responsáveis também por este crescimento, nomeadamente os automóveis e os motores, estes creio que derivados do projecto Renault. Mas este crescimento também teve razões numa regressão que se verificou em 1982, nomeadamente para os vinhos e o calçado. Mas o sector têxtil é o que normalmente responde a todas as solicitações.

Esta minha introdução vem a propósito para expressar a minha preocupação pela falta de elasticidade da oferta portuguesa. São poucos os sectores que respondem quando há solicitações ao nível da procura. De facto, são sempre os sectores tradicionais que, volto a repetir, é o têxtil, é o calçado, são os vinhos, e pouco mais.

Evidentemente que o sector têxtil tem as suas limitações derivadas dos acordos internacionais que, como o Sr. Ministro acabou de explicar há pouco, são sem-

pre objecto de negociações. Este sector representa muito: representa um terço das nossas exportações, e para que um crescimento de 8 % se verifique talvez seja necessário que o sector têxtil cresça entre 12 % a 15 %.

De qualquer maneira, penso que se pode conseguir este crescimento, mas acho que outras formas, que não a simples promoção, são mais importantes de apreciar neste momento, não só em termos de 1984 mas em termos de plano de médio prazo, que, segundo creio, é o que deve estar, e que está, presente nas preocupações do Governo.

Evidentemente que o grande mal da limitação do crescimento das exportações portuguesas não está nos mercados. Portugal é um país pequeno, a sua produção é pequena, enquanto a Europa, os Estados Unidos da América e o Mundo são grandes. De modo que, qualquer pequena recepção representa uma grande margem para a oferta portuguesa. O problema está na estrutura do nosso parque industrial, e enquanto não for feita uma reforma das estruturas produtivas portuguesas não se podem esperar milagres no que toca ao aumento das exportações portuguesas.

O caminho que será mais fácil neste momento é o dos mercados africanos. No entanto, estes mercados sofrem com as limitações financeiras do nosso país. Vender para África os produtos da nossa exportação, não é difícil, eles cabem perfeitamente como resultado de uma tecnologia intermédia que são. Os problemas de vender para a África baseiam-se, sobretudo, nos financiamentos que é preciso conceder a esses países, e não só os países de expressão portuguesa como muitos outros são receptivos.

Outro ponto é o da cooperação industrial com os países africanos mas também com outros mais industrializados, como a Espanha, nossa vizinha, onde a cooperação pode ser um facto para o crescimento das nossas exportações. Existem muitas propostas de sectores espanhóis que estão interessados nessa cooperação.

Não me quero alongar mais, Sr. Presidente. Muito obrigado por me ter concedido esta oportunidade.

**O Sr. Presidente:** — De nada, Sr. Deputado.

Sr. Ministro do Comércio e Turismo, há um Sr. Deputado inscrito, certamente para fazer um protesto. Portanto, se V. Ex.<sup>a</sup> não se opuser, dar-lhe-ia a palavra no fim.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo:** — Com certeza, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para um protesto, tem então a palavra o Sr. Deputado Pinheiro Henriques.

**O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE):** — É exactamente para fazer um protesto *stricto sensu*, Sr. Presidente.

Sr. Ministro do Comércio e Turismo, não posso deixar de protestar contra a expressão que o Sr. Ministro utilizou, e que quero considerar como infeliz, ao insinuar que a minha actuação como deputado possa não ser inteiramente desinteressada. Penso que nada autoriza V. Ex.<sup>a</sup>, ou qualquer outra pessoa, a pensar que o que aqui me move, como a qualquer dos meus

companheiros de bancada e de partido, são interesses próprios ou pessoais.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Penso que nas palavras que dirigi à V. Ex.<sup>a</sup> — e foi a primeira vez que o fiz — não pode encontrar qualquer espécie de antipatia sequer. O tom que utilizei foi cordial e dialogante, e as questões que lhe coloquei são de natureza construtiva e mereciam uma resposta.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro do Comércio e Turismo, tem a palavra para responder às interpelações que lhe foram dirigidas.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo:** — Sr. Deputado Pinheiro Henriques, não tinha nenhuma intenção de o ofender. Se o fiz foi involuntariamente, e se se sentiu ofendido gostava de lhe pedir desculpa, pois não foi essa a minha intenção.

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado Eurico Correia, entre o seu pessimismo e o optimismo do Sr. Deputado Moraes Leitão, o Governo aponta para uma solução intermédia.

**O Sr. Moraes Leitão (CDS):** — Essa é boa!

**O Orador:** — Estou de acordo com as suas preocupações acerca da falta de elasticidade da estrutura produtiva e dos poucos produtos que constituem as nossas exportações, mas nós, infelizmente, só podemos exportar aquilo que produzimos e a estrutura produtiva é o que é e temos de viver com ela. Mas é evidente a razão pela qual não apontamos para valores mais elevados.

Teimos dedicado grande parte da nossa atenção junto dos países com quem temos comércio, no sentido de abrir mais o sector têxtil que, como disse e muito bem, representa 32 % das nossas exportações. Em relação aos problemas dos mercados africanos diria que é fácil vender, mas o que muitas vezes é difícil é que sejam pagos os produtos que vendemos, e o país tem dificuldades em poder financiar essas operações sem ter a garantia certa de que o pagamento é feito.

No que toca ao nosso comércio com a Espanha, também estou de acordo consigo no sentido de que há uma potencialidade grande, e penso que as conversações que tiveram lugar há poucos dias em Lisboa abrirão boas perspectivas no sentido de ele poder ter uma evolução mais favorável.

Era isto que me propunha dizer sobre a sua intervenção com a qual, em linhas gerais, concordo.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bagão Félix.

**O Sr. Bagão Félix (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há pouco mais de uma semana foi discutida a proposta de revisão orçamental para 1983 que contemplou um substancial acréscimo da despesa pública e um injusto aumento de impostos extraordinários para compensar a quebra de outras receitas fiscais.

Estamos, agora, a discutir a proposta de lei do Orçamento para 1984, que, segundo as palavras do Governo, se centra no objectivo de contenção do ritmo de crescimento da dívida pública.

A crise económica e social tornou indiscutível este propósito, mesmo para aqueles que há ainda bem pouco tempo defendiam uma lógica expansionista e intervencionista do sector público. Hoje, ao menos como política de curto prazo, todos ou quase todos dizem defender a redução do défice do Estado, como factor importante no equilíbrio económico e financeiro do país. Aliás, o próprio objectivo não constitui sequer uma inovação, veio inscrito, também, no Orçamento de 1983 e é, agora, parte obrigatória em todos os discursos governamentais.

Antes mesmo de se discutir se tal intenção está globalmente reflectida no Orçamento proposto, a primeira pergunta e dúvida que surge a qualquer cidadão português é a da capacidade real de concretização desse objectivo essencial. Isto é: conseguirá o Governo em 1984 o que não conseguiu minimamente na segunda metade de 1983 ou, muito pior do que isso, não criou condições para se vir a atingir no próximo ano?

O acréscimo da produtividade financeira das receitas fiscais e a acentuada diminuição real das despesas públicas não se conseguem pelo simples enunciado de boas intenções programáticas desinseridas da prática real das políticas sectoriais, nem acontecem sem serem desencadeadas medidas e acções de profundo alcance na administração do nosso sector público.

Que garantias nos dá o Governo que nos faça pensar que os factores que estiverem na origem do aumento da despesa pública em 1983 não voltarão a surgir reforçadamente em 1984?

O longo relatório justificativo do Orçamento para 1984 não adianta uma acção concreta que nos leve a assumir com credibilidade a proposta governamental. Fica-se pelas formas programáticas que vão desde o estafado e assíduo — mas pelos vistos, segundo as palavras do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, inexequível em 1984 — «combate à evasão e fraude fiscais» à incipiente «incentivação de acções de reorganização e Administração Pública» ou ao «aperfeiçoamento da disciplina financeira dos organismos autónomos». O que se indica como medidas de política de contenção de despesas é excessivamente genérico para dar substrato real à determinação governamental de reduzir o défice das contas públicas.

E, embora manifestemos o nosso agrado pelas intenções manifestadas, temos por isso as mais sérias e fundamentadas reservas quanto à sua eficácia. A contenção do consumo público não se pode limitar à inscrição orçamental de verbas que, à partida, se sabe, não irem ser cumpridas, sem que se tomem medidas que possibilitem a sua efectiva redução. Essa redução requeria, de resto, a elaboração de um plano financeiro a médio prazo com metas precisas a atingir anualmente.

O Governo já vai no seu sexto mês de actividade e pergunta-se, por exemplo:

Que medidas se tomaram no Ministério da Educação que levem os portugueses a acreditar que vai ser cumprida a previsão do gasto, que é praticamente igual, em valor nominal, à efectivamente dispendida em 1983?

Que males foram remedados no sector público empresarial que tornem credível a inscrição

orçamental, quando a semana passada foi aqui reforçada em 8 milhões de contos a sua dotação em subsídios?

Que acções racionalizadoras se verificaram no sector da saúde que nos permitam crer que a verba efectivamente despendida não irá ser superior à que se vai orçamentar?

Para o Grupo Parlamentar do CDS, contrariamente ao que o Governo procura incutir na opinião pública, não se vão resolver os principais problemas que nos afligem. Primeiro, porque este Orçamento procura apenas ser um elemento de estabilização conjuntural sem que se veja que os problemas estruturais estão a ser encarados, passe embora uma ou outra excepção extremamente meritória como, aliás, acabámos de ouvir da boca do Sr. Ministro do Comércio e Turismo. Porque não altera, antes agrava, as distorções e discriminações da nossa economia através de uma afectação dos recursos ineficiente e injusta. Porque não reduz o peso do Estado na actividade económica, centrando mais a sua atenção na eventual redução do défice do que na diminuição da despesa. Porque, enfim, enquanto reduz drasticamente as despesas de investimento em infraestruturas essenciais ao nosso desenvolvimento, se arrisca a ter de ultrapassar as previsões das despesas correntes.

Há duas maneiras de gerir o curto prazo. Uma consiste em o gerir sem o apoio de uma visão global a mais longo prazo; a outra em o gerir dispondo de um quadro geral de referências, coerentes e consistentes que permita, entre várias políticas possíveis, escolher a que seja menos incompatível com os objectivos de longo prazo.

Este governo parece ter escolhido claramente a primeira via. Continuam a não se visualizar as medidas que permitam alterar decisivamente algumas das causas da crise sendo certo que as dificuldades financeiras são muito mais uma consequência do que a verdadeira causa dos nossos males. A confiança no futuro e a mobilização para a superação da crise só se poderá edificar se se acreditar que os problemas de fundo estão a ser encarados.

O Governo está a falhar no combate à crise porque não consegue compatibilizar a utilização de instrumentos conjunturais com a introdução, sem tibiez, de modificações estruturais. É difícil ver o socialismo a justificar menos Estado a curto prazo para depois voltar à sua natural tendência para aumentar as funções desse mesmo Estado.

Também este Orçamento em nada contribui para alterar positivamente as ineficiências do nosso sistema económico e as discriminações da nossa sociedade.

Austeridade e rigor são também a obrigação corajosa de arbitrar entre elementos que não podem ser prosseguidos simultaneamente. A gestão de raridade implica, também, uma política de real solidariedade que evite a mera justaposição de egoísmo e privilégios e ponha em causa algumas vantagens adquiridas pelos grupos sociais mais favorecidos pelo Estado keynesiano.

Este Orçamento, Srs. Deputados, vai continuar a discriminhar entre a iniciativa privada viável e o sector público deficitário; entre os que pagam impostos e os que fogem aos impostos; entre os titulares de rendimentos fixos e os titulares de rendimentos variáveis e actualizáveis; entre os que pouparam e os que cons-

nem; entre os que consomem e os que investem; entre os credores do Estado e o Estado-devedor.

Discriminação que explica, por exemplo, que enquanto se despendem todas as energias relativamente a qualquer empresa pública deficitária com 200 ou 300 trabalhadores se desprezam os legítimos interesses de quase 200 000 aposentados da função pública, que há longos meses esperam que o Governo lhes pague as suas pensões actualizadas, ultrapassando as meras questões burocráticas que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano referiu na Televisão: Que enquanto o Governo se apressa a enviar mais 1 milhão de contos para a CP tem em atraso 15 milhões de contos de pagamentos ao sector privado da construção civil, tudo isto através de um Estado que se assume leonino e fortemente penalizante como cobrador de impostos, mas «fora da lei» enquanto devedor.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mesmo aceitando como objectivo concretizável do Orçamento para 1984 a contenção do défice público, não se verifica, ao contrário do que o Governo procura transmitir, uma diminuição real da despesa pública nem um desagravamento da carga fiscal.

Do lado das receitas, verificamos um aumento de 50 % nos impostos directos e de 22 % nos impostos indirectos previstos no Orçamento do Estado, sem falar de aumentos espectaculares previstos nos fundos autónomos, como, por exemplo, o relativo à tributação indirecta do Fundo de Abastecimento (38 % quando comparado com o valor real de 1983). Há mesmo previsões que, ou têm implícito um agravamento da carga fiscal, como é o caso do imposto profissional, em que não há, de uma maneira genérica, actualização dos escalões, ou são manifestamente pouco credíveis, como sejam as relativas aos 22 % de aumento da contribuição industrial, com uma economia em profunda crise, 47 % no imposto de capitais ou 27 % no imposto complementar!

A fiscalidade será, pois, em 1984, e reforçadamente, Srs. Deputados, um factor acrescido de injustiça, um elemento desincentivador de poupança, da iniciativa e do risco e contribuirá para o maior florescimento da economia paralela, do aumento da evasão fiscal e do avolumar do desemprego. Um castigo para os trabalhadores, aforradores e empresários, uma recompensa para os absentistas, consumidores e intermediários.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Do lado das despesas descontando os malabarismos que resultam da antecipação de receitas (como, por exemplo, os lucros do Banco de Portugal) e do atraso na liquidação das despesas assumidas (pagamentos do Serviço Nacional de Saúde e pagamentos à construção civil, etc.), verificamos que as despesas de todo o sector público administrativo, excluindo juros da dívida pública e segurança social aumentam 27,2 % do Orçamento de 1983, para o Orçamento de 1984. Efectivamente, o Governo desonera parcialmente o Orçamento do Estado fazendo recair acrescidos encargos sobre os fundos e serviços autónomos, o que, globalmente considerado, evidencia uma lógica muito menos restritiva do que à primeira vista pode parecer.

A percentagem das despesas de todo o sector público administrativo sobre o Produto Nacional Bruto passa, assim, de 42,2 % no Orçamento de 1983 para 44,6 % no Orçamento de 1984.

Tudo isto com a agravante das despesas de capital, designadamente na formação bruta de capital fixo, terem uma descida, em termos reais, que não andará longe dos 46 %.

Dito de outro modo: a proposta de Orçamento para 1984 em vez de orientar os escassos recursos para as actividades produtivas, designadamente em infraestruturas essenciais nos domínios do equipamento social, transportes e agricultura, vai continuar a impor-nos o consumo de serviços colectivos menos essenciais e não reprodutivos.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O que se exigia, neste momento de crise, era uma inequívoca hierarquização do consumo público, para que a austeridade, mais do que um objectivo em si mesmo, fosse um factor de esperança e de exigência.

O Governo preferiu um pacto com a ineficiência da despesa pública corrente, ao mesmo tempo que prevê uma quebra abrupta no investimento, «compensada» pelo aumento dos impostos.

No Orçamento para 1984 o Estado e as empresas públicas continuarão a gastar muito mais do que recebem e o sector privado continuará a poupar muito mais do que gasta. O Estado vai continuar a tentar garantir o rendimento de alguns grupos sociais, reduzindo o nível de rendimentos por todos, excepto o do próprio Estado.

Enfim, este Orçamento não se vai revelar eficaz no campo da redução das despesas porque nenhuma alteração profunda se produziu no tipo e grau de intervenção na economia por parte do Estado e mais uma vez vai absorver a poupança privada e do exterior, retardando a tão apregoada recuperação interna por que o país e os portugueses anseiam. Tudo isto com a agravante de, depois do pacote fiscal e dos impostos retroactivos, os portugueses não saberem no início de 1984 o que terão de pagar ao Estado no final desse mesmo ano.

- *Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados César Oliveira, Almeirido Marques, Jorge Lacão e Hasse Ferreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho seguido, como, aliás, é meu hábito, com interesse e atenção as intervenções do CDS, não apenas neste debate, como na generalidade dos debates parlamentares ..., aliás o CDS merece essa atenção!

*Risos.*

Há aqui algumas coisas que eu não percebo.

Esta tarde creio ter ouvido o Sr. Deputado Morais Leitão — corrigir-me-á se não for assim — dizer que este Orçamento contém uma evolução positiva; o Sr. Deputado Luís Barbosa, por outro lado, diz que o mal é do sistema — presumo que seja o sistema económico visto ser o tema do debate de hoje —;

agora o Sr. Deputado Bagão Félix, pelos vistos, fez uma intervenção que não nos permite saber que posição é que comunga, isto é, se é na posição de que assumiu expressão o Sr. Deputado Moraes Leitão, quando considerou que havia aspectos e uma evolução positiva aqui denotada pelo Governo, ou se, pelo contrário, comunga — estou em crer que é essa a sua posição — das ideias do Sr. Deputado Luís Barbosa que afirmou que «tudo o mais são paleativos, tudo pode ser muito interessante, tudo pode ser um exercício óptimo, mas que, enquanto não se mudar o sistema, nada feito».

Sr. Deputado, presumo que comunga preferentemente na posição do Sr. Deputado Luís Barbosa, se é que há posições diferentes, pode ser que não existam, pode ser um engano meu ou alguma impossibilidade do Sr. Deputado Moraes Leitão ... pelos vistos bateu agora palmas entusiasticamente ...

#### Risos da UEDS e do PS.

... por isso é que me devo ter enganado, mas se o problema fundamental, conforme referiu na sua intervenção, é atacar as consequências e não atacar as causas desenvolverá no actual quadro constitucional — é esse pergunto-lhe: que meios tem o CDS e que iniciativas desenvolverá no actual quadro constitucional — é esse o quadro de referência fundamental — para mudar o sistema e quais as possibilidades que o CDS tem, visto que ergue tal proposta como a sua bandeira política principal, de assegurar que essa sua proposta de mudança do sistema tenha o mínimo de exequibilidade?

O CDS, se calhar, está a falar num modelo e num sistema alternativo que é uma mera utopia, o CDS não tem nenhuma capacidade de o viabilizar e, portanto, está num beco sem saída!

Que meios tem o CDS para viabilizar o sistema que propõe, na medida em que não vale a pena estar a discutir os paleativos, fugindo o CDS — perdoe-se-me a expressão — com o rabo à seringa no que toca aquilo que é fundamental, isto é, a viabilização do sistema que propõe?

#### Vozes da UEDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Almerindo Marques.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ovi com toda a atenção, como me compete aliás, a bem elaborada exposição do Sr. Deputado Bagão Félix.

É coerente, dentro dos princípios que preconiza o seu partido, mas gostaria, no entanto, de lhe colocar duas questões e, sem que a amizade fique minimamente tocada, fazer-lhe um reparo.

Primeira questão: diz que este Orçamento distingue a penalização da iniciativa privada em prejuízo da não penalização da iniciativa pública, isto é, privilegia a iniciativa não viável em relação à viável. Gostaria que explicitasse melhor o seu raciocínio.

Segunda questão: referiu que este Orçamento é qualquer coisa como um leão a cobrar impostos, a expressão foi «leonina»; peço-lhe que refere essa sua afirmação com as percentagens apuradas na proposta de lei do Governo relativamente à evolução das cargas fiscais.

Diz depois que as percentagens são as mais variadas e, também, as mais divergentes dentro desta mesma proposta de lei. Gostaria que explicitasse um pouco como chegou à evolução de 27 % na despesa.

Agora o breve reparo: não se meta o Sr. Deputado a fazer análises acerca de socialismo e estatismo porque, no que diz respeito ao Partido Socialista, nós não temos nada a ver com isso.

#### Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Defendemos outra via socialista, defendemos a nova via para o socialismo ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O rosto capitalista do socialismo!

O Orador: — ..., a nova esquerda europeia que, infelizmente, alguns deputados do Partido Comunista ainda não leram,

#### Risos do PCP.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Perfeitamente indigente!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Está-lhe mesmo a faltar *substratum* ...!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, ainda para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Deputado Bagão Félix, tive ontem oportunidade, numa intervenção que fiz, de manifestar a minha expectativa quanto às opções em concreto que o CDS viria a apresentar relativamente ao Orçamento do Estado. Avancei, igualmente, a dúvida de que as críticas do CDS, porventura, não se fundamentariam em aspectos essenciais mas sim em aspectos meramente ideológicos.

Devo dizer ao Sr. Deputado que, ao ouvir a sua intervenção, julguei ver confirmada a minha dúvida de ontem.

O Sr. Deputado diz que o Estado é um Estado que viola a legalidade democrática quando se trata de ser ele a pagar as dívidas aos particulares e que é um Estado leonino quando é ele a cobrar aos particulares. Pergunto-lhe — se disse isso — se estas afirmações são consequência da sua experiência de Secretário de Estado da Segurança Social e se terá sido de uma maneira leonina que o Sr. Deputado, então Secretário de Estado, fez as cobranças aos particulares relativamente à Previdência.

A avaliar pela evolução das dívidas à Previdência, quero crer que não foi de uma maneira leonina!

Não deverá o Sr. Deputado reconhecer que, nas relações entre o Estado e o sector particular, designadamente o sector privado da economia, as relações não são afinal tão leoninas como isso, isto é, pelo contrário, que há necessidade de procurar os equilíbrios económicos e, muitas vezes, participar na viabilização das empresas? Será que esta situação não obriga o Estado a praticar, em termos de senso comum, uma determinada política económica?

Este facto que não permite ao Sr. Deputado criticar, de uma maneira tão fácil, a circunstância do Estado ter um comportamento leonino.

'Outro aspecto: o Sr. Deputado diz que os impostos em 1984 são gravíssimos, mas se não há, relativamente aos impostos cobrados em 1983 — salvo o caso dos impostos extraordinários —, uma evolução, nem nas incidências, nem nas taxas, como pode o Sr. Deputado criticar aquilo que se vai passar em matéria de impostos em 1984 se foi inteiramente solidário com aquilo que se passou em 1983?

Finalmente: a sua bancada reconhece que um dos problemas fundamentais respeita ao endividamento externo e que é necessário combater esse endividamento. Ora, Sr. Deputado, uma das críticas que fez na sua intervenção foi a diminuição no processo da formação bruta do capital fixo. Pergunto: mas, então, não é esse um dos aspectos mais limitativos ao investimento devido aos problemas de importação, designadamente, a importação de tecnologia? Não está em contrasenso quando, simultaneamente, quer combater o endividamento e ao mesmo tempo acusa este Orçamento de não ser tão progressivo quanto seria desejável em matéria de formação bruta de capital fixo?

São estas as dúvidas que gostaria, se possível, de ver esclarecidas.

O Sr. Presidente: — Tem finalmente a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Deputado Bagão Félix, se bem ouvi, V. Ex.<sup>a</sup> referiu a probabilidade de se voltar a uma natural tendência de uma política socialista de reforço do papel do Estado.

Não iria entrar em trocadilhos sobre o socialismo e o estatismo — é um debate que o Sr. Deputado Almerindo Marques começou a introduzir ... haverá muito: não só que ler, mas debater, reflectir, analisar, etc., passo à frente — mas gostaria de lhe perguntar se considera que este Orçamento exprime uma política não socialista.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Bagão Félix. Pedia-lhe, porque estamos a 1 minuto de encerrar os nossos trabalhos regimentais, para ser o mais breve possível.

O Sr. Bagão Félix (CDS): — Vou tentar, Sr. Presidente.

Começando pelo Sr. Deputado César Oliveira, pareceu-me que fez alguma confusão — talvez não tenha estado com muita atenção à minha intervenção — entre os aspectos conjunturais que o Sr. Deputado Morais Leitão referiu, não em termos da evolução mas de pontos positivos, com os aspectos estruturais que o Sr. Deputado Luís Barbosa salientou em relação a alterações a longo prazo do sistema.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado, dê-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Quer isso dizer que o Sr. Deputado Morais Leitão introduziu uma taxa moderadora no Orçamento quando esse papel devia pertencer ao Sr. Deputado Luís Barbosa?

Risos.

O Orador: — O Sr. Deputado está a fazer uma apreciação retroactiva de todo o problema! Perguntou-me «que» iniciativas para mudar o sistema». Posso dar-lhe alguns exemplos para não pensar que temos apenas ideias sem qualquer base concreta.

O sistema dos impostos, é um dos casos que pode ser modificado. Está provado que a diminuição dos impostos pode fazer crescer a receita final desses mesmos impostos na medida em que vai favorecer o trabalho, em detrimento do lazer; o investimento em detrimento do consumo, a reanimação da actividade económica em detrimento da inactividade económica e do desperdício; aquilo que foi referido, por exemplo, na semana passada durante a discussão da Lei de Bases da Segurança Social é uma modificação estrutural.

Há outros importantes: o mercado habitacional e as rendas, problema que já hoje foi aqui focado. Não tenho muito tempo mas podemos vir a conversar sobre isto mais detalhadamente, há, no entanto, situações de alteração das estruturas que não são meras palavras e que podem ser impulsionadas.

O Sr. Deputado Almerindo Marques — obviamente a nossa amizade não está em jogo, bem pelo contrário — não deve ter percebido a minha referência, o que eu disse é que havia discriminação entre empresas privadas viáveis e empresas públicas deficitárias, isto é, apenas em termos de hierarquização dos escassos recursos.

Quanto à expressão, por mim utilizada, «leonina», mantenho-a, visto que é leonino o Estado que cobra, por exemplo, o imposto extraordinário dos 2,8 % do seguinte modo: após o primeiro dia do prazo normal de pagamento os contribuintes pagam mais 50 % e passado 1 mês pagam mais 100%; por outro lado, esse mesmo Estado deve aos aposentados da função pública as suas pensões actualizadas.

Ora, bem, encontrei a expressão «leonina», pode não estar de acordo comigo, mas foi esta a ideia que procurei transmitir.

Quanto ao aumento de 27 % nas despesas, foi calculado com base num elemento constante na p. 9 da proposta de lei — Contas consolidadas do sector público administrativo —, é uma questão de fazer as contas do Orçamento de 1984 face às verbas do Orçamento de 1983. Chegará certamente a este número de 27,2 % excluindo juros e transferências sociais da segurança social.

Sr. Deputado Jorge Lacão, folgo bastante com o facto do Partido Socialista querer desprezar um pouco os aspectos ideológicos e estar a assumir-se de um modo extremamente pragmático em relação às questões que coloca.

Coloquei-me duas questões. Uma respeita ao meu comportamento como Secretário de Estado na cobrança de dívidas à Previdência. Penso que são dois problemas distintos — o Sr. Deputado confundiu —, o que está em causa é uma exigência às empresas e aos contribuintes, no sentido de cumprirem as suas obrigações por ser num campo de solidariedade e de actuação social. De qualquer modo, não sei concretamente em que é que fui leonino, houve uma grande maleabilidade no tratamento das dívidas passadas e uma grande firmeza — que deram, aliás, resultados concretos e positivos mas que infelizmente já estão, com este Governo a deteriorar-se, porque as dívidas à Previdência sem letras atingem o montante de 49

milhões de contos — que originou uma actuação positiva, permitindo que esse dinheiro transitasse dos cofres do Estado para os mais carenciados, isto é, reformados, deficientes e idosos.

Quanto à sua pergunta da formação bruta do capital fixo, é evidente que não me referi em termos absolutos a essa questão, o que eu disse é que era exagerado o decréscimo real de 46 %. Obviamente que estou de acordo com a sua preocupação relativamente à componente externa, facto que implica o acréscimo da formação bruta do capital fixo, de qualquer modo o que critiquei foi uma abrupta e drástica — foi a expressão que usei — redução da formação bruta de capital fixo, ou seja, é um problema de doseamento.

Finalmente, o Sr. Deputado Hasse Ferreira perguntou-me se o Orçamento expressava uma política não socialista. Confesso que não percebo a sua pergunta, mas o que procurei dizer na minha intervenção foi que o Orçamento tem, por um lado, preocupações — que considero positivas — de contenção do défice público, do saldo — embora tenha dúvidas da sua exequibilidade prática, desejo que o Governo tenha êxito nesta matéria —, no entanto, o que critiquei não foi esse objectivo, mas sim o facto de esse objectivo ser conseguido pelo acréscimo simultâneo de despesas e de receitas e não pela perspectiva de diminuição de despesas e de receitas.

Penso que respondi à sua pergunta.

O Sr. Presidente: — Para prestar uma informação à Câmara dou a palavra ao Sr. Secretário Leonel Fadigas.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — Deu entrada na Mesa o projecto de lei n.º 248/III, apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Ramos do PSD, relativo a «Serviços locais de radiodifusão sonora por via artesiana», que baixou à 1.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a sessão de amanhã começará às 10 horas com a mesma ordem de trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*Eram 21 horas e 10 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Fernando Manuel Cardoso Ferreira.  
Joaquim Eduardo Gomes.

Partido Comunista Português (PCP):

Manuel Correia Lopes.  
Maria Odete Santos.

Centro Democrático Social (CDS):

António Gomes de Pinho.  
João Gomes de Abreu Lima.  
Luís Eduardo da Silva Barbosa.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Socialista (PS):

António Cândido Miranda Macedo.  
António Gonçalves Janeiro.  
Eurico José P. Carvalho Figueiredo.  
João Joaquim Gomes.  
José Martins Pires.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro.  
Manuel Laranjeira Vaz.  
Nelson Pereira Ramos.  
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
Rui Fernando Pereira Mateus.  
Victor Manuel Caio Roque.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Fernando José Alves Figueiredo.  
Jaime Adalberto Simões Ramos.  
Joaquim dos Santos Pereira Costa.  
José Luís de Figueiredo Lopes.  
Manuel Pereira.  
Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.  
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.  
Victor Pereira Crespo.

Partido Comunista Português (PCP):

António Guilherme Branco Gonzalez.  
João António Torrinhas Paulo.  
Lino Carvalho de Lima.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.  
Joaquim Rocha dos Santos.  
Tomás Rebelo Espírito Santo.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António Poppe Lopes Cardoso.

OS REDACTORES: Carlos Pinto da Cruz — Ana Maria Marques da Cruz.

PREÇO DESTE NÚMERO 84\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA